

**PLANO DE INVESTIMENTOS CONJUNTOS DA
EURORREGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)**

**PLAN DE INVESTIMENTOS CONXUNTOS DA EURORREXIÓN
GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)**

**PLAN DE INVERSIONES CONJUNTAS DE LA EURORREGIÓN
GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS.....	7
2.1. LOS CINCO OBJETIVOS POLÍTICOS DE LA PROGRAMACIÓN EUROPEA	10
2.2. LOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE LA COOPERACIÓN TERRITORIAL EUROPEA (INTERREG)	12
2.3. A EURORREGIÃO NO QUADRO DO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO	13
DIAGNÓSTICO	16
1. UMA EURO-REGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE	17
1.1. INVESTIMENTO EN I+D	17
1.2. ÍNDICE DE INNOVACIÓN REXIONAL.....	18
1.3. ESTRUTURA EMPRESARIAL	20
1.4. EMPREGO.....	23
1.5. PIB.....	25
1.6. SALARIOS E PRODUTIVIDADE	26
1.7. CONECTIVIDADE DIXITAL.....	29
1.8. CONECTIVIDADE E INTERMODALIDADE	31
1.9. CLÚSTERES.....	37
1.10. A COOPERACIÓN CIENTÍFICA E TECNOLÓXICA.....	38
1.11. O COMERCIO EXTERIOR	41
2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA	44
2.1. PROTECCIÓN DA BIODIVERSIDADE	44
2.2. RISCO DE INUNDACIÓNS E SECAS.....	47
2.3. INCENDIOS FORESTAIS.....	49
2.4. ENERXÍA	50
2.5. XESTIÓN DE RESIDUOS	51
2.6. O CICLO DA AUGA	52
3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA	56
PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E AS AMEAZAS Á SAÚDE PÚBLICA	56
3.1. A POBOACIÓN	57
3.2. O CAMBIO DEMOGRÁFICO: O ENVELLECIMENTO	58
3.3 O CAMBIO DEMOGRÁFICO: A FECUNDIDADE	62
3.4. O CAMBIO DEMOGRÁFICO: OS MOVEMENTOS NATURAL E REAL DA POBOACIÓN.....	64
3.5. O PODER ADQUISITIVO.....	66

3.6. O ACCESO AO EMPREGO.....	67
3.7. A INTEGRACIÓN DA EMIGRACIÓN	70
3.8. RISCO DE POBREZA E EXCLUSIÓN SOCIAL.....	72
3.9. SAÚDE PÚBLICA	74
4. UNA EURORREGIÓN MÁIS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA.....	77
4.1. LA DESIGUAL OCUPACIÓN DEL TERRITORIO.....	77
4.2. GRADO DE URBANIZACIÓN.....	80
4.3. LA DOTACIÓN TERRITORIAL DE SERVICIOS	81
4.4. LAS EXPLOTACIONES AGRÍCOLAS	83
4.5. EL MERCADO LABORAL TRANSFRONTERIZO	87
4.6. LA MOVILIDAD TRANSFRONTERIZA NO LABORAL.....	89
SWOT (DAFO).....	91
1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE	93
2. UMA EURORREGIÃO MAIS ECOLÓGICA E DESCARBONIZADA PARA ENFRENTAR A ALTERAÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL E ASSEGURAR A PERTINENTE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA.....	94
3. UMA EURORREGIÃO MAIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENFRENTAR O DESAFIO DEMOGRÁFICO E AS AMEAÇAS À SAÚDE PÚBLICA.....	95
4. UMA EURORREGIÃO MAIS COESA EM BENEFÍCIO DA CIDADANIA.....	96
EIXOS E PRIORIDADES	97
E.1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO FERRAMENTAS PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR CALIDADE.....	108
1.1. E1. PE1. REFORÇO DE ESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, COM FOCO NOS RESULTADOS E NO DESENVOLVIMENTO E ADOÇÃO DE MAIORES CAPACIDADES EM TORNO DE NOVAS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS NAS PME	108
1.2.E1.PE2. MELHORIA E REFORÇO DA CONECTIVIDADE DAS PESSOAS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS AVANÇADOS.....	113
1.3. E1. PE3. ESTRATÉGIA EURORREGIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA MELHORAR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS.....	117
E.2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSIÇÃO ENERXÉTICA XUSTA	120
2.1. E2. PE1. FOMENTO DA RESILIENCIA FRONTE AO CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL.....	121
2.2. E2. PE2. PROMOCIÓN DA ECONOMÍA CIRCULAR E DO USO SOSTIBLE DOS RECURSOS NATURAIS....	127
E.3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E ÁS AMAEZAS Á SAÚDE PÚBLICA	131
3.1. E3. PE1. INCLUSIÓN DA PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	132

3.2. E3. PE2. AFIRMACIÓN DOS DEREITOS SOCIAIS PARA LIMITAR A VULNERABILIDADE E A DESIGUALDADE CON ENFOQUE DE XÉNERO	136
3.3. E3. PE3. INCREMENTO DA RESILIENCIA FRONTE ÁS AMEZAS Á SAÚDE PÚBLICA	139
E.4. UNA EURORREGIÓN MÁS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA.....	142
4.1. E4. PE1. APUESTA POR EL EQUILIBRIO TERRITORIAL EN LA DOBLE DIMENSIÓN LITORAL/INTERIOR Y RURAL/URBANA.....	143
4.2. E4. PE2. IMPULSO DE LA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA COMO INSTRUMENTO EFICAZ PARA MEJORAR LA CALIDAD DE VIDA DE LA CIUDADANÍA	147
5. ALIÑAMIENTO DOS EIXOS E PRIORIDADES ESTRATÉXICAS DO PIC COS OBXECTIVOS POLÍTICOS DA UE 2021/2027 E COS ODS	152

INTRODUÇÃO

A Euroregião Galiza-Norte de Portugal é uma experiência pioneira na cooperação territorial e é também uma das mais antigas estruturas de cooperação no âmbito europeu e, obviamente, peninsular. É bom lembrar que a primeira Cimeira Ibérica, realizada ao abrigo do Tratado de Amizade e Cooperação de 1977, teve lugar em Lisboa no mês de novembro de 1983, liderada pelos Presidentes Soares e González. Meses antes desse encontro histórico, em abril, teve lugar a primeira Cimeira Nortegalaica. Com efeito, na sede da então CCR-N, o seu Presidente Valente de Oliveira, acompanhado do seu Vice-Presidente, do Governador Civil de Viana do Castelo, em representação dos seus pares e do Presidente da Câmara Municipal de Caminha, na qualidade do Presidente do Agrupamento de Concelhos do Vale do Minho, recebeu o Presidente da Xunta da Galiza, Fernández Albor e três dos Ministros do Governo Regional. Em julho desse mesmo ano de 1983, realizou-se a segunda Cimeira Nortegalaica. Nesta última, foi o Presidente Fernández Albor, acompanhado de cinco Ministros do Governo Regional que recebeu o Presidente Valente de Oliveira e a sua comitiva. O resultado mais relevante destas Cimeiras foi sem dúvida a apresentação em julho de 1986 de um documento pioneiro na Europa intitulado *Memorando de Pedido de Financiamento de um estudo global Galiza-Região Norte de Portugal para intervenções específicas comunitárias*. Este documento pode ser entendido como uma verdadeira antecipação do que viriam a ser as Iniciativas INTERREG posteriormente lançadas pela Comissão Europeia. Todas as personalidades que sucederam aos dois Presidentes contribuíram sem exceção para o desenvolvimento deste legado. Uma menção especial merecem Braga da Cruz e Fraga Iribarne que se mantiveram por mais tempo à frente, respetivamente, da CCDR-N e da Xunta de Galicia. Recordar a atempada institucionalização da cooperação territorial nesta fronteira da Europa constitui um exercício de justa reivindicação das pessoas e das instituições que consolidaram uma experiência singular que faz parte, sem dúvida, das boas práticas que sustentam o processo de integração europeia. No período mais recente temos seguramente dois bons exemplos dessas boas práticas: o Plano de Investimentos Conjuntos Galicia-Norte de Portugal 2014-2020 (PIC) e a primeira RIS 3 transfronteiriça. No quadro do atual PIC importa sublinhar algumas questões importantes:

- A ambição da cooperação na Euroregião tem de superar claramente o reduzido quadro financeiro do POCTEP e mesmo de outras ajudas comunitárias e ganhar autonomia para caminhar, seja no âmbito público e muito especialmente no domínio privado, ajustando esse quadro financeiro à capacidade de iniciativa existente e à diversidade das dinâmicas que buscam financiamento;
- A cooperação empresarial transfronteiriça tem de dar um salto quantitativo e qualitativo importante se pretende efetivamente transformar em evidências

observáveis as boas intenções que animam os discursos públicos dos principais atores implicados;

- É fundamental que a marca de um destino turístico eurorregional sustentável e competitivo internacionalmente alicerçado na extraordinária relevância do nosso património natural e cultural partilhado possa germinar em definitivo;
- A capilaridade das estruturas de cooperação mais vinculadas com as necessidades da convivência de proximidade, especialmente na bacia do Minho, ganharam um impulso muito interessante que abre potencialidades merecedoras de maior exploração futura, transformando a cooperação Galicia-Norte de Portugal num campo de experimentação de grande alcance em matéria de combinação das dimensões da cooperação transfronteiriça e INTERREGional.

A história do processo de integração europeia é fértil em momentos críticos nos quais parece que tudo está em risco. Nos anos mais recentes temos assistido à crise do euro e da dívida soberana; ao recrudescimento de populismos de diferentes matizes, todos eles impregnados de intransigência nacionalista e de desprezo, algumas vezes com rejeição direta, do outro; ao Brexit, a primeira saída voluntária de um país membro da União Europeia com o seu rosário de negociações inconclusivas para estabelecer uma nova relação de vizinhança; a uma intensa batalha para reduzir o orçamento e com ela as políticas comuns enquanto que o desafio das alterações climáticas pareciam um muro intransponível ou de escalada muito difícil. De repente, a partir de uma remota região chinesa surgiu um inimigo imprevisto, poderoso e veloz que está a mudar tudo. Também na União Europeia. A globalização, depois de ignorar os alertas para a sua reforma e já muito questionada por fortes tendências protecionistas, pode ser uma das suas vítimas. A soberania, e não apenas a nacional porque o vocabulário se enriqueceu com adjetivos como alimentar, sanitária ou industrial, parece emergir como uma das vencedoras. Westfalia parece ter regressado. Porém, nada é definitivo e nos últimos tempos os meios de comunicação antecipam que talvez estejamos a viver o “momento Hamilton” na integração europeia, recordando ao primeiro Secretário do Tesouro norteamericano quem federalizou a dívida pública gerada pela independência e a instalação do novo Estado. Este é o momento pioneiro em que os Estados-Nação decidem avançar por um projeto comum de uma maneira impensável há apenas alguns meses. Neste contexto, as fronteiras voltaram a ganhar visibilidade. Subitamente, recuámos décadas e as fronteiras tornaram-se impermeáveis, mostrando-nos a importância dos caminhos já lançados e das redes de relação construídas a partir daquelas precursoras Cimeiras Nortegalaicas de há quarenta anos.

1. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

O período de programação 2021-2027 também deve ser para a Euroregião um “momento Hamilton” e o seu Plano de Investimentos Conjuntos (PIC) uma base sólida de impulso. Os seus princípios de enquadramento são os seguintes:

1. Consolidação da **capacidade de resiliência** da Euroregião. Esta capacidade manifesta-se habitualmente de maneira proeminente exatamente em situações críticas. Trata-se, pois, de uma oportunidade para trabalhar sobre os recursos de que dispomos para superar as dificuldades de hoje e poder reagir com rapidez e êxito a crises futuras. Trabalhar sobre os recursos implica construir as nossas “capabilities” para enfrentar tais crises. As prioridades estratégicas e de investimento do PIC vão nesta linha de atuação, conduzindo á otimização de todos os nossos recursos endógenos.
2. Construção da **confiança das gentes e entre as gentes** do nosso território para reforçar as potencialidades de cooperação e complementaridade nos diversos domínios abrangidos por este PIC. O esforço institucional vai ser seguramente muito importante para o alcançar mas sem o compromisso da sociedade civil, e muito especialmente dos meios de comunicação social, o progresso que atingiremos nessa aspiração será limitado. A experiência acumulada ao longo das últimas décadas de trabalho e benefício comum têm de representar a melhor garantia da confiança em nós próprios e no nosso futuro como membros de uma comunidade mais ampla do que os marcos nacionais, fundamentais como referenciais hoje e no futuro da comunidade da cidadania europeia.
3. Promoção de um **pilar eurorregional de direitos sociais**. Em linha com o pilar europeu e com o alcance de ir mitigando o efeito fronteira no mercado de trabalho, na inclusão social, nos serviços públicos de formação, de saúde, de lazer e de cultura. Trata-se de ir construindo uma ampla zona franca social que sirva de campo de experimentação de direitos partilhados e de equipamentos comuns. Entendemos que a concretização de avanços neste domínio corresponderá a um poderoso impulso do potencial identitário da Euroregião.
4. Adaptação avançado do processo de digitalização cuja disseminação vai acontecer num período de tempo mais reduzido. Isto exige investimentos materiais e imateriais. A brecha digital, uma série ameaça, por um lado, à igualdade e à inclusão social e, por outro, à competitividade económica, sem esquecer a da nova governança no âmbito da administração eletrónica, tem de estar baseada numa boa rede de banda larga em todo o território e com acesso viabilizado aos equipamentos informáticos básicos e não em menor medida com a necessária alfabetização digital, em diferentes níveis da

população. A transformação digital envolve, pois, um amplo processo de capacitação de populações, organizações e empresas que importa desenvolver integradamente com os investimentos tecnológicos.

5. Impulso decidido, inteligente e sustentável das **diferentes transições** que iremos viver. Sem dúvida que a transição digital e a transição energética estarão entre as mais importantes, mas também as mais conhecidas e as mais populares. Mas também a transição industrial que caminha em direção a uma crescente automatização, com importantes exigências de adaptação formativa. A transição do mercado de trabalho apontando para novas relações entre empresários e assalariados, de que o teletrabalho é apenas a ponta do *iceberg*, transição que importa assegurar por todos os meios que reduza a qualidade do mercado e a dignidade das pessoas. Importa que também pela gestão atenta desta transição se impeça que o mercado de trabalho amplie e reproduza desigualdades sociais que minam a coesão social dos países e territórios.
6. Caráter **dinâmico do PIC** no que respeita aos projetos de investimento garantido pela existência de uma comissão de acompanhamento – com participação das instituições implicadas no desenvolvimento do PIC – e a correspondente avaliação intermédia do mesmo, em linha com os princípios da programação comunitária.

Guiados por estes princípios, pretende-se alcançar os seguintes cinco objetivos e dois desafios:

1. Trabalhar em conjunto para conseguir uma **saída socialmente justa** para a crise do COVID-19, com a cooperação a permitir que os setores sociais mais vulneráveis disponham de oportunidades de desenvolvimento autónomo e possam contribuir também com a sua energia para superar as dificuldades e constrangimentos que a pandemia está a provocar em todos os domínios da Euroregião;
2. Garantir a **cooperação de proximidade**, designadamente nas zonas com maior densidade populacional como é o caso da bacia do Minho, espaço em que as distâncias entre os núcleos habitacionais são muito pequenas e as sinergias sociais, económicas e culturais são mais fortes. Uma cooperação que construa a confiança e que proporcione à Euroregião o sentimento de utilidade percecionado pelas pessoas que vivem na mesma fronteira;
3. Abordar a cooperação segundo uma **abordagem holística da competitividade**, permitindo que a soma dos esforços dos atores implicados das duas regiões gere uma mais-valia evidente que visibilize a melhoria de resultados alcançados. Os domínios da cooperação devem traduzir-se em realidades tangíveis para a cidadania e que justifiquem os investimentos públicos realizados, para lá dos discursos e da bondade

dos desejos. Com esta abordagem, esperam-se ganhos absolutos para todas as partes envolvidas na cooperação, independentemente de em cada caso concreto uns poderem ganhar mais do que outros.

4. Dinamizar a **participação da sociedade civil**, nomeadamente do tecido empresarial e do terceiro setor, na cooperação não a limitando ao plano institucional. Cabe aos poderes públicos criar um clima de confiança emocional e de segurança jurídica, mas sem a decisiva participação da sociedade civil, a cooperação será insuficiente e não terá capacidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A cooperação na Eurorregião já atingiu maturidade suficiente para dar esse passo.
5. Contribuir para mitigar o **desequilíbrio territorial**, mediante políticas públicas proativas que permitam aos agentes sociais desenvolver todas as potencialidades dos territórios interiores e rurais, aproveitando as oportunidades que poderão resultar dos novos paradigmas como a descarbonização, a economia circular e o desenvolvimento sustentável.

Os desafios formulados para o próximo período de programação consiste em começar a **aproveitar a mudança demográfica** para tirar partido das oportunidades que oferece uma população cuja esperança de vida é cada vez mais elevada e uma aposta decidida pela promoção de um quadro de cooperação mais ambicioso e no contexto dos novos contextos provocados pelas transições digital e energético-ambiental . É certo que a ao primeiro desafio estão associadas exigências tremendas de organização das sociedades e dos governos aos variados níveis territoriais que se colocam também aos territórios transfronteiriços, que são aliás objeto de atenção nas ações e tipologias de intervenção deste PIC. Porém, é também muito importante não ignorar as oportunidades decorrentes de vidas mais longas, ajustando o contributo económico das pessoas a períodos mais prolongados de atividade, valorizando a sua experiência e memória e o enquadramento da ascensão dos mais jovens. O segundo desafio coloca a necessidade de dar um salto qualitativo na cooperação para ir além dos fundos do quadro financeiro comunitário e da participação apenas das administrações públicas. Poder tirar o máximo proveito das transições digital e energético-ambiental exige envolver também no desafio aos atores sociais e a sociedade civil no seu conjunto e a disponibilizar os recursos endógenos que sejam possíveis.

2. MARCO NORMATIVO

Norte de Portugal se mantendrá en la categoría de región menos desarrollada y su porcentaje de cofinanciación del objetivo “Inversión en crecimiento y empleo” no será superior al 85%,

mientras que Galicia descenderá a la de región en transición, tanto por el hecho de haber descendido en porcentaje de PIB, a consecuencia de la gran recesión, como, por la ampliación de la horquilla de regiones en transición que ahora será del 75-100% de la media comunitaria; su porcentaje de cofinanciación del objetivo “Inversión en crecimiento y empleo” no será superior al 60%. En todo caso, el porcentaje de cofinanciación de cada programa INTERREG se mantendrá en el 80% actual.

Estos datos globales de las dos NUT 2 tienen que ser considerados en el contexto de las disparidades intra-regionales existentes en cada una de ellas, suscitando la preocupación por generar políticas que promuevan la innovación y la competitividad de la Euroregión y de sus dos regiones y, simultáneamente, creen las condiciones para llevar a mejores resultados de cohesión territorial, ampliando al máximo la base espacial de competitividad.

Los ejes y prioridades del Plan de Inversiones Conjunta Galicia-Norte de Portugal 2021-2027 deben estar en consonancia, necesariamente, con los de la planificación estratégica de la Unión Europea y de las dos NUT 2 implicadas. Los textos normativos que van a encuadrar el periodo de programación comunitaria 2021-2027 han iniciado su proceso legislativo con las Comunicaciones de la Comisión al Consejo y al Parlamento, remitidas el pasado 29 de mayo de 2018 y todavía no se ha culminado su proceso de aprobación definitiva. Por lo que al Plan de Inversiones Conjuntas se refiere, las más importantes son la COM(2018)_375_2018_0196 (Reglamento de Disposiciones Comunes, RDC), COM(2018)_372_2018_0197 (Reglamento FEDER y Fondo de Cohesión) y COM(2018)_374_2018_0199 (Reglamento INTERREG). Aprobado el RDC, en primera lectura, por el Parlamento Europeo, el pasado 27 de marzo de 2019, y teniendo en cuenta lo establecido en el Reglamento FEDER y Fondo de Cohesión, los once objetivos temáticos anteriores, en exceso concretos, se reducen a cinco objetivos políticos, más amplios, a saber:

2.1. LOS CINCO OBJETIVOS POLÍTICOS DE LA PROGRAMACIÓN EUROPEA

1. Una Europa más competitiva y más inteligente, promoviendo una transformación económica innovadora e inteligente y fortaleciendo las pequeñas y medianas empresas.

a. Mejorando las capacidades de investigación e innovación y la asimilación de tecnologías avanzadas.

b. Aprovechando las ventajas de la digitalización para los ciudadanos, las empresas y las Administraciones.

c. Fomentando el crecimiento y la competitividad de las pymes.

d. Desarrollando capacidades para la especialización inteligente, la transición industrial y el emprendimiento.

2. Una Europa más verde, baja en carbono, en transición hacia una economía con cero emisiones netas de carbono y resiliente, promoviendo una transición energética limpia y equitativa, la inversión verde y azul, la economía circular, la mitigación del cambio climático y la adaptación al cambio climático y la prevención y gestión de riesgos.

a. Promoviendo medidas dirigidas a la eficiencia energética.

b. Promoviendo las energías renovables.

c. Desarrollando sistemas de energía, redes y almacenamiento inteligentes a escala local.

d. Promoviendo la adaptación al cambio climático, la prevención de riesgos y la resiliencia ante las catástrofes.

e. Promoviendo una gestión hidrológica eficiente.

f. Promoviendo la transición a una economía circular.

g. Promoviendo la biodiversidad, las infraestructuras verdes en el entorno urbano y reduciendo la contaminación.

3. Una Europa más conectada mediante el refuerzo de la movilidad, en particular la movilidad inteligente y sostenible y la conectividad regional en el ámbito de las TIC.

a. Mejorando la conectividad digital.

b. Desarrollando una RTE-T sostenible, resistente al cambio climático, inteligente, segura e intermodal.

c. Desarrollando una movilidad sostenible, resistente al cambio climático, inteligente e intermodal a escala nacional, regional y local, en particular mejorando el acceso a la RTE-T y la movilidad transfronteriza.

d. Promoviendo la movilidad urbana multimodal sostenible.

4. Una Europa más social e integradora mediante la aplicación del pilar europeo de derechos sociales (adaptados en este caso a lo dispuesto por el Reglamento INTERREG).

a. Mejorando la efectividad de los mercados laborales y mejorando el acceso a empleos de calidad a través de las fronteras.

b. Mejorando el acceso y la calidad de la educación, la formación y el aprendizaje permanente a través de las fronteras con miras a aumentar el nivel educativo y los niveles de cualificación para que reciban reconocimiento transfronterizo.

c. Mejorando el acceso oportuno y en condiciones de igualdad a los servicios de asistencia sanitaria asequibles, sostenibles y de calidad a través de las fronteras.

d. Mejorando la accesibilidad, eficacia y resiliencia de los sistemas de asistencia sanitaria y los servicios de cuidados de larga duración a través de las fronteras.

e. Promover la inclusión social y luchar contra la pobreza, incluso mejorando la igualdad de oportunidades y luchar contra la discriminación a través de las fronteras.

5. Una Europa más próxima a sus ciudadanos, fomentando el desarrollo integrado y sostenible de todas las regiones, zonas e iniciativas locales.

a. Fomentando el desarrollo integrado en materia social, económica y medioambiental, el patrimonio cultural y la seguridad en las zonas urbanas.

b. Fomentando el desarrollo integrado en materia social, económica y medioambiental, el patrimonio cultural y la seguridad, en particular en las zonas rurales y costeras a través de un desarrollo local participativo.

Tal y como prevé el Reglamento FEDER y Fondo de Cohesión, tanto Portugal como España deberán destinar el 45% de su FEDER al Objetivo Político 1 y el 30% al Objetivo Político 2. Todo ello sin menoscabo de que el 30 % de los gastos presupuestarios de la UE debe orientarse en favor de objetivos climáticos.

2.2. LOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE LA COOPERACIÓN TERRITORIAL EUROPEA (INTERREG)

Por su parte, el Reglamento INTERREG establece dos objetivos específicos en el marco del ámbito de aplicación de los fondos FEDER:

1. Una mejor gobernanza INTERREG que en la cooperación transfronteriza y transnacional (componentes 1 y 2B) se debe traducir en:

a. Mejorar la capacidad institucional de las autoridades públicas, en particular las encargadas de administrar un territorio específico, y de las partes interesadas.

b. Mejorar la administración pública eficiente promoviendo la cooperación jurídica y administrativa y la cooperación entre los ciudadanos y las instituciones; en particular con miras a resolver los obstáculos jurídicos y de otra índole en las regiones fronterizas.

2. Una Europa más segura y protegida que resulta de escasa aplicación a la cooperación entre Galicia y Norte de Portugal por tratarse de un objetivo específico exterior para apoyar acciones en los ámbitos de la gestión del cruce fronterizo y la gestión de la movilidad y la migración, incluida la protección de los migrantes, que sólo podría ser de aplicación, y con dificultades, en proyectos del componente 2A.

Además, el Reglamento INTERREG indica que al menos un 60% de los fondos FEDER deben concentrarse en tres de los cinco objetivos políticos del RDC. El 15% deberá destinarse al objetivo específico “Una mejor gobernanza INTERREG”. También debe destacarse que se destinará un 11,5% de INTERREG a un nuevo componente pensado para las inversiones Interregionales en innovación mediante la comercialización y la ampliación de los proyectos Interregionales en materia de innovación que puedan fomentar el desarrollo de las cadenas de valor europeas.

Finalmente, la Iniciativa Urbana Europea, que pretende englobar las ayudas al desarrollo urbano sostenible, gestionada directa o indirectamente por la Comisión Europea, puede alcanzar del 6% del FEDER -propuesta de la Comisión- al 10% -propuesta del Parlamento-. Aunque pueda ubicarse el desarrollo urbano integrado en el Objetivo Político 5, lo cierto es que se trata de una cuestión transversal que también afecta a los otros cuatro.

Se establece un método de asignación de recursos por Estado miembro para la cooperación territorial, en su componente transfronteriza, que se correspondería con la suma de la población total de todas las regiones fronterizas de nivel NUTS 3 y de otras regiones de nivel NUTS 3 en las que al menos la mitad de la población de la región viva en un radio de 25 kilómetros de la frontera y la suma de la población que viva en un radio de 25 kilómetros de las fronteras.

2.3. A EURORREGIÃO NO QUADRO DO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO

O PIC Galicia-Norte de Portugal, embora não esgote a dinâmica de cooperação entre as duas regiões, representa um relevante instrumento de programação ao serviço do robustecimento institucional da Eurorregião e da passagem da cooperação já existente no terreno a um estágio

de maior aprofundamento, compatível com os desafios que o estado da economia global e da própria União Europeia colocam a este espaço do Noroeste europeu.

Assim, o PIC Galicia-Norte de Portugal para além de dever responder aos anseios e expectativas de investimento dos principais *stakeholders* que animam e estruturam a cooperação Galicia-Norte de Portugal, deve também ser encarado como uma oportunidade de, incrementalmente e capitalizando a diversidade dos processos de cooperação já alcançados, promover o robustecimento institucional e de qualidade de investimento na Eurorregião.

Certamente que continuam a existir diferenças em matéria de estatuto político-institucional das duas regiões e que os próprios regimes que enquadram a aplicação dos FEEI na Galicia e no Norte de Portugal não são similares como aliás já foi expressado neste documento. Sabemos também que a não harmonização plena das condições salariais e que as diferentes condições de acolhimento empresarial nas duas regiões tendem por vezes a provocar atritos que resultam do aprofundamento do mercado único europeu e do seu equivalente em termos de mercado ibérico e transfronteiriço neste tipo de condições. E sabemos também que inevitavelmente continuarão a existir focos de concorrência entre as duas regiões, já que as estratégias empresariais e privadas se guiam por identificação e aproveitamento de oportunidades que nem sempre é possível compatibilizar num quadro estratégico de Eurorregião, por mais compreensivo que este se apresente.

Mas, apesar de todas estas realidades, os promotores iniciais da ideia de Eurorregião e os seus atuais seguidores sabem que existem vantagens estratégicas da cooperação, atendendo à natureza periférica do Noroeste europeu e aos desafios que o estado de incerteza e de concentração da economia mundial e da própria União Europeia coloca a este tipo de territórios mais marginalizados das grandes dinâmicas do investimento a nível global. O modelo de aproveitamento de complementaridades para reforço das condições de competitividade conjunta que anima, desde o início, o projeto da Eurorregião tem todas as condições para ser continuamente melhorado e esse é um desafio de cada período de período de programação. O presente período de programação não foge à regra.

A notoriedade alcançada pela cooperação Galicia-Norte de Portugal no espaço europeu e das iniciativas de diferente natureza promovidas pelas autoridades comunitárias ilustra o alcance daquela ideia pioneira de Eurorregião. O exemplo da elaboração conjunta de uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente transfronteiriça para a Eurorregião constitui um exemplo pioneiro de cooperação num domínio de nova geração, alinhado com os grandes objetivos de inovação da União Europeia. Ele mostra que a Eurorregião pode estar à altura das políticas

regionais de nova geração em que o binómio inovação-competitividade tem uma importância estratégica e certamente haverá espaço para neste período de programação aprofundar a sua revisão em função de resultados alcançados.

O aprofundamento da Euroregião deve também estar à altura das expectativas e aspirações dos cidadãos que animam no quotidiano o relacionamento transfronteiriço. É o caso dos trabalhadores que residem numa região e trabalham noutra, cuja reciprocidade é hoje cada vez mais evidente, e os cidadãos que esperam há longo tempo por uma gestão mais flexível do acesso aos serviços públicos (particularmente os de saúde, mas não só) existentes nos territórios transfronteiriços da Euroregião.

E *last but not the least* o projeto de Euroregião tem sabido coexistir e impulsionar inúmeras iniciativas de cooperação territorial ao longo do espaço transfronteiriço, trazendo para o projeto a generosidade e criatividade locais, seja ao nível da cooperação no interior do sistema urbano da Euroregião, seja ao nível de comunidades territoriais, de AECT e de Eurocidades. Assim, o equilíbrio necessário entre as lógicas inter-regional e das comunidades territoriais e urbanas transfronteiriças deverá continuar a representar um dos principais ativos específicos do projeto Euroregião.

DIAGNÓSTICO

1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE

A melhoria na competitividade da Eurorregião vai representar em elemento-chave do êxito do PIC, tendo especialmente em conta as mudanças geopolíticas que podem resultar da pandemia do COVID-19, reconhecendo embora a indeterminação que ainda paira sobre estas mudanças. A desejada competitividade tem necessariamente de se apoiar nas dimensões do desenvolvimento inteligente, integrado e sustentável, condição de geração de emprego duradouro e de qualidade.

1.1. INVESTIMENTO EN I+D

Os efectos da Gran Recesión tiveron unha clara translación aos investimentos en I+D. O primeiro obxectivo da Axenda Europa 2020 vai quedar lonxe de ser cumprido. En efecto, alcanzar o 3% de investimento sobre o PIC non parece posible no conxunto da Unión Europea. Con todo, a Eurorrexión presenta unha variación entre 2010 e 2017 mellor que a dos seus respectivos países. Mentres Portugal e España teñen baixado na súa porcentaxe de investimento, Galicia mantense e o Norte mesmo gaña unha centésima. Nos dous casos, foi o investimento das empresas en I+D quen explica os números finais. Porén, o investimento empresarial, a pesares desa mellora, segue a estar moi por baixo da media da Unión Europea. A recuperación do investimento público en I+D aos niveis anteriores a Gran Recesión é unha materia pendente para poder incrementalalo e achegarse a ese obxectivo do 3% en porcentaxe do PIB.

Táboa 1. Gasto en I+D (porcentaxe do PIB) en 2010.

País/região	Total	Empresa	Sector Público	Universidades	Org. privadas sen ánimo de lucro
UE27	2,00	1,24	0,26	0,49	0,02
España	1,39	0,72	0,28	0,39	0,00
Galicia	0,94	0,42	0,15	0,37	0,00
Portugal	1,59	0,73	0,11	0,58	0,16
Norte	1,50	0,69	0,10	0,58	0,13

Fonte: Eurostat.

Táboa 2. Gasto en I+D (porcentaxe do PIB) en 2017.

País/região	Total	Empresa	Sector Público	Universidades	Org. privadas sen ánimo de lucro
UE27	2,07	1,37	0,23	0,46	0,02
España	1,21	0,67	0,21	0,33	0,00
Galicia	0,94	0,48	0,14	0,32	0,00
Portugal	1,32	0,67	0,07	0,56	0,02
Norte	1,51	0,81	0,08	0,61	0,01

Fonte: Eurostat.

1.2. ÍNDICE DE INNOVACIÓN REXIONAL

Acaban de publicarse os datos nacionais do Regional Innovation Scoreboard 2020. Tanto Portugal como España melloran posicións. Portugal pasa do nivel medio ao forte, e segue no posto 17 dos 37 países avaliados, España mantense no nivel medio, pero avanza desde o posto 22 ao 19. Desagregado por rexións, Galicia sitúase no nivel medio-baixo, sendo a decimoprimeira das dezasete Comunidades Autónomas. Norte xa figuraba no nivel forte-baixo, xunto con Lisboa e Centro.

Na comparativa de indicadores, o mais destacado é o gran avance obtido pola Região Norte no índice rexional de innovación (16,5% mais do que tiña en 2011) e o menor, pero tamén avance, de Galicia (4,4%). Os puntos fortes do Norte están nas solicitudes de marcas e deseños feitas ante a European Patent Office (EPO) e nas publicacións científicas internacionais; pola súa banda, os puntos fortes de Galicia teñen que ver coa poboación con educación superior, coas solicitudes de marcas diante da EPO e coas publicacións científicas internacionais. Hai, pois, unha converxencia en dúas das tres fortalezas o que debería favorecer a cooperación no ámbito da I+D. Polo que respecta ás debilidades, as tres máis significativas en Galicia son, por esta orde, as solicitudes patentes internacionais, as solicitudes de deseños e o investimento en I+D do sector privado; no caso da Região Norte, as tres maiores debilidades rexístranse na solicitude de patentes diante da EPO, no emprego en industrias de alta tecnoloxía e servizos intensivos en coñecemento e nos investimentos en I+D do sector privado. De novo, hai coincidencia en dúas das tres debilidades, aínda que cómpre advertir que, dada a mellor posición neste Índice da Região Norte o emprego en industrias de alta tecnoloxía e servizos intensivos en coñecemento, sinalado como debilidade, presenta mellores números que en Galicia. Con todo, o importante a

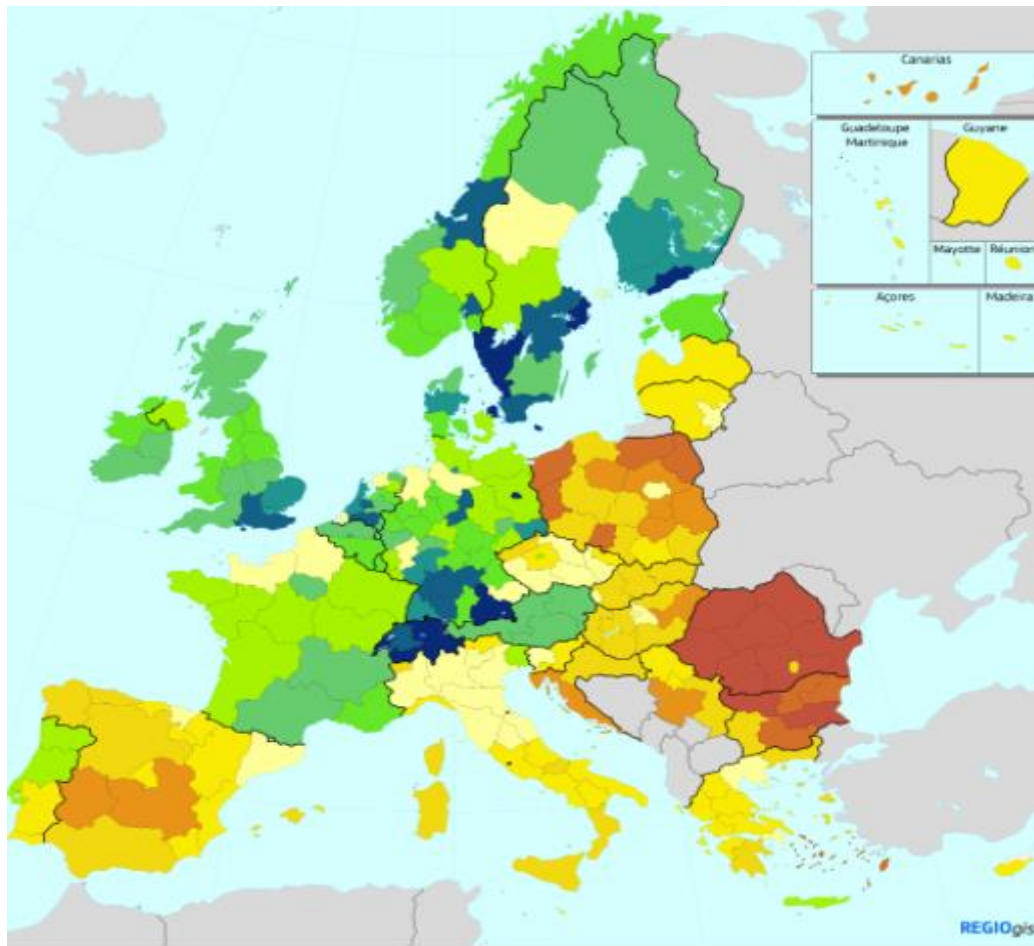
destacar é que, unha vez máis, danse as condicións para traballar cooperativamente na mellora da investigación, da innovación e da súa transferencia na Eurorrexión.

Táboa 3. Posición no Regional Innovation Scoreboard 2012 e 2020.

País/rexión	2011	2019
España	Medio	Medio
Galicia	Medio-Baixo	Medio -Baixo
Portugal	Medio	Forte
Norte	Medio–Alto	Forte-Baixo

Fonte: Regional Innovation Scoreboard 2020

Mapa 1. Grao de innovación por NUTS II



Regional performance groups



Source: European Commission - Regional Innovation Scoreboard 2019

0 500 km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries.

Táboa 4. Posición no conxunto das rexións UE (100) para Galicia e o Norte de Portugal para cada indicador empregado no Regional Innovation Scoreboard 2019.

País/rexión	Poboación con educación superior	Aprendizaxe ao longo da vida	Publicacións científicas internacionais
Galicia	132	87	114
Norte	70	78	128
País/rexión	Publicacións científicas máis citadas	Gasto en I+D sector público	Gasto I+D sector privado
Galicia	77	80	56
Norte	84	102	75
País/rexión	Solicitude de patentes internacionais á EPO	Solicitude de marcas á EPO	Solicitude de deseños industriais á EPO
Galicia	27	111	33
Norte	38	193	131
País/rexión	Emprego en MHTech e servizos intensivos en coñecemento	Índice Rexional de Innovación	Evolución Índice Rexional de Innovación entre 2011 e 2019
Galicia	73	58.3	4,4%
Norte	74	97	16,5%

Fonte: Regional Innovation Scoreboard 2019

1.3. ESTRUCTURA EMPRESARIAL

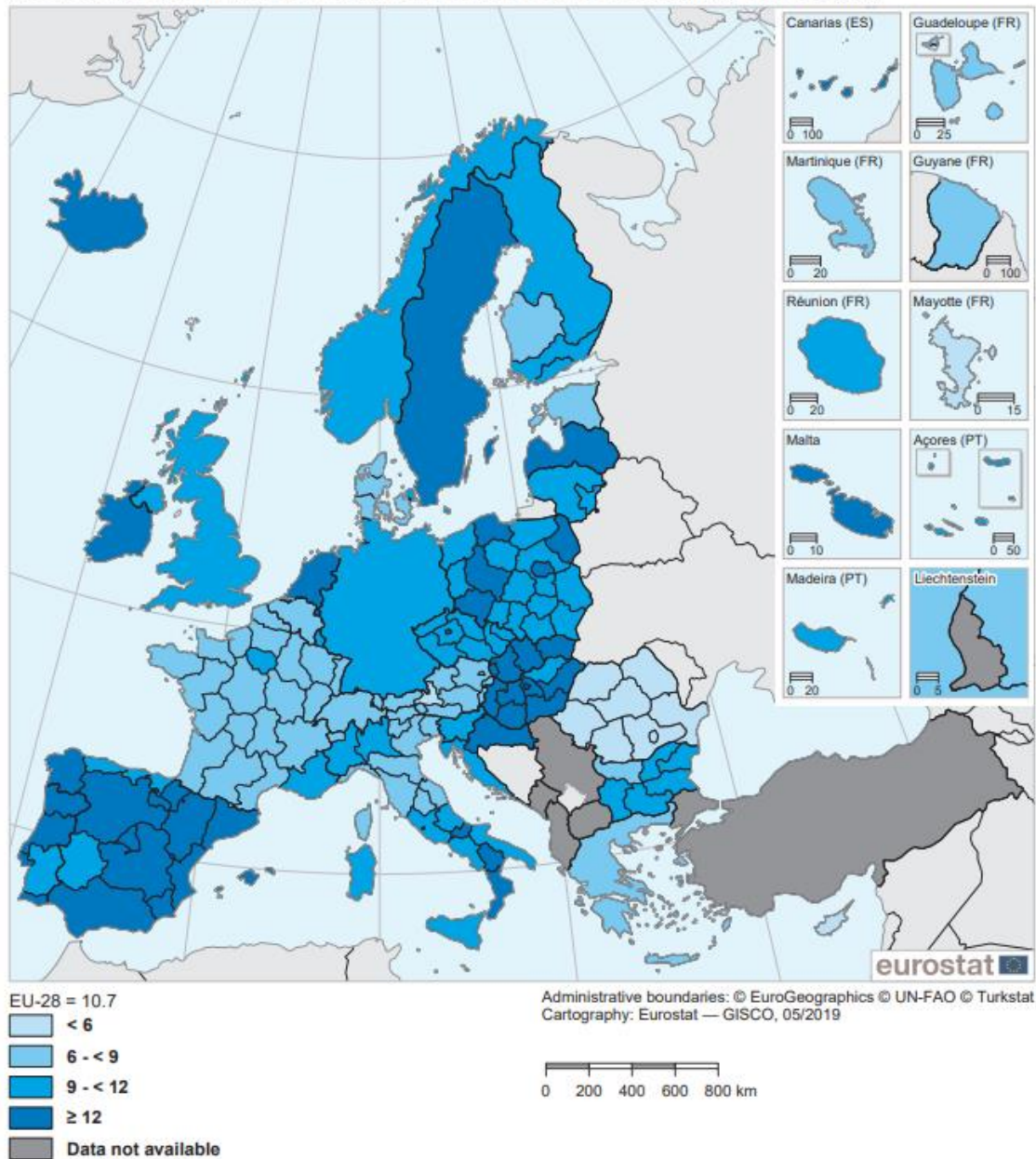
As estruturas empresariais das dúas partes da Eurorrexión son dabondo similares. Hai unha hexemonía abafante das chamadas microempresas, aquelas que empregan a menos de 10 persoas, que veñen a supoñer unha media do 96%. Mesmo, no caso do Norte, aqueles nas que so traballa unha persoa representan o 68% do total. As pequenas e medianas empresas están na contorna do 4% restante, deixando unha franxa mínima para as grandes empresas. Porén, compre por estes datos no seu contexto. Esa exigua porcentaxe de empresas da traballo, sen embargo, ao 23,8% do total, no caso da Região Norte. Por contra, o abraiante 96% das microempresas, empregan ao 22% dos traballadores, sendo pois a pequena e a mediana empresa as que acollen á maioría da man de obra da Eurorrexión.

Resulta alentador observar que o conxunto da península ibérica lidera as porcentaxes de empresas de alto crecemento – definidas, nos datos que figuran no mapa nº 2, como aquelas nadas antes de 2013 e que seguían activas en 2016, que contaban con máis de 10 traballadores ao nacer e tiveron unha taxa de crecemento anual de emprego superior ao 10%—. Tamén é interesante facer a comparación, coa media da Unión Europea, no que atinxe á porcentaxe de poboación activa empregada no sector científico e tecnolóxico, con Galicia nesa media e o Norte achegándose con forza nos últimos anos.

Mapa 2. Empresas de alto crecemento (PT=12.75 ES= 13.92)

Map 7.5: High-growth enterprises, 2016

(%, share of high-growth enterprises among all enterprises in the business economy, by NUTS 2 regions)



Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

Táboa 5. Porcentaxe de poboación activa empregada no sector científico e tecnolóxico.

País/região	2008	2018
UE	37.4	45.6
España	37	44.1
Galicia	37.2	44.4
Portugal	21.4	35.8
Norte	17.6	32.4

Fuente: Eurostat,

Táboa 6. Número de empresas de alto crecemento en industria, construción e servizos.

País/região	2012	2017
España	9.140	21.332
Galicia	488	1.052
Portugal	3.240	6.291
Norte	1.307	2.460

Fonte: Eurostat

Táboa 7. Empresas por número de asalariados

País/região	Microempresas (0-9 empregados)	Empresas pequenas (10-49 empregados)	Empresas medianas (50-250 empregados)	Empresas grandes (+ 250)
España (2018)	1.339.433 (89.78%)	126.345 (8.46%)	20.149 (1.35%)	5.838 (0.39%)
Galicia (2018)	242.082 (96.06%)	8.199 (3.25%)	1.456 (0.57%)	253 (0.10%)
Portugal (2017)	1.196.753 (96,3%)	39.022 (3,1%)	5.974 (0,4%)	944 (0,07%)
Norte (2017)	400.034 (95,7%)	15.442 (3,6%)	2.349 (0,5%)	257 (0,06%)

Fonte: INE e IGE

1.4. EMPREGO

Un dos obxectivos da Axenda Europa 2020 era alcanzar unhas taxas de emprego do 75% da poboación activa. A Unión Europea non vai conseguir esa meta porque está por baixo do 69% e as consecuencias da pandemia da COVID-19 van reducir, moi posiblemente, esa cifra. A Eurorrexión presenta unha certa asimetría, cun Norte na media europea e unha Galicia por baixo dela. Esa asimetría é moito máis evidente se falamos das taxas de desemprego. Mentres a Região Norte consegue situarse na media europea, Galicia case dobra a porcentaxe, chegando a un preocupante 13,3%. Se a comparación se realiza na variable do desemprego xuvenil, daquela o panorama escurece máis. A Região Norte alónxase da media, con catro puntos máis de paro, e Galicia máis que a dobra, cun alarmante 32,5%. Tampouco mellora o resultado se analizamos os datos da poboación empregada con máis de 55 anos, onde tanto a Região Norte como Galicia ofrecen peores números que para o conxunto da poboación activa.

Táboa 8. Taxas de desemprego en 2018.

País/região	Poboación activa	Poboación moza
Unión Europea	6.9%	15.2%
España	15.3%	34.3%
Galicia	13.3%	32.5%
Portugal	7.1%	20.3%
Norte	7.4%	19%

Fonte: Eurostat.

Táboa 9. Taxas de emprego en 2019.

País/rexión	Poboación activa	Poboación +55 anos
Unión Europea	68.4%	59,1
España	63,3%	53,8
Galicia	63,8%	52,5
Portugal	70,5%	60,4
Norte	69%	56,2

Fonte: Eurostat.

Se reparamos nos sectores máis castigados, en termo de empregos, pola Gran Recesión sufrida, a construción e as minas e canteiras –moi vinculadas coa construción– son os grandes damnificados nas dúas rexións. Porén, mentres o sector industrial apenas tivo un retroceso do 5% no Norte, desfondouse ata un 26% en Galicia. É dicir, o Norte presenta unha importante resiliencia ao declive industrial, mentres que Galicia encóntrase nunha situación crítica que non semella poder invertirse. Hai unha última asimetría que cómpre destacar polo seu impacto futuro. Mentres a Região Norte tivo un crecemento lixeiramente superior á media comunitaria no sector das actividades profesionais, científicas e técnicas, Galicia presente un resultado plano neste ámbito.

Táboa 10. Porcentaxe de crecemento de empregados entre 2008 e 2017.

País/rexión	Minas e canteiras	Industria	Construción	Comercio	Transporte e almacén
UE28 (2011-2017). Os datos da fonte para a EU 28 non comezan ata 2011	24.26	2.26	0.85	1.39	8.20
España	46.29	20.34	49.41	6.23	10.18
Galicia	49.07	25.65	46.87	8.82	10.62
Portugal	30.72	9.06	39.85	9.67	3.83
Norte	33.81	4.86	32.38	4.52	27.80

País/rexión	Hostelería e restauración	Información e comunicación	Gas e electricidade	Auga e xestión de residuos	Actividades inmobiliarias
UE28 (2011-2017)	20.82	20.54	5.69	15	13.70
España	14.61	9.66	14.77	68.13	13.29
Galicia	10.72	19.21	5.72	74.13	28.98
Portugal	16.68	31.61	22.75	15.31	15.36
Norte	17.38	49.65	29.18	15.62	14.56

País/rexión	Actividades profesionais, científicas e técnicas	Actividades administrativas e de apoio aos servizos
UE28 (2011-2017)	19.29	20.47
España	0.9	12.24
Galicia	0.2	5.44
Portugal	10.86	13.43
Norte	20.49	31.18

Fonte: Eurostat.

1.5. PIB

A última década foi unha década perdida para a Eurorrexión no proceso de converxencia cos países da Unión Europea. Especialmente para Galicia que fora minorando a desvantaxe coa media comunitaria nos períodos anteriores. Afortunadamente, nos dous casos se perciba unha recuperación a partir de 2012 que haberá, porén, que confirmar tralo impacto das consecuencias económicas da COVID-19.

Táboa 11. Evolución do PIB (millóns de euros, prezos correntes).

País/região	2008	2012	2017
España	1.116.255	1.039.815	1.166.319
Galicia	58.586.07	54.028.45	60.568.09
Portugal	178.872.88	168.397.97	194.613.47
Norte	50.458.22	48.538.1	57.240.64

Fonte: Eutostat

Táboa 12. Evolución do PIB en PPS (UE=100)

País/região	2008	2012	2017
España	101	91	92
Galicia	88	80	82
Portugal	81	75	77
Norte	65	62	65

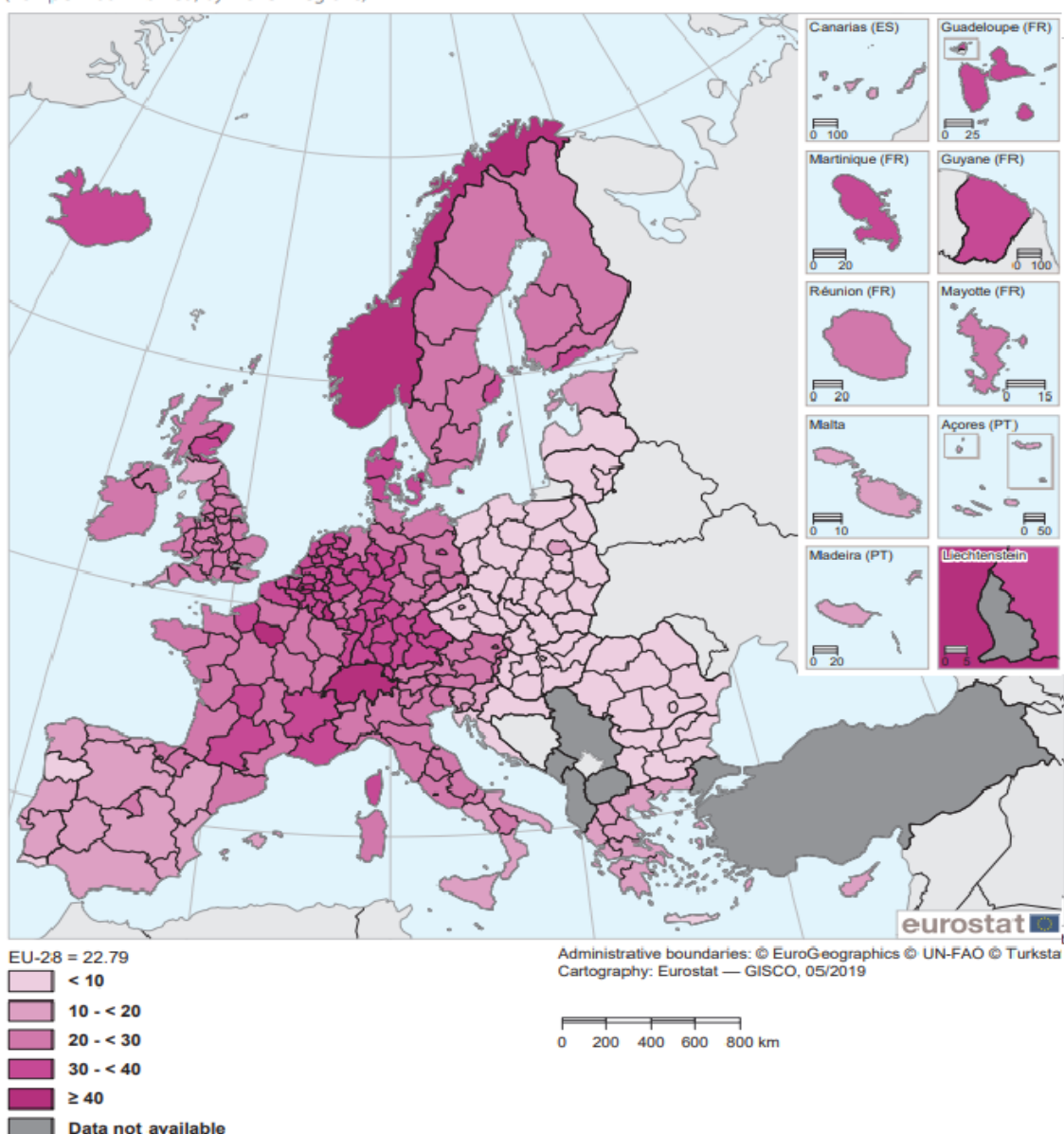
Fonte: Eutostat

1.6. SALARIOS E PRODUTIVIDADE

O desequilibrio existente nas retribucións salariais a un e outro lado da raia non favorece a creación dun verdadeiro mercado laboral tranfronteirizo. Ademais, o forte diferencial coa media da Unión Europea, especialmente relevante para a Região Norte onde a hora de traballo ten a metade de retribución e sitúase entre as rexións con peores salarios do continente, constitúe unha seria ameaza tanto a retención como ao retorno do talento mozo na Eurorrexión.

Mapa 3. Euros por hora traballada nas NUTS 2

Map 6.4: Compensation of employees, 2016
(EUR per hour worked, by NUTS 2 regions)



Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

Táboa 13. Ganancia por hora normal de traballo en 2017 en euros

País/região	2017
UE 27	18.4
España	15.9
Galicia	13.9
Portugal	9.5
Norte	8.5

Fonte: Eutostat

A baixa remuneración ten un claro correlato nos índices de produtividade eurorrexional. Aínda que se van aproximando timidamente á media comunitaria ao longo deste século, están moi por baixo dela, sobre todo na Regiãõ Norte, con cifras que volven significar a metade da media da Unión Europea. O conxunto da Eurorrexión ofrece unhas cifras que se corresponden cos últimos banzos das rexións europeas, ao mesmo nivel que a maioría das procedentes do antigo bloque soviético, o Mesogiorno italiano e Grecia. Esta é unha eiva que cómpre ir atallando paso paso, pero con firmeza si se quere incrementar de xeito notable a competitividade do territorio e das súas xentes. Cómpre non esquecer que se trata dun fenómeno multicausal e que sería conveniente abordalo desde diferentes perspectivas para conseguir bos resultados a medio prazo.

Táboa 14. Produtividade (valor da produción en euros/horas traballadas)

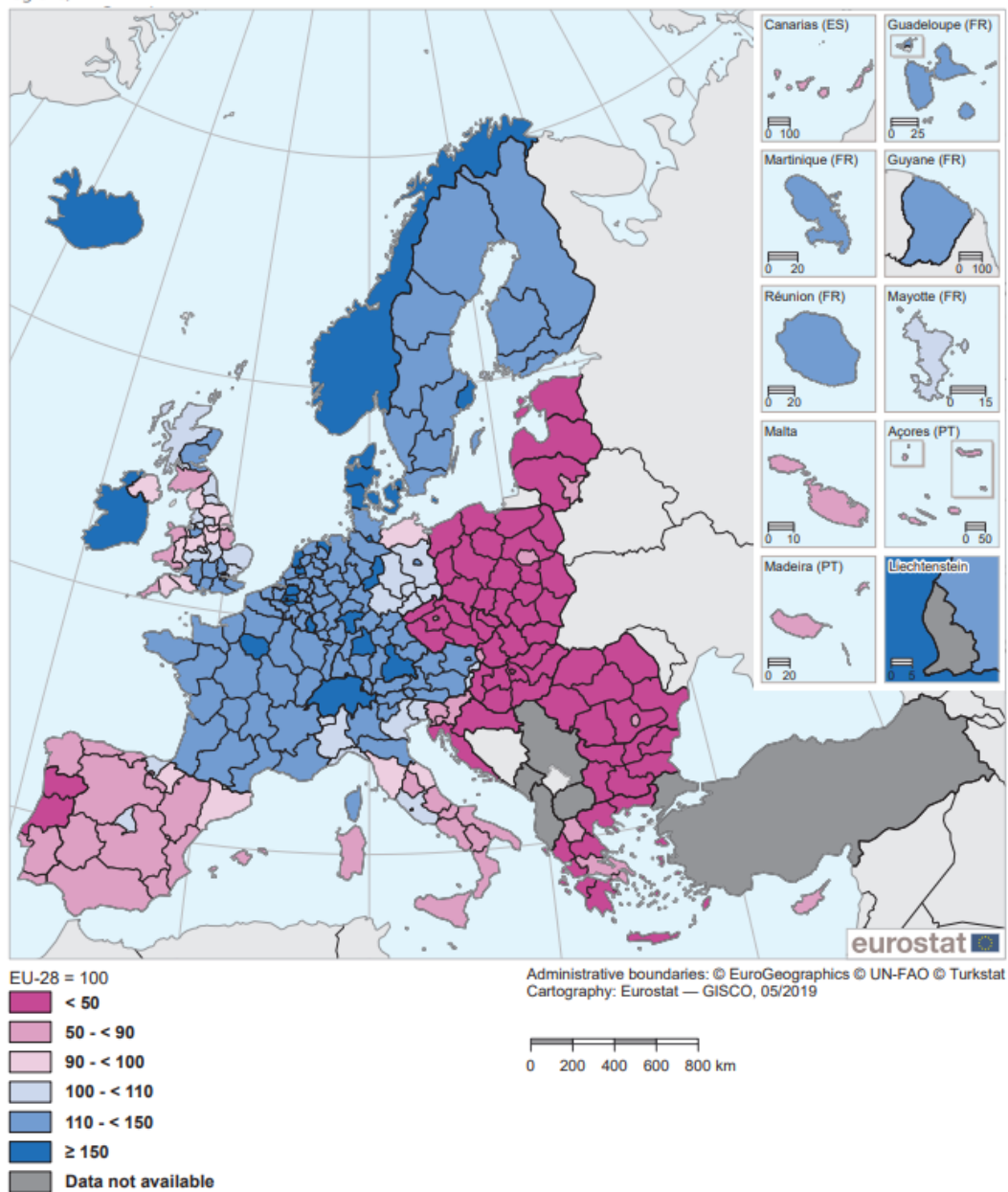
País/região	2000	2005	2010	2015
UE27	22	26	30	34
España	20	25	30	31
Galicia	18	22	27	29
Portugal	12	14	17	18
Norte	10	12	14	16

Fonte: Eurostat

Mapa 4. Produtividade laboral en 2016

Map 6.5: Labour productivity, 2016

(EU-28 = 100, index based on gross value added per hour worked in EUR in relation to the EU-28 average, by NUTS 2 regions)



Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

Táboa 15. Produtividade (valor da produción en euros/horas traballadas)

País/região	2000	2005	2010	2015
UE27	22	26	30	34
España	20	25	30	31
Galicia	18	22	27	29
Portugal	12	14	17	18
Norte	10	12	14	16

Fonte: Eurostat

1.7. CONECTIVIDADE DIXITAL

Tanto o Norte como Galicia fixeron un gran esforzo de achegamento ás medias comunitarias no número de fogares con acceso a internet, mesmo Galicia se sitúa moi próxima a esa media. Porén, nun mundo no que a dixitalización se vai impor con todas as súas consecuencias, cómpre manter ese esforzo e incrementalalo para escalar posicións entre as rexións europeas. Hai un dato preocupante no que o achegamento, logrado, é menor, mesmo moito menor en Galicia. A porcentaxe de usuarios diarios de internet, entre os 16 e os 74 anos segue a ser sensiblemente inferior á media da Unión Europea. O mesmo acontece coas persoas que nunca utilizan a rede. Porén, neste caso é verdade que se partía de cifras moi malas e a redución ten sido significativa, se ben no Norte aínda presenta números excesivamente baixos.

Táboa 16. Porcentaxe de fogares con acceso a Internet.

País/região	2008	2018
UE	48	86
España	44	86
Galicia	31	82
Portugal	39	77
Norte	36	74

Fonte: Eurostat

Táboa 17. Porcentaxe de usuarios diarios de Internet (16-74 anos).

País/região	2011	2018
UE	56	76
España	47	72
Galicia	41	65
Portugal	42	64
Norte	37	58

Fonte: Eurostat

Táboa 18. Porcentaxe de individuos que nunca usan Internet (16-74 anos).

País/região	2011	2018
UE	24	11
España	32	13
Galicia	42	17
Portugal	46	23
Norte	50	27

Fonte: Eurostat

Se resultaba preocupante o insuficiente número de persoas que utilizaba diariamente internet, é máis preocupante aínda o moi baixo número de persoas que compra bens e servizos a través da rede. Con todo, como acontece coas outras porcentaxes, partíase dunhas cifras tan baixas que Galicia pasou de estar catro veces por baixo da media da Unión Europea a estar a un pouco máis da metade, en apenas sete anos, e o Norte de estar oito veces por baixo a estalo un pouco menos que tres. Impulsado pola forte crise do sistema bancario que se ten traducido nun importante peche de oficinas coa conseguente redución de persoal, o emprego da banca electrónica, aínda sendo inferior á media comunitaria, presenta mellores cifras.

Táboa 19. Porcentaxe de usuarios que compra bens e servizos por Internet (16-74 anos).

País/região	2011	2018
UE	17	19
España	7	11
Galicia	4	8
Portugal	3	8
Norte	2	7

Fonte: Eurostat

Táboa 20. Porcentaxe de usuarios que utiliza banca electrónica (16-74 anos).

País/região	2011	2018
UE	36	54
España	27	49
Galicia	22	50
Portugal	22	39
Norte	20	33

Fonte: Eurostat

Finalmente, hai dous dominios nos que os habitantes da Eurorrexión si teñen alcanzado a converxencia cos seus homólogos europeos. Trátase da actividade nas redes sociais nas que están, practicamente, á par e, en segundo lugar, no uso da rede para a participación cívico-política na que mesmo están por encima da media da Unión Europea.

Táboa 21. Porcentaxe de usuarios con actividade en redes sociais (16-74 anos).

País/región	2011	2018
UE	38	56
España	35	58
Galicia	31	52
Portugal	32	59
Norte	27	54

Fonte: Eurostat

Táboa 22. Porcentaxe de individuos que usan Internet para a participación cívico-política (16-74 anos).

País/región	2017
UE	16
España	20
Galicia	18
Portugal	19
Norte	17

Fonte: Eurostat

1.8. CONECTIVIDADE E INTERMODALIDADE

A Eurorrexión conta cun aeroporto nodal europeo (Porto) e con outros cinco máis complementarios, de diferentes categorías (Santiago, Coruña, Vigo, Bragança e Chaves). Ten dous dos doce portos nodais que hai na península ibérica (Porto e Coruña). Tamén aparece

conectada, por dobre vía, coa REN-T deseñada pola Comisión Europea, especialmente mellorada pola inminente modificación do Regulamento (UE) 1316/2103 polo que se creou o mecanismo “Conectar Europa” que vai incluír dentro do corredor atlántico, na súa parte de mercadorías ferroviarias, as conexións de Venta de Baños- Leon- Monforte-Ourense - Vigo -Coruña como corredor prioritario da rede global. Danse, pois, as circunstancias acaídas para tirar partido desta conectividade. Máis se temos en conta a existencia de autoestradas do mar que tamén teñen escala neses portos e noutros máis do territorio (Vigo) e cunha terminal ferroviaria complementaria en Monforte de Lemos.

Mapa 5: Corredor Atlántico de mercadorías ferroviarias coa modificación do Regulamento (UE) 1316/2013

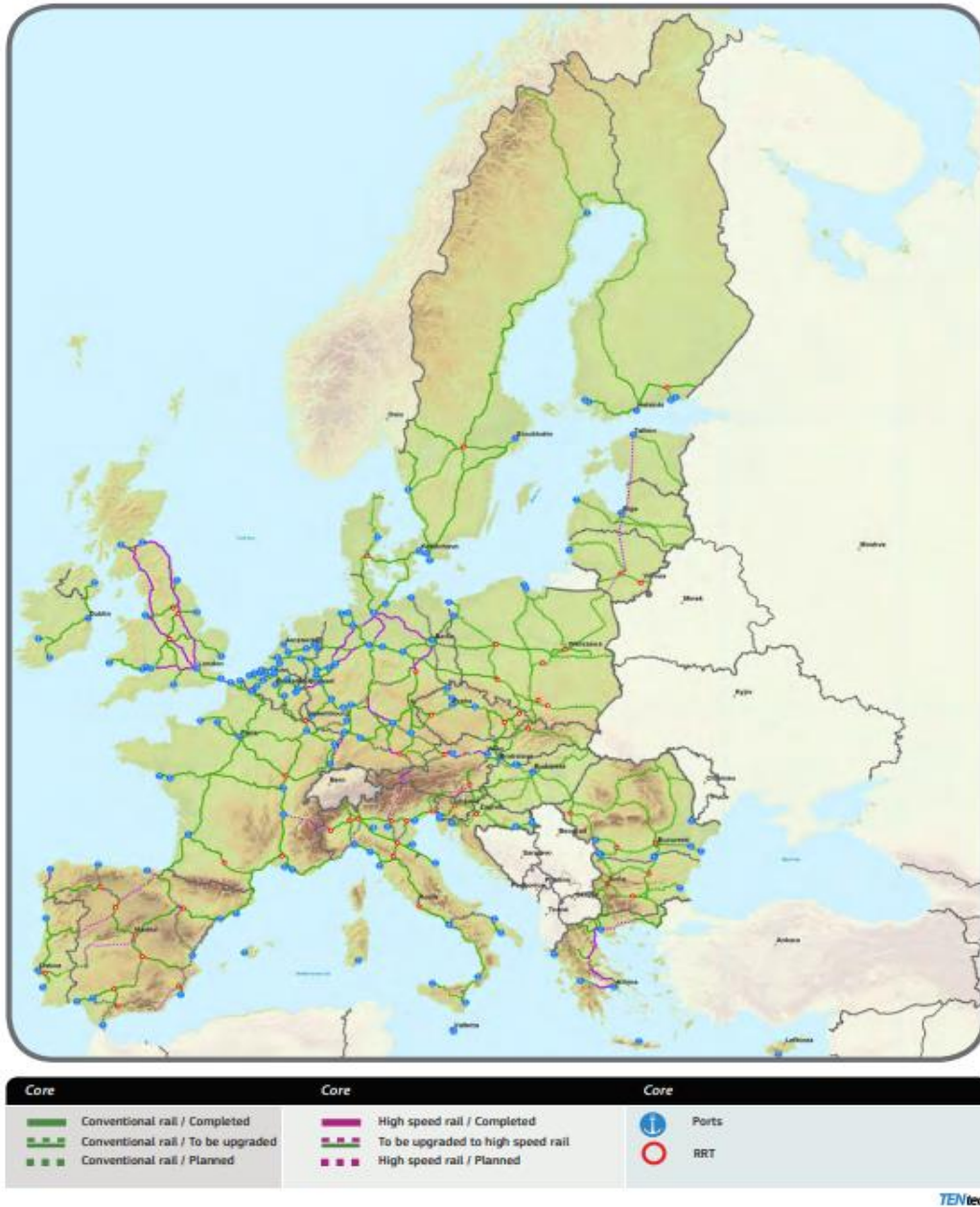


Fonte: Ministerio de Fomento

Mapa 6. Redes europeas de REN-T (ferrocarril de altas prestaciones para mercadorías), terminais ferroviarias e portos nodais



Core Network:
Railways (freight), ports and rail-road terminals (RRT)
EU Member States



Fonte: TRANS-EUROPEAN TRANSPORT NETWORK

Mapa 7. Rede europeia nodal de aeroportos e tren de alta velocidade (pasaxeiros). Rede complementaria de aeroportos e ferrocarril



Fonte: TRANS-EUROPEAN TRANSPORT NETWORK

Mapa 8. Redes europeas nodais e complementarias de trens de mercadorías, portos e terminais ferroviarias

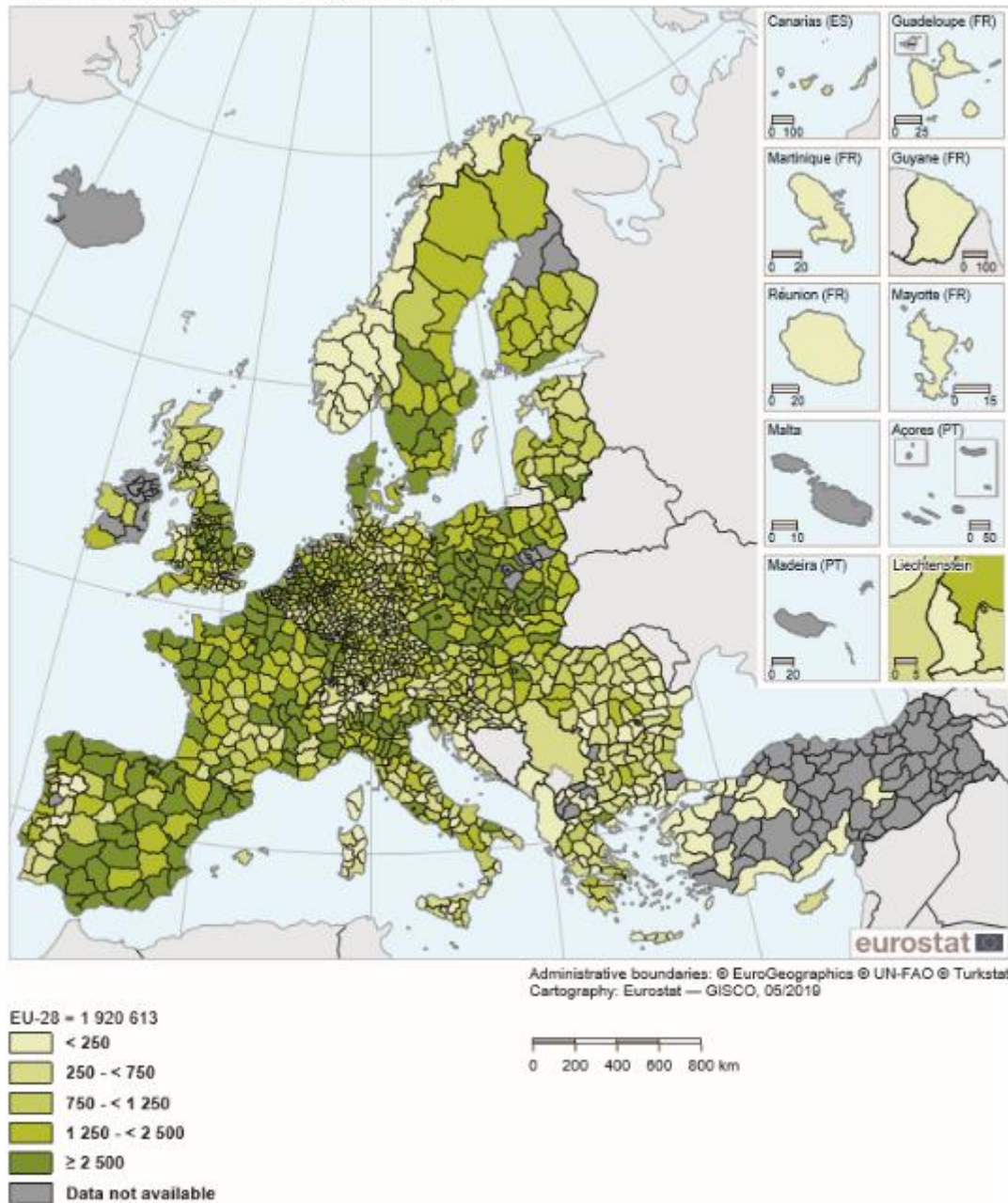


Fonte: TRANS-EUROPEAN TRANSPORT NETWORK

Porén, os mapas mostran algúns aspectos difíciles de mellorar no futuro a curto e medio prazo. O deserto ferroviario do interior da Região Norte é un deles. Outro que si pode ser abordado son as prestacións de velocidade alta para o ferrocarril litoral de pasaxeiros nesa mesma rexión. Por contra, un ámbito no que a Eurorexión está ben posicionada é o do transporte de mercadorías por estrada.

Mapa 9. Transporte de mercadorías por estrada

Map 11.3: Road freight transport for goods loaded within the EU-28, 2017
(million tonne-kilometres, by NUTS 3 region of loading)



Fonte: Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

1.9. CLÚSTERES

A creación de clústeres, nos sectores máis competitivos, semella un paso necesario para afrontar a internacionalización económica eurorrexional. O recoñecemento da calidade deses agrupamentos por organismos como o European Secretariat for Cluster Analysis (ESCA) é un banzo importante que permite visibilizar os esforzos e tirar proveito deles. Ao mesmo tempo, supoñen unha mellora substancial da imaxe de marca da calidade produtiva da Eurorrexión. Sen dúbida, a cooperación entre os clústeres, coa creación de clústeres transfronteirizos, é un camiño ideal para gañar escala desde un enfoque holístico da competitividade. Nesa liña, partíase dun único clúster transfronteirizo no período 2007-2013, o EUROclusTEX (Clúster Téxtil / Roupa / Moda Norte de Portugal - Galicia) e alcanzouse a cifra de cinco no período 2014-2020, sumando clústeres transfronteirizos nos sectores da automoción, das TIC, do metal e da biotecnoloxía. A excelencia e grao de madureza conseguidos por outros clústeres activos no territorio fan pensar nunha ampliación deste número no próximo período de programación.

Táboa 23. Clústeres (En verde, Clústeres con recoñecemento “Gold Label” internacional. En laranxa, Clústeres con recoñecemento “Bronze Label” internacional)

País/región	Sector
Galicia	Acuicultura (Cluster de Acuicultura de Galicia)
	Audiovisual (Audio-visual Cluster en Galicia)
	Gráfico (Cluster da Comunicación Gráfica)
	Alimentación (Cluster Alimentario de Galicia)
	Naval (Asociación Cluster do Naval Galego-ACLUNAGA)
	Granito (Cluster do Granito)
	TIC (Cluster da Tecnoloxía da Información e da Comunicación en Galicia)
	Téxtil (Confederación de Industrias Téxtiles de Galicia-COINTEGA)
	Automoción (Cluster de empresas de Automoción de Galicia-CEAGA)
	Turismo (Clúster Turismo de Galicia)

	<p>Madeira (Cluster da Madeira de Galicia-CMD)</p> <p>Saúde (Cluster Saúde Galicia)</p> <p>Produtos Mar (ANFACO-CECOPECA. Cluster Alimentación Mar)</p> <p>Bioteconoloxía (Clúster BIOGA)</p>
Norte	<p>PRODUTECH - Pólo das Tecnoloxias de Produción</p> <p>Portuguese AgroFood Cluster</p> <p>Health Cluster Portugal</p> <p>Cluster da Plataforma Ferroviária Portuguesa</p> <p>Cluster da Vinha e do Vinho</p> <p>Fórum Oceano - Cluster do Mar Portugués</p> <p>Cluster Smart Cities Portugal</p> <p>Cluster do Calçado e Moda</p> <p>Mobinov - Cluster Automóvel</p> <p>Cluster Têxtil: Tecnologia e Moda</p>

Fonte: European Secretariat for Cluster Analysis (ESCA), IAPMEI e Clustersgalicia

1.10. A COOPERACIÓN CIENTÍFICA E TECNOLÓXICA

Na última década as universidades da Eurorrexión teñen ofrecido un importante grao de excelencia que se ve reflectido na presenza de catro das seis públicas no TOP 500 do ARWU (Ranking de Shanghai, que é o referente citado na Estratexia Europa 2020). Porén, cómpre advertir que no máis recentemente publicado (2019) só as dúas portuguesas manteñen esa privilexiada posición.

O programa Iacobus, sen dúbida un dos sinais máis evidentes do PIC actualmente en vigor, ten ido labrando camiños para posibilitar o incremento da colaboración entre os equipos

investigadores das institucións de ensino superior do territorio. Uns equipos que, como podemos ver no apartado do índice de innovación rexional, teñen unha destacada presenza nas publicacións científicas internacionais e van gañando banzos entre as máis citadas.

Táboa 24. Universidades con presenza no TOP 500 Ranking ARWU entre 2010-2019

País/região	Institución
Galicia	Santiago de Compostela (USC)
	Vigo
Norte	Porto
	Minho

Fonte: *Academic Ranking of World Universities*

Táboa 25. Investigadores premiados en Iacobus por publicacións conxuntas en revistas JCR

País/região	Institución
Galicia	Universidade de Vigo (43)
	Universidade de Santiago de Compostela (25)
	Universidade de Coruña (14)
Norte	Universidade de Porto (33)
	Universidade de Minho (23)
	Instituto Politécnico de Porto (9)
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (6)
	Instituto Politécnico de Viana do Castelo (4)
	Instituto Politécnico de Bragança (4)
	Instituto Politécnico do Cávado e Ave (2)
Universidade Católica Portuguesa (1)	

Fonte: *GNP AECT*

Porén, as universidades e institutos politécnicos non poden ser os destinatarios exclusivos dos esforzos institucionais de cooperación no ámbito da investigación e da transferencia. Os parques tecnolóxicos teñen que ser impelidos a contribuír na mellora dos resultados, moi especialmente na transferencia dos avances logrados ao tecido produtivo eurorrexional. Isto fai, se cabe, máis significativa a implicación de doce centros tecnolóxicos galegos e dez do Norte de Portugal no programa Iacobus. Desta colaboración cabe esperar froitos moi interesantes nos próximos anos

Táboa 26. Centros Tecnolóxicos participantes no programa IACOBUS

País/região	Institución
Galicia	AIMEN Centro tecnolóxico
	CTAG-Centro tecnolóxico de automoción de Galicia
	Centro tecnolóxico ENERGLAB-Eficiencia energética y sostenibilidad
	GRADIANT- Centro tecnolóxico de telecomunicaciones de Galicia
	Instituto Tecnolóxico de Galicia
	CETAQUA- Centro tecnolóxico del agua
	CETIM-Centro tecnolóxico de investigación multisectorial
	CESGA-Centro de supercomputación de Galicia
	CETMAR-Centro tecnolóxico del mar
	CIS Madeira
CIS Galicia	
Norte	Centro Tecnolóxico da Carne
	CATIM- Centro de apoio tecnolóxico à industria metalomecânica
	CEIIA- Centro de enxeñaría e desenvolvemento
	CTCOR- Centro tecnolóxico da cortiça

	CVR- Centro para a valorização de residuos
	INEGI- Instituto de ciencia e innovación em engenharia mecánica e engenharia industrial
	INESC TEC- Instituto de engenharia de sistemas e computadores, tecnologia e ciencia
	INL- International Iberian Nanotechnology Laboratory
	ISQ- Instituto de soldadura e qualidade
	PIEP- Associação pólo de inovação em engenharia de polímeros
	CTCP- Centro tecnológico do calçado de Portugal

Fonte: GNP AECT

1.11. O COMERCIO EXTERIOR

Galicia e Norte de Portugal son dúas rexións que presentan unha balanza comercial positiva. No caso portugués esta tendencia mantense desde comezos deste século, no caso galego maniféstase a partires da emerxencia da Gran Recesión. En ámbolos dous casos, contribúe eficientemente a mitigar o desequilibrio das balanzas dos seus respectivos países. Esta é unha fortaleza eurorrexional que cómpre acariñar nos próximos anos co esforzo conxunto dos poderes públicos e da sociedade civil. O volume de negocio xerado polo comercio exterior non ten deixado de medrar, mesmo en Galicia se ten dobrado no que vai de centuria.

Táboa 27. Comercio exterior Galicia (en euros e índices).

Export/Import	2000	2005	2010	2015	2018
Exportacións	8.328.565	12.162.714	14.913.205	18.927.473	22.862.874
	100	146	179	227	274
Importacións	8.858.370	13.757.202	13.709.964	15.151.843	19.058.098
	100	155	154	171	215

Fonte: IGE.

Táboa 28. Comercio exterior Norte de Portugal (en euros e índices).

Export/Import	2000	2009	2014
Exportacións	11 387.000	11 859 865	18 255 781
	100	104	160
Importacións	10.916.000	10 542 771	12 838 399
	100	96	118

Fonte: INE.

Os países da Unión Europea son os socios preferentes da Eurorrexión, especialmente no que atinxe ás exportacións. Portugal é o segundo cliente do comercio exterior galego, tanto nas exportacións como nas importacións. España é o primeiro destinatario do comercio exterior do Norte de Portugal, tanto no capítulo exportador como no importador. Este dato realza a importancia e a necesidade de fomentar e incrementar as relacións de cooperación no ámbito eurorrexional, en beneficio mutuo. Francia destácase, nas dúas rexións, como o outro socio preferente clave. En ámbolos dous casos, cómpre estar atentos ao resultado final das negociacións entre a Unión Europea e o Reino Unido, unha vez consumado o Brexit.

Táboa 29. Comercio Exterior Galicia (por países en %)

País/região	Exportacións			Importacións		
	2018	2010	2000	2018	2010	2000
UE28	78	76	81	53,7	53,7	63,4
Francia	18,9	32,4	26,5	26,8	18,5	35,2
Portugal	13,6	15,1	17	9,6	11,4	8,8
Italia	9,7	7,6	8,4	3,8	3,9	4
Reino Unido	7	3,3	7,2	1,6	4,9	5,9
Alemania	5,6	3,5	7,2	3,6	4,7	4,2
Estados Unidos	2,4	2,5	2,6	2,3	2,8	4,3
México	1	0,7	1	3,9	5,5	4,3
China	0,8	0,7	0,4	4,1	4,1	1,3

Fonte: IGE

Táboa 30. Comercio Exterior Norte de Portugal (por países en %)

País/região	Exportacións			Importacións		
	2014	2009	2000	2014	2009	2000
UE28	77,6					
España	24,6	27,8		37	36,6	
Francia	15,1	15,8		13,5		
Alemaña	12,6	13,3			13,8	
Italia				8,3	8,3	
Outros	47,7			41,2		

Fonte: INE

O sector do téxtil e o da automoción e do naval, en Galicia (49% do total), e o das máquinas e aparellos e téxtil, no Norte (27,6%), son os que máis achegan no campo das exportacións, sen esquecer a importancia do calzado, no Norte, e da minería e da gandería en Galicia. Obsérvase unha maior diversificación da gama de produtos no Norte e un interesante predominio dos bens elaborados sobre os non transformados.

Táboa 29. Principais produtos de exportación en Galicia, en 2018 (%)

Téxtil	Automoción e Naval	Minería	Animais vivos e derivados	Metais	Máquinas e aparellos	Agroalimentación
25,5	23,5	8,6	8,2	6,7	6,1	3,9

Fonte: IGE

Táboa 30. Principais produtos de exportación Norte de Portugal, en 2014 (%)

Máquinas e aparellos	Téxtil	Calzado	Outros			
15,1	12,5	9,6	62,8			

Fonte: INE

No campo das importacións, Galicia volve presentar un maior grao de concentración da súa gama de produtos con tres (automoción e naval, minería e gandería) que representan o 59% do total. Pola súa parte, o Norte reúne nos seus tres produtos máis importantes (máquinas e aparellos, metais e agroalimentación) o 42,7% do total, mostrando un maior grao de concentración aquí que nas exportacións. Tanto nun caso como no outro cómpre destacar a

ausencia nos primeiros postos de importación dos produtos téxtiles, tan importantes no ámbito exportador eurorrexional.

Táboa 31. Principais produtos de importación en Galicia, en 2018 (%)

Automoción e Naval	Minería	Animais vivos e derivados	Téxtil	Metais	Máquinas e aparellos	Agroalimentación
28,5	18,2	12,3	9,3	8,6	5,9	4,1

Fonte: IGE

Táboa 32. Principais produtos de importación Norte de Portugal, en 2014 (%)

Máquinas e aparellos	Metais	Agroalimentación	Outros			
19,2	11,8	11,7	57,3			

Fonte: INE

2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA

A pandemia da COVID-19 ten posto de manifesto que a perda de biodiversidade, asociada con modelos de produción e pautas de consumo ata o de agora predominantes na nosa sociedade, representa a maior ameaza para o progreso económico e social e, mesmo, para a propia supervivencia da nosa especie. Non pode haber dúbidas sobre a necesidade de impulsar unha Eurorrexión verde, contando como contamos cun sector primario de enormes potencialidades, e tamén azul, explotando de xeito sostible a riqueza do océano que nos baña.

2.1. PROTECCIÓN DA BIODIVERSIDADE

A Eurorrexión conta no seu territorio con dous parques nacionais (Peneda-Gerês e Illas Atlánticas), a figura de protección da biodiversidade máis importantes no ámbito internacional. Seis son as reservas da biosfera recoñecidas pola UNESCO, entre as que destaca a transfronteiriza da Meseta Ibérica que, na Região Norte, inclúe dous parques naturais e un espazo protexido. Os parques naturais, a segunda figura de maior protección en cada país, son dez no territorio, aos que cómpre engadir os seis espazos ou paisaxes protexidas. Porén, hai algunha asimetría que interesa contemplar. Sirvan dous exemplos: a reserva da biosfera transfronteiriza Gerês-Xurés é parque nacional en Portugal e natural en Galicia; a cunca do río Tâmega, no seu percorrido pola Eurocidade Chaves-Verín, forma parte da Rede Natura 2000 en Portugal e non ten esa condición en Galicia.

Táboa 33. Espazos protexidos na Eurorrexión

País/región	Parques Nacionais	Reservas Biosfera	Parques Naturais	Espazos Protexidos
Norte	Peneda-Gerês	Transfronteiriza da Meseta Ibérica	Alvão Montesinho Douro Internacional Vale do Tua Litoral Norte	Litoral Vila do Conde Parque das Serras do Porto Corno do Bico Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos Albufeira do Azibo
Galicia	Illas Atlánticas	Ancares Eo, Ocos e Terras de Burón Terras do Miño Área de Allariz Mariñas Coruñesas e Terras do Mandeo	Serra da Enciña da Lastra Baixa Limia e Serra do Xurés O Invernadoiro Monte Aloia Dunas de Corrubedo Fragas do Eume	Razo-Baldaio

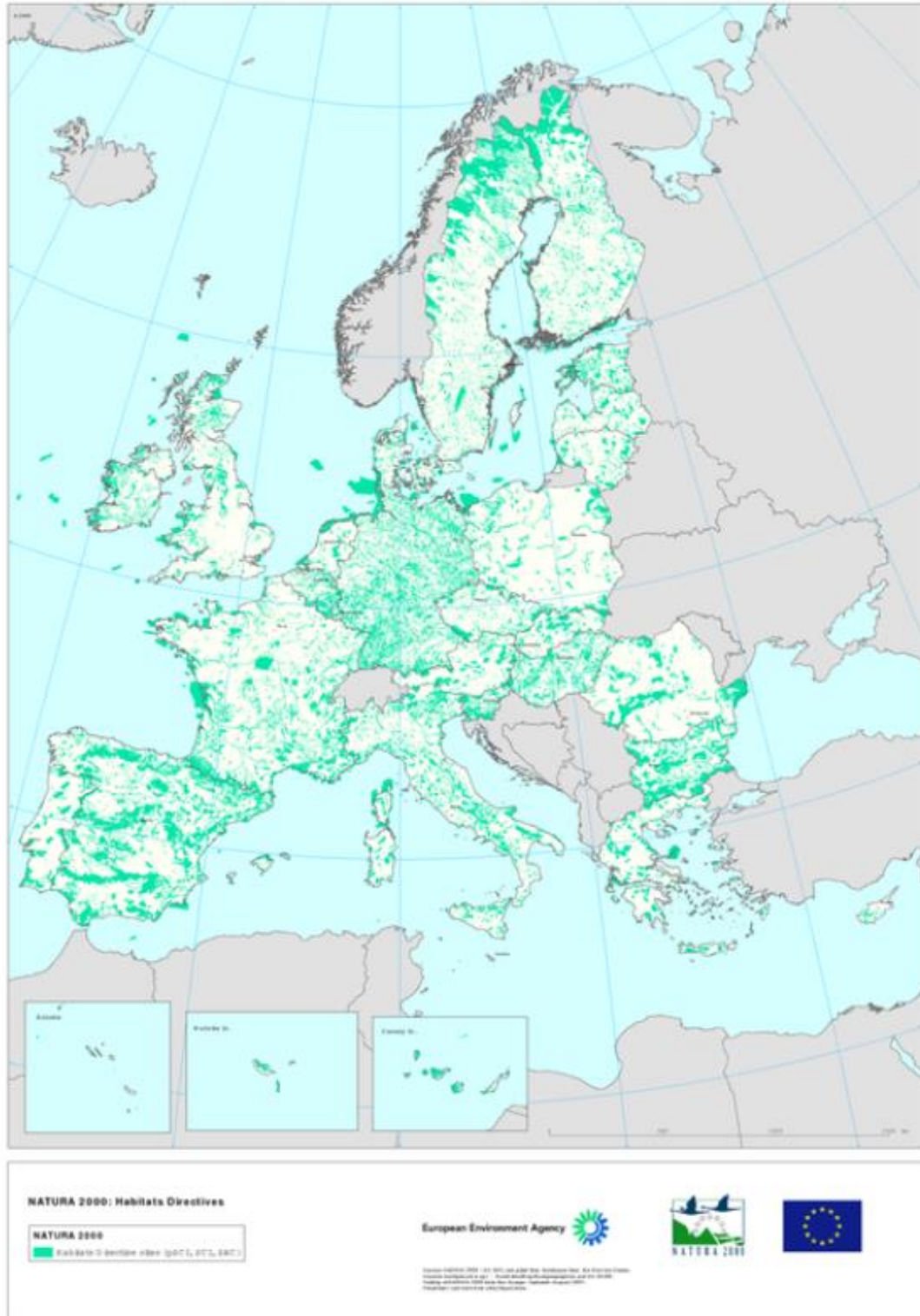
Fonte: INE e IGE

Precisamente a extensión do territorio acollido á protección da Rede Natura 2000 é comparativamente pequena na Eurorrexión, no contexto da península ibérica e da Unión Europea no seu conxunto. En realidade, a maioría deses espazos aparecen xa protexidos dentro doutras figuras normativas xa comentadas (parques nacionais ou naturais e espazos ou paisaxes protexidas) e entre os que só pertencen a Rede Natura 2000 destacan enclaves como: enseada de San Simón, Ribeira Sacra, Terras de Cavaleiros ou Viana de Castelo.

Mapa 10. A Rede Natura 2000 na União Europeia

EU-27 - Habitats Directive sites

Figure File — Created 12 Nov 2009 — Last modified 11 Sep 2015

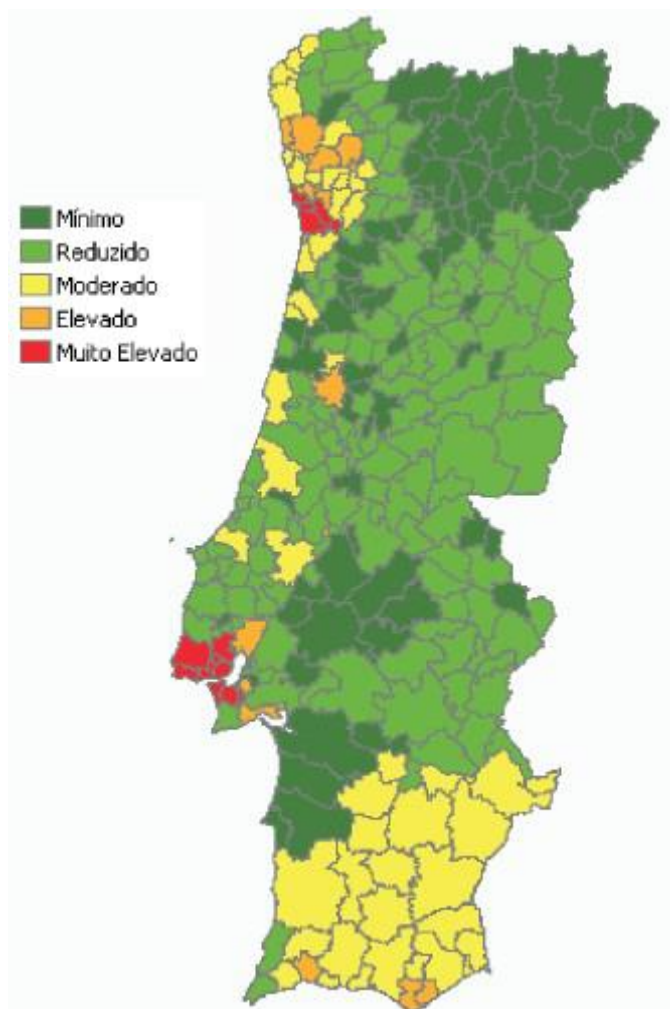


Fonte: European Environment Agency

2.2. RISCO DE INUNDACIÓNS E SECAS

O litoral da Eurorrexión presenta uns riscos de inundacións, como consecuencia do cambio ambiental global que oscila entre o moderado e o moi elevado. Na Região Norte, a área metropolitana do Porto é, sen dúbida, a zona máis ameazada, así como a cunca do Cávado e, en menor medida as do Lima e do Ave. En Galicia hai 543 km de cuncas fluviais costeiras ameazadas con especial atención a ría de Vigo, a cunca do Umia, a ría de Arousa e as cuncas do Ulla e do Sar e a ría de Muros e cunca do Tambre. Os 1498 km de costa de Galicia supoñen o 19% do total das costas españolas. As secas, derivadas do cambio ambiental global, son outro risco a prever.

Mapa 11. Risco de inundacións en Portugal.



Fuente: Luis Sá (2011). Risco de Inundações – Uma metodologia para a sua cartografia. Territorium 18

Mapa 12. Risco de inundacións en Galicia

Ámbito territorial da cartografía de zonas inundables sometida a consulta pública



Figura 2: ARPSis Zona Norte



Figura 3: ARPSis Zona Centro



Fonte: Augas de Galicia

https://augasdegalicia.xunta.gal/c/document_library/get_file?file_path=/portal-augas-de-galicia/plans/xestionRiscoInundacion/MAPRI_ARPSisFluviaisMemoria_gl.pdf

2.3. INCENDIOS FORESTAIS

Outro dos grandes riscos naturais aos que se enfronta a Eurorrexión é o xerado polos incendios forestais. Nas últimas campañas documentadas, a Regiãon Norte sufriu a metade dos incendios forestais, superiores a unha hectárea, ocorridos en Portugal, cando só ten o 23% da superficie do país. Pero non só é importante o número senón o seu impacto sobre a superficie afectada. En efecto, o Norte tamén ten o triste dato de representar bastante máis da metade da superficie calcinada en Portugal. Son cifras que cómpre minorar o máis axiña posible.

Táboa 34. Incendios Forestais en Portugal

País/região	Nº de incendios (superior a 1 ha)			Superficie en has		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Portugal	9.388	19.643	16.104	22.812	67.179	168.286
Norte	4.045 (43%)	10.671 (54,3%)	9.525 (59,1%)	7.361 (32,2%)	34.360 (51,1%)	116.727 (69,3%)

Fonte: INE

Pola súa banda, Galicia sufriu un número de incendios, nos últimos anos rexistrados, que se aproxima á quinta parte dos acontecidos en España, cando só representa o 6% da superficie do seu país. Polo que refire á superficie queimada, a porcentaxe de participación de Galicia elévase a case un terzo. Ao igual que no Norte de Portugal, son cifras alarmantes que obrigan tanto aos poderes públicos como a sociedade civil a incrementar os seus esforzos para minoralos o máis rapidamente que sexa posible. Desde logo, o impacto ambiental dos incendios é un dos elementos máis activos a prol do cambio ambiental global no territorio e, xa que logo, debe ser unha prioridade o combatelos.

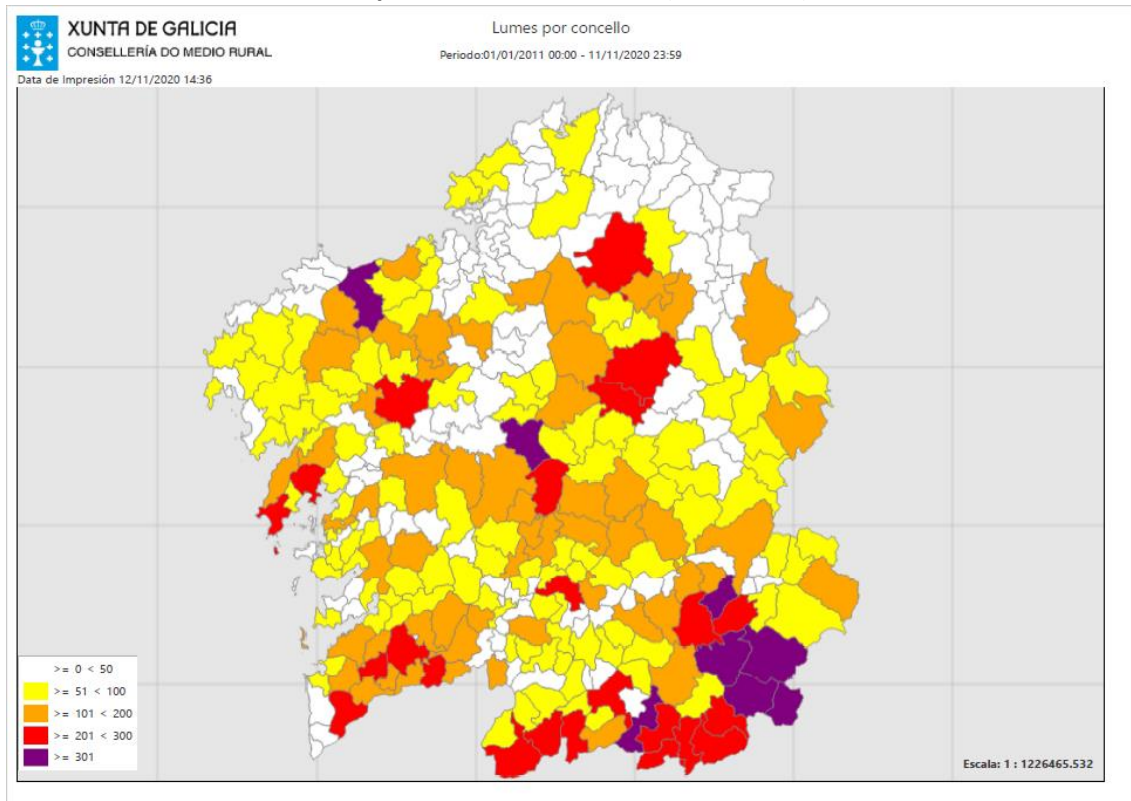
Táboa 35. Incendios Forestais en España

País/região	Nº de incendios (superior a 1 ha)			Superficie en has		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
España	2.338	5.088	1.989	65.816	178.233	25.162
Galicia	528 (22,5%)	947 (18,6%)	247 (12,4%)	21.112 (32%)	61.901 (34,7%)	2.618 (10,4%)

Fonte: INE

As estatísticas mostran a importante incidencia dos incendios sobre a superficie forestal en ambos Estados. Ao longo da fronteira, o perigo de incendio varía entre moderado, alto ou moi alto. A loita contra os incendios forestais na fronteira ten demostrado, máis que nunca nos últimos anos, a necesidade de cooperar entre ambos países e de reforzar a capacidade operativa dos medios de extinción. Os incendios son cada vez máis rápidos e de maior envergadura cruzando a fronteira moi axiña.

Mapa 13: Lumes en Galicia (2011-2020)



Fonte: Dirección Xeral de Defensa do Monte da Consellería de Medio Rural

2.4. ENERXÍA

Un dos aspectos nos que a Eurorrexión aparece ben posicionada nos obxectivos da Axenda Europa 2020 é, sen dúbida, o das enerxías renovables. En efecto, fronte a meta europea de alcanzar un 20% de xeración deste tipo de enerxías, Galicia xa logrou, en 2018, unha porcentaxe do 37,2% e, aínda que non dispomos de datos desagregados para o Norte, o conxunto do país portugués xa conseguiu situar a súa porcentaxe de enerxías renovables por encima do 30%.

Táboa 36. Porcentaxe de enerxía de fontes renovables

País/ rexión	2005	2010	2015	2018
UE28	9,1	13,1	16,7	17,9
España	8,4	13,8	16,2	17,4
Galicia	20,3	35	38	37,2
Portugal	19,5	24,1	30,5	30,3
Norte				

Fonte: Eurostat, IGE.

No que atinxe á eficiencia enerxética, non dispomos de datos desgregados, pero os dous países, España e Portugal, presentan unhas cifras próximas á media da Unión Europea, apenas seis puntos por baixo dos 94 do conxunto comunitario. A converxencia neste ámbito semella un obxectivo plausible para o próximo período de programación que vai comezar.

Táboa 37. Evolución da eficiencia enerxética no consumo final enerxético (100=2005)

País/región	2010	2015	2018
UE	97,73	91,31	94,17
España	90,83	81,92	88,54
Portugal	95,20	84,21	88,93

Fonte: Eurostat

2.5. XESTIÓN DE RESIDUOS

Un dos paradigmas centrais da economía circular reside na xestión eficaz e eficiente dos residuos xerados polas diferentes actividades humanas. Unha xestión que ten que pasar pola redución do seu volume e pola reutilización máxima dos subprodutos conseguidos co seu tratamento, grazas a procesos de reciclado. Ao mesmo tempo, cómpre procurar que a eliminación dos residuos sobrantes teña o menor impacto posible sobre o ambiente e a xeración de gases de efecto invernadoiro. Galicia ten neste campo unha materia pendente dado que só o 19% dos seus residuos municipais se reciclan ou se derivan á compostaxe. Practicamente a metade son eliminados mediante a incineración e o terzo restante aínda se destina a vertedoiros. Resulta preciso minorar o máis axiña posible o volume de residuos derivados cara estes procedementos en beneficio dos dous primeiros.

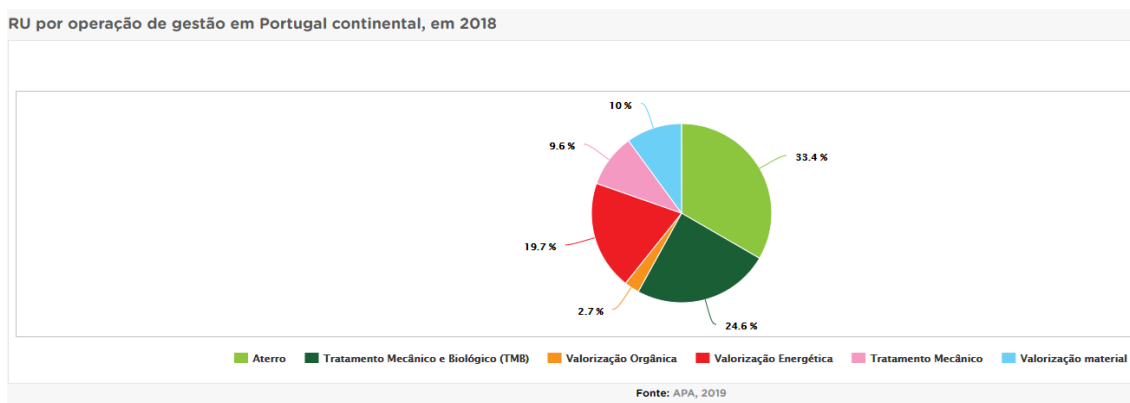
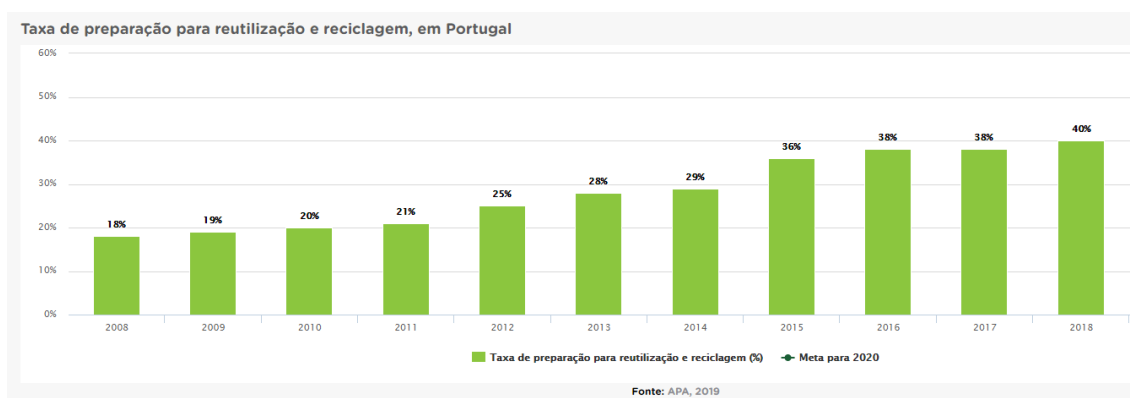
Táboa 38. Residuos municipais, en 2017, con sistemas de tratamento en %

País/rexión	Reciclado	Compostado	Vertido	Incinerado
España	18,3	17,8	51,2	12,7
Galicia	13,5	5,5	32,4	48,4

Fonte: INE

Pola súa parte, Portugal está a facer, nos últimos anos, un esforzo notable que o levou a ter preparado para reciclar apenas o 18% dos seus residuos urbanos, en 2008, a alcanzar o 40% en 2018. Con todo, continúa aterrando un terzo dos seus residuos co impacto negativo sobre o ambiente que iso representa.

Figura 1. Tratamentos de Residuos Urbanos en Portugal



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

2.6. O CICLO DA AUGA

Polas características edafolóxicas da Eurorrexión, o predominio das augas superficiais, procedentes basicamente de cuncas fluviais, na captación de auga resulta abafante, moi por

encima da porcentaxe dos seus respectivos países. A calidade da auga subministrada é moi alta. Evitar a contaminación, de calquera tipo, dos caudais fluviais é unha prioridade imperativa para manter eses estándares.

Táboa 39. Tipos de captación de auga (2016) en %

País/rexión	Auga superficial	Auga subterránea	Desalada
España	65,6	29,5	4,8
Galicia	95,6	4,3	0
Portugal (Continente)	69,8	30,2	0
Norte	92,6	7,3	0

Fonte: INE.

Porén, a absoluta subordinación da captación de auga de orixe superficial provoca unha dependencia excesiva do volume de precipitacións anuais. A tendencia das series históricas, tanto en Galicia como na Região Norte, mostran unha preocupante evolución a baixa nas últimas décadas e o cambio ambiental global que estamos a vivir semella orientarse a manter e incrementar esa baixa. Isto significa que cómpre apostar por un uso axeitado dun ben esencial e cada vez máis escaso.

Figura 2. Evolución do volume anual de precipitacións en Galicia

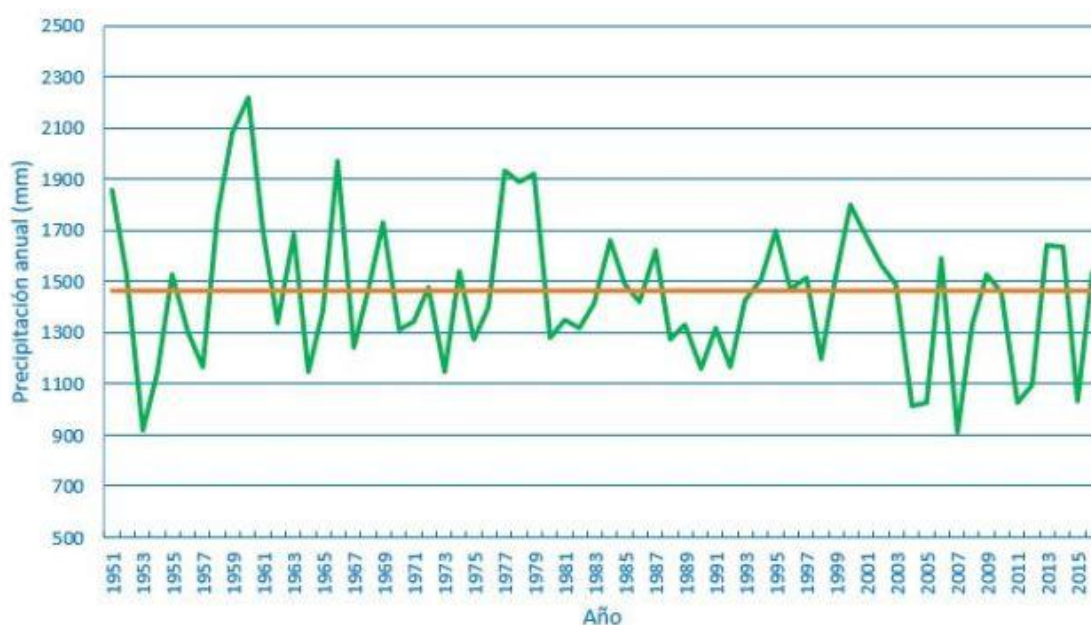
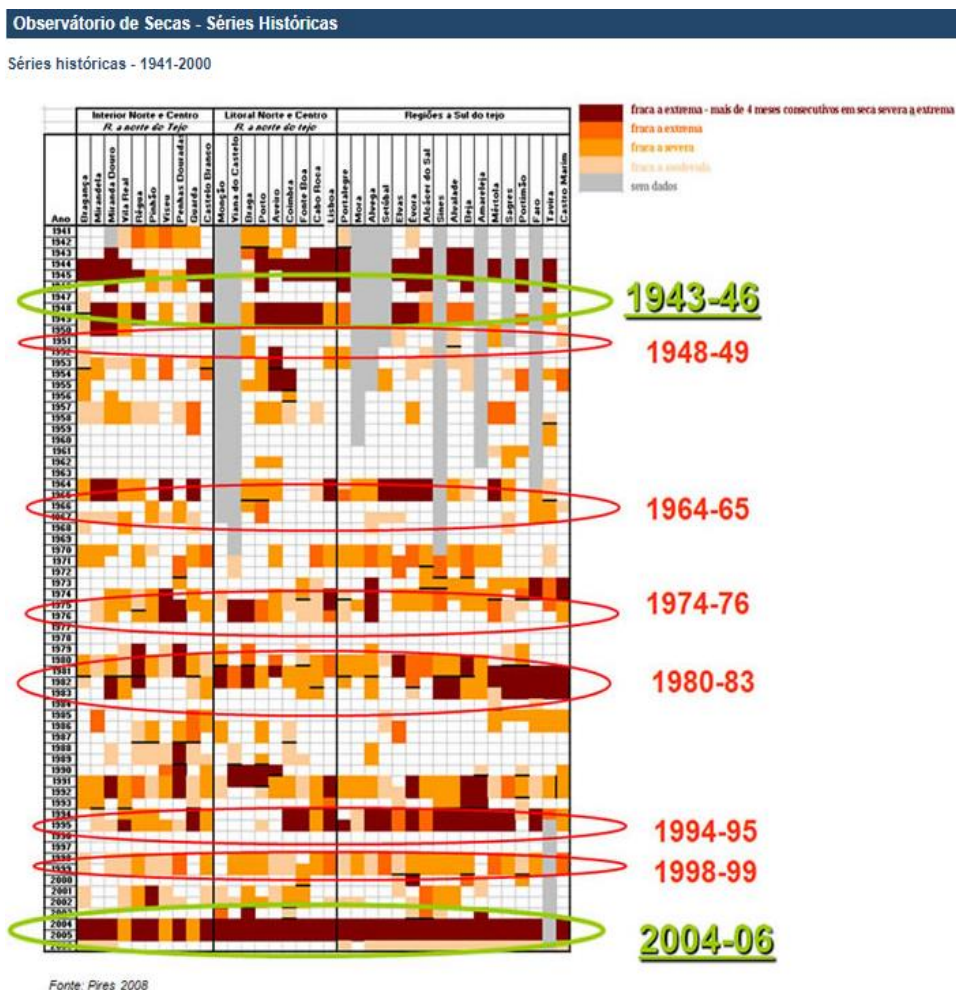


Figura 2. Valores anuales de precipitación promediados para toda Galicia entre 1951 y 2016.

Fonte: Sección de Climatología de la Delegación Territorial de Aemet en Galicia

Figura 3. Evolución histórica das secas en Portugal



Fonte: IPMA

Polo que atinxe ao destino da auga subministrada, os datos desgregados para Galicia, non difiren substancialmente das cifras do conxunto español, coa metade dedicada ao consumo doméstico e lago máis dunha cuarta parte perdida nas redes de subministro. Esta última porcentaxe é unha debilidade que cómpre atallar sen demora. Máxime dada a evolución pluviométrica que acabamos de ver. A cada vez máis irregular distribución de precipitacións na Eurorrexión unida á dependencia das augas superficiais e a súa escasa capacidade de almacenamento a través de infraestruturas hidráulicas aconsellan orientar as políticas públicas cara a diminución das perdas nos sistemas de abastecemento. A dispersión da poboación no territorio provoca que deban implementarse estratexias específicas para solucionar os retos que se presentan para garantir os servizos básicos de abastecemento, saneamento e depuración nas zonas rurais. Esa estratexia resulta fundamental para fomentar o desenvolvemento local integrado nos ámbitos social, económico e medioambiental en zonas afectadas por unha baixa densidade de poboación.

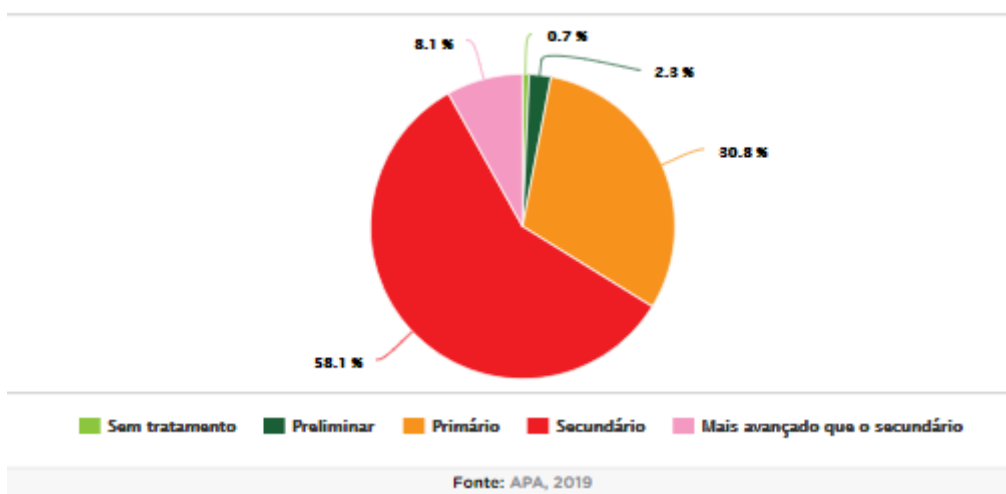
Táboa 40. Volume de auga subministrada (2016) en %

País/rexión	Fogares	Economía	Consumo Municipal	Perdas
España	53,5	14,7	6,2	25,4
Galicia	52,6	15,2	4,6	27,3

Fonte: INE.

O ciclo da auga constitúe un dos piares da economía circular. A mellora da eficiencia nos sistemas de abastecemento, saneamento e depuración é un aspecto clave para contribuír á implementación do modelo de economía circular no ciclo da auga buscando optimizar a utilización dos recursos. O tratamento das augas residuais ten ademais un impacto considerable na saúde humana e na conservación dos ecosistemas. Certamente, tense avanzado moito nas últimas décadas. Sirva como exemplo o dato portugués no que se pode observar como dous terzos das augas residuais reciben un tratamento secundario, mediante procesos biolóxicos para transformar a materia orgánica disolvida en sólidos suspendidos, e mesmo terciario, que acostuman engadir, aos biolóxicos, procesos químicos como a desinfección.

Figura 4. Tratamento das augas residuais en Portugal



A reutilización crecente das augas residuais, previamente tratadas, é un dos obxectivos centrais da economía circular. Os datos desagregados indican que a porcentaxe en Galicia é aínda moi pequena (8.8%) e mesmo inferior á media española. Así mesmo, o seu destino continúa a ser moi primario, regado de xardíns e limpeza e baldeado de rúas, sen ter incluído a agricultura ou a industria.

Táboa 41. Destino auga reutilizable (2016) en %

País/rexión	Agricultura	Industria	Xardíns e zonas de lecer	Limpeza e baldeado rúas/Outros
España (10.4%)	61.2	5.1	19	14,7
Galicia (8.8%)	0	0	80	20

Fonte: INE.

Esta mesma orientación primaria volve manifestarse no uso dado a un dos subprodutos máis interesantes dos procesos de tratamento das augas residuais como son os lodos. En Galicia, máis da metade van parar a vertedoiros e o resto a usos agrícolas ou de xardinería, en evidente contraste coa media española que destina a esta última utilidade o 80% dos lodos xerados e mesmo un 10% a xeración de enerxía.

Táboa 42. Destino de lodos de augas tratadas (2016) en %

País/rexión	Agricultura e xardíns	Enerxía	Vertedoiro
España	80.2	9.8	10.3
Galicia	44.3	0	55,7

Fonte: INE.

3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E AS AMEAZAS Á SAÚDE PÚBLICA

O cambio demográfico que afecta á Eurorrexión, á península ibérica e ao conxunto da Unión Europea, en maior ou menor medida, está caracterizado por un mingunte crecemento vexetativo cunhas baixas taxas de fecundidade, crecentes taxas de envellecemento e dependencia senil e saldos migratorios que non sempre compensan e permiten o crecemento

real da poboación. Ademais, prodúcese uns movementos internos da poboación que provocan contornas rurais interiores con moi baixas densidades de poboación, mentres medra a poboación urbana, especialmente no litoral no caso da Eurorrexión. Por outra parte, as consecuencias da gran recesión e agora da COVID-19 impediron alcanzar o obxectivo de reducir a pobreza, incluído na Estratexia Europa 2020, e mesmo están a ocasionar un incremento da desigualdade social co adelgazamento das cohortes das clases medias e o regreso de diversas formas de pobreza como a pobreza infantil.

3.1. A POBOACIÓN

A evolución global da poboación eurorrexional presenta, nas últimas décadas, evidentes contrastes na comparativa coa Unión Europea, onde se observa unha tendencia lixeiramente crecente do volume final. O mesmo ocorre se a comparación se fai cos seus respectivos países. España ten un forte crecemento, derivado dos fluxos migratorios na primeira década deste século. Portugal rexistra un mínimo crecemento, lastrado pola evolución da última década . En contraste, o Norte reflicte un estancamento, logo de experimentar un certo crecemento nos anos previos á Gran Recesión. Finalmente, Galicia ten un lixeiro decrecemento ao non poder manter o lixeiro repunte alcanzado nos anos previos á Gran Recesión. Sen dúbida, o rebrote da emigración como consecuencia da crise acelerou esa tendencia ao estancamento ou mesmo ao decrecemento.

Táboa 43. Evolución da poboación total (1990=100)

País/rexión	2019	2015	2010	2005	2000	1995
UE27	106,8	106,1	105,4	103,9	102,4	101,4
España	120,8	119,5	119,6	111,4	104,1	102
Galicia	98,1	99,3	100,7	98,8	98,2	99,1
Portugal	102,8	103,7	105,7	104,9	102,5	100,1
Norte (1995=100)	100,5	101,9	104,3	104,6	102,8	100

Fonte: Eurostat

Esta evolución ten unha clara correlación coas densidades de poboación. En efecto, Galicia mostra un claro estancamento, con relación ao punto de partida en 1990, fronte ao importante crecemento do conxunto español. O Norte un lixeiro crecemento, en liña co conxunto portugués.

Táboa 44. Evolución da densidade de poboación

País/región	1990	2000	2010	2018
UE27	101,5	104,2	107,3	108,8
España	76,8	80,2	92,8	93,1
Galicia	92,8	91,3	94,5	92
Portugal	108,3	111,7	114,7	113
Norte	163,3	172,2	173,8	169,3

Fonte: Eurostat

3.2. O CAMBIO DEMOGRÁFICO: O ENVELLECIMENTO

Unha das características máis evidentes do cambio demográfico que se está a vivir en Europa é o progresivo envellecemento da poboación. No que vai de século, no Norte hai 7% máis de persoas con 65 anos ou máis. En Galicia esa porcentaxe é do 5%. Por contra, no Norte viven un 5% menos de persoas que non alcanzan os 15 anos. En Galicia, o decrecemento nestas cohortes apenas alcanza o 1%. Quere isto dicir, que o Norte está transitar de forma acelerada por un camiño, mesmo se a comparación se fai co conxunto portugués, que no caso de Galicia levou máis tempo.

Táboa 45. Porcentaxes de poboación por idades

País/región	0-14			15-64			65 ou máis		
	2019	2010	2000	2019	2010	2000	2019	2010	2000
UE27	15,17	15,42		64,57	66,95		20,25	17,62	
España	14,76	14,91	14,80	65,83	68,28	68,62	19,39	16,80	16,53
Galicia	11,87	11,62	12,34	62,96	66,25	67,50	25,16	22,11	20,14
Portugal	13,69	15,30	16,50	64,46	66,44	67,46	21,83	18,25	11,41
Norte	12,82	15,51	18,04	66,70	68,31	68,35	20,46	16,16	13,59

Fonte: Eurostat.

En lóxica coherencia, o fenómeno da aceleración do cambio demográfico no Norte, para achegarse ás cifras de Galicia, ten a súa translación aos índices de envellecemento, dependencia xuvenil e dependencia senil. Hai, porén, algúns matices. A aceleración no índice de

envelhecimento, no que vai de século, é moito máis evidente en Galicia, por contra sucede o contrario coa dependencia xuvenil e coa dependencia senil.

Táboa 46. Índices de envelhecimento, dependencia xuvenil e senil

País/rexión	Índice de envelhecimento (<15/>65 x 100)			Índice de dependencia xuvenil (<15/15-64 x 100)			Índice de dependencia senil (>65/15-64 x 100)		
	2000	2010	2019	2000	2010	2019	2000	2010	2019
España	45,6	46,4	51,9	21,6	21,8	22,4	24,1	24,6	29,5
Galicia	48,6	50,9	58,8	18,5	17,5	18,9	30,2	33,4	40
Portugal	48,2	50,5	55,1	24,5	23	21,2	23,8	27,5	33,9
Norte	46,3	46,4	49,9	26,4	22,7	19,2	19,9	23,7	30,7

Fonte: Eurostat.

A medida que medran as cohortes máis vedrañas, as taxas brutas de mortalidade vanse incrementando. Porén, as diferencias aínda son notables entre os dous compoñentes da Eurorrexión. Así, mentres Galicia marca unha cima superando en dous puntos á do conxunto español, o Norte aínda queda un punto por baixo do conxunto portugués –se ben superaría tamén a do conxunto español–.

Táboa 47. Mortalidade

País/rexión	Taxa bruta de mortalidade		
	2000	2010	2018
España	8,9	8,2	9,1
Galicia	10,7	10,7	12
Portugal	10,2	10	11
Norte	8,6	8,7	9,9

Fonte: Eurostat, IGE e INE (Esp.)

O envelhecimento ten unha consecuencia moi positiva, o alargamento da esperanza de vida. Isto tradúcese na presenza dunha cohorte de máis de 85 anos que en Galicia está a piques de dobrar en porcentaxe á media da Unión Europea. Polo que respecta a esperanza de vida, a Eurorrexión está na media do seu país, no caso galego, e mesmo por encima, no caso do Norte. Ambas dúas rexións superan claramente a media da Unión Europea (81 anos).

Táboa 48. Porcentaxe de persoas con máis de 85 anos (%)

País/rexión	1990	2000	2010	2019
UE27			2,1	2,8
España	1,1	1,6	2,1	3,2
Galicia	1,4	2,2	3,1	4,6
Portugal	0,8	1,4	1,9	3
Norte		1,1	1,6	2,6

Fonte: Eurostat

Táboa 49. Esperanza de vida

País/rexión	Esperanza de vida ao nacer		
	2000	2010	2018
España	79,3	82,4	83,5
Galicia	79,4	82,3	83,5
Portugal	76,8	80,1	81,5
Norte	77,2	80,5	82

Fonte: Eurostat.

O feito de que exista unha clara asimetría entre o homes e mulleres, no que a esperanza de vida se refire, reflíctese na feminización das cohortes que superan os 75 anos. Con todo, tanto no Norte como en Galicia hai unha tendencia cara a diminución dese desequilibrio que segue a superar os dez puntos.

Tabla 50. Porcentaxes de mulleres con 75 anos ou máis (sobre o total dese sector)

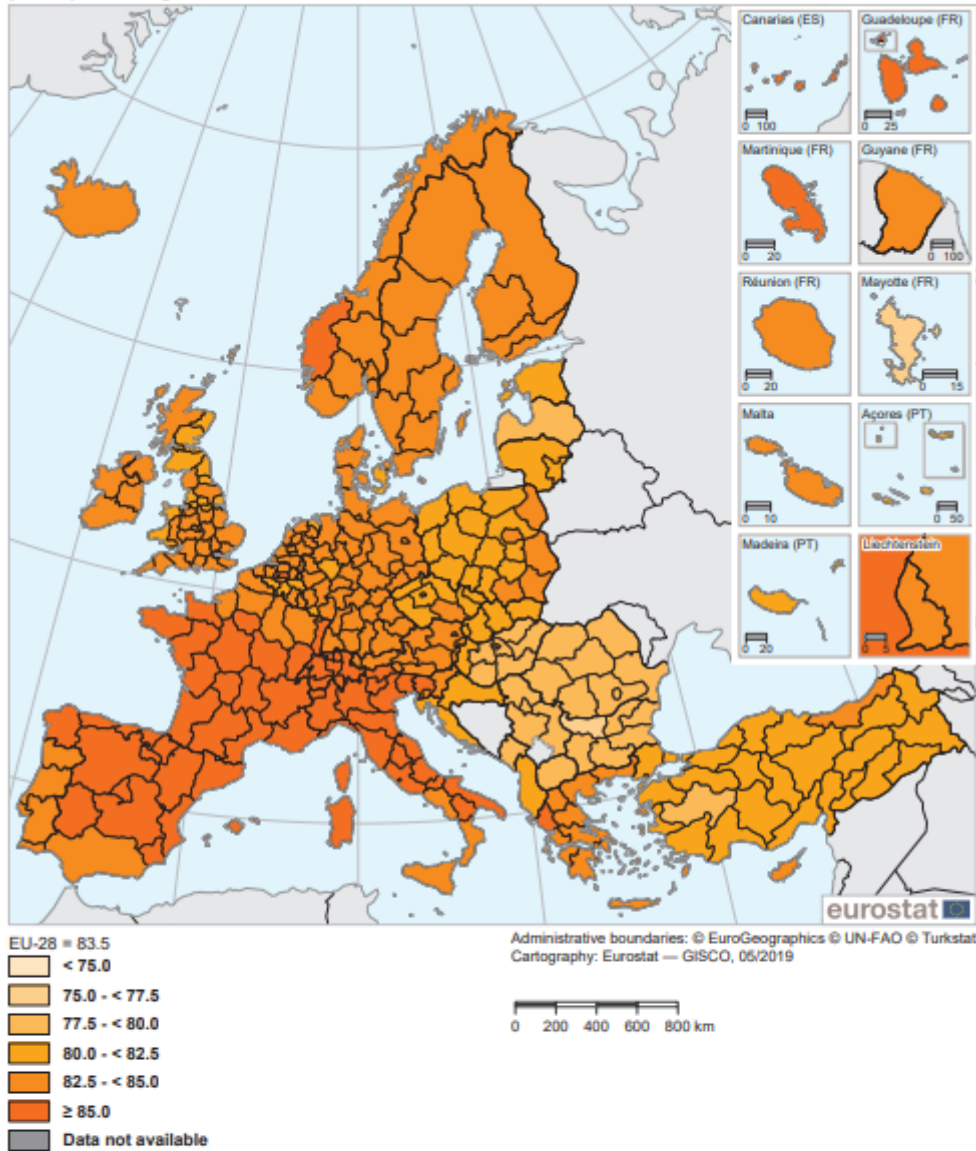
País/rexión	75 ou máis		
	2019	2010	2000
UE27	60,91	63,06	
España	60,30	61,21	62,93
Galicia	60,87	62,02	63,86
Portugal	61,74	62,02	62,29
Norte	61,64	62,23	62,87

Fonte: Eurostat.

No contexto dunha Europa envellecida, as mulleres da Eurorrexión superan a media da esperanza de vida da Unión Europea, situada nos 83,5 anos de vida ao nacer.

Mapa 14. Esperanza de vida feminina ao nacer (2015-2017)

Map 2.1: Female life expectancy at birth, 2015-2017 (years, by NUTS 2 regions)



Note: information shown for a three-year average. Albania: national data. Northern and Western (IE04), Southern (IE05), Eastern and Midland (IE06), Eastern Scotland (UKM7), West Central Scotland (UKM8), Southern Scotland (UKM9), Beogradski region (RS11), Region Vojvodine (RS12), Region Šumadije i Zapadne Srbije (RS21) and Region Južne i Istočne Srbije (RS22): 2017. Guyane (FRY3): 2016-2017. Mayotte (FRY5): 2015 and 2017. Guadeloupe (FRY1) and Martin, Batman, Şirnak, Sirt (TRC3): 2016.
Source: Eurostat (online data codes: demo_m_lifexp and demo_m_lisexp)

Non se pode finalizar a reflexión sobre o incremento da esperanza de vida sen deixar constancia dunha das fortalezas da demografía eurorrexional: a taxa bruta de mortalidade infantil.

Táboa 51. Taxas de mortalidade infantil

País/rexión	1990	2000	2010	2018
UE27	10,7	6	4	3,4
España	7,6	4,3	3,2	2,7
Galicia	8,4	4,2	2,2	2,4
Portugal	10,9	5,5	2,5	3,3
Norte	13,1	5,8	2,1	2,8

Fonte: Eurostat

Outro dato relevante, vinculado co progresivo envellecemento da poboación é o incremento da idade media da poboación. Unha vez máis, as cifras tanto do Norte como de Galicia superan a media da Unión Europea, situada en 43,1 anos en 2018.

Táboa 52. Idade media da poboación

País/rexión	Idade media		
	2000	2010	2019
España	37,2	39,9	44
Galicia	40,5	44	47,9
Portugal	37,5	41,2	45,2
Norte	35,3	40,4	45,3

Fonte: Eurostat.

3.3. O CAMBIO DEMOGRÁFICO: A FECUNDIDADE

Se as taxas de mortalidade están a medrar como un elemento máis do cambio demográfico que está a vivir Europa, coas de natalidade acontece todo o contrario. Están a decrecer en todo o continente. Na Eurorrexión esa caída é máis intensa se cabe. Galicia mostra uns números de dous puntos menos que o conxunto español. O Norte case un punto menos que o conxunto portugués. España e Portugal, pola súa banda, presentan unhas cifras case dous puntos por baixo da media da Unión Europea. Ao igual que acontecía coa evolución xeral da poboación, a

Região Norte está a sufrir un acelerado proceso de achegamento as resultados galego. Mesmo, neste caso, partindo de taxas máis altas que Portugal, ao comezo do século, tenas agora máis baixas.

Táboa 53. Natalidade

País/rexión	Taxa bruta de natalidade		
	2000	2010	2018
España	9,8	10,4	8,2
Galicia	7,2	8	6,13
Portugal	11,7	9,6	8,5
Norte	12,1	8,9	7,7

Fonte: Eurostat, IGE e INE (Esp.)

O descenso na natalidade está directamente vinculado coa fecundidade. Porén, os datos desagregados permiten observar unha certa tendencia ao estancamento da caída, cando non a unha lixeira recuperación. Tamén no Norte parece frearse a forte caída da primeira década. A idade media da muller ao primeiro parto segue a medrar, por encima das medias nacionais, nas dúas rexións que, ademais, presentan unha certa tendencia á converxencia nesa idade, que xa supera os 30 anos.

Táboa 54. Fecundidade

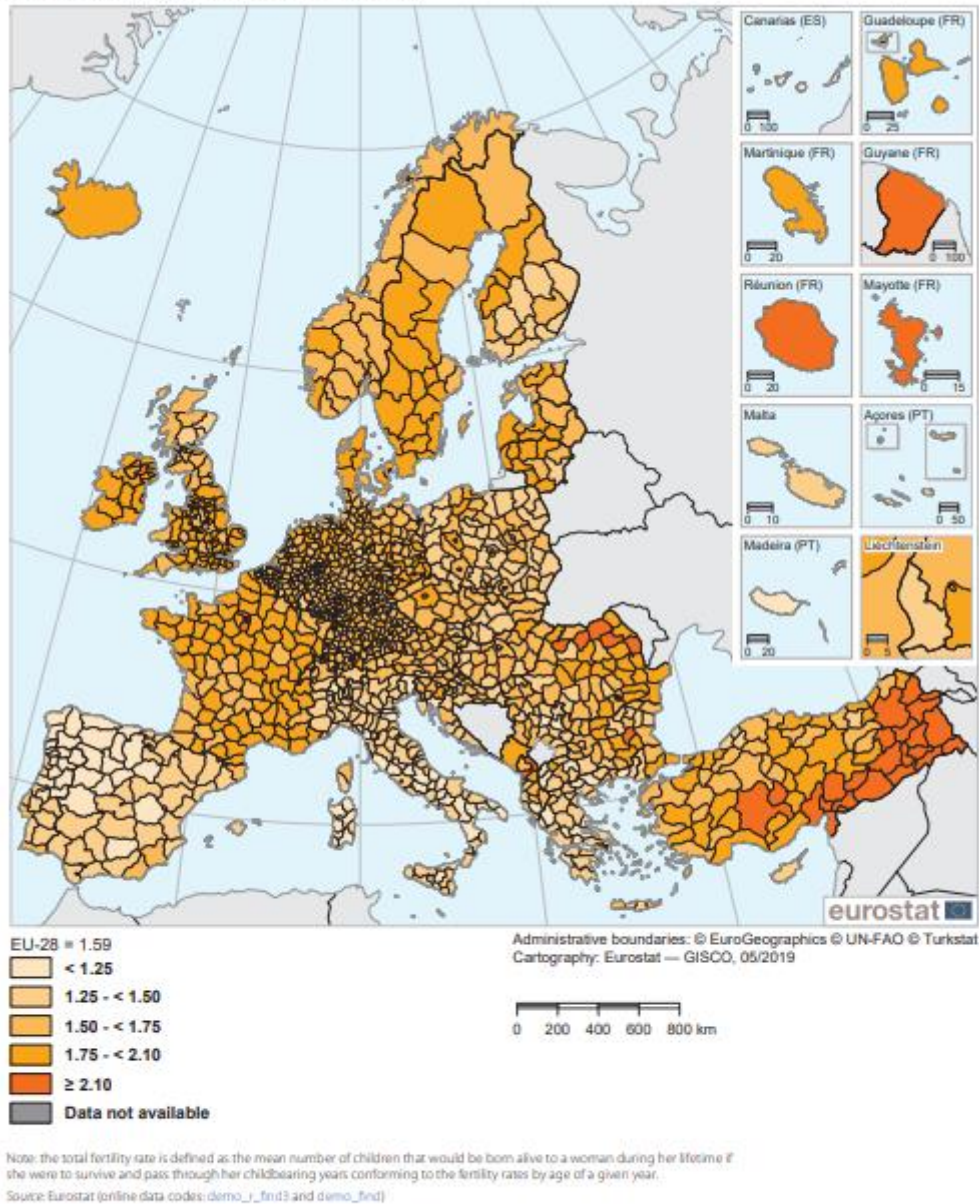
País/rexión	Taxa de fecundidade			Idade media da muller ao parto			Mediana de idade da mullera ao parto		
	2000	2010	2019	2000	2010	2019	2000	2010	2019
España	1,22	1,37	1,26	30,7	31,2	32,2	31	32,5	33,7
Galicia	0,96	1,09	1,04	30,5	31,8	32,8	30,6	32,9	34,6
Portugal	1,55	1,39	1,42	28,6	29,8	31,4	28,5	30,9	32,4
Norte	1,52	1,27	1,26	28,5	29,8	31,7	28,4	30,7	32,6

Fonte: Eurostat.

Se facemos a comparación coa Unión Europea, daquela o mapa de NUTS III reflicte moi ben a posición de vangarda da Eurorrexión no retroceso desas taxas, bastante inferiores ao 1,59 de media comunitaria.

Mapa 15. Taxas de fecundidade na Unión Europea (2017)

Map 2.3: Total fertility rate, 2017
(number of children per woman, by NUTS 3 regions)



Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

3.4. O CAMBIO DEMOGRÁFICO: OS MOVEMENTOS NATURAL E REAL DA POBOACIÓN

Acorde con todos os datos sinalados con anterioridade como característicos do cambio demográfico que vive a Eurorrexión, a taxa bruta do movemento natural da poboación mostra un resultado negativo no último ano rexistrado, pero mentres que a caída é continua para o Norte de Portugal, desde o comezo do século cando tiña un importante crecemento, en Galicia,

que xa partía dun decrecemento houbo unha tendencia a frear esa caída que se truncou cos efectos da Gran Recesión. Tamén neste caso, hai unha tendencia á converxencia eurorrexional. No 2000 había unha diferenza de seis puntos entre as taxas de Galicia e as do Norte que se ten reducido ata os catro no último ano.

Táboa 55. Taxa bruta de movemento natural da poboación

País/rexión	Taxa bruta de movemento natural		
	2000	2010	2018
España	0,9	2,3	-1,2
Galicia	-3,4	-2,8	-5,9
Portugal	1,4	-0,4	-2,5
Norte	3,6	0,2	-2,2

Fonte: Eurostat, IGE e INE (Esp.)

As taxas brutas do movemento real da poboación tamén resultan negativas no último ano rexistrado. Porén, o Norte mostra unha certa recuperación despois da moi forte caída da primeira década do século. En Galicia repítese o patrón que xa vimos no crecemento natural, unha recuperación que se viu frustrada co impacto da Gran Recesión.

Táboa 56. Taxa bruta de movemento real da poboación

País/rexión	Taxa bruta de movemento real		
	2000	2010	2018
España	4,8	3,9	6
Galicia	-1,6	0,3	-1
Portugal	7,9	-0,1	-1,4
Norte	7,5	-3,4	-1

Fonte: Eurostat

Con todo, as cifras do movemento real, aínda que negativas, non o son tanto como as do crecemento natural. A explicación reside no saldo migratorio positivo que rexistra a Eurorrexión no último ano recollido. Galicia presenta un crecemento sostido dese saldo, se ben cunha certa desaceleración trala Gran Recesión. O Norte, pola contra, ten unha evolución en dente de serra, cunha forte caída na primeira década compensada coa recuperación tida na segunda.

Táboa 57. Taxa bruta de migración neta

País/rexión	Taxa bruta de migración neta		
	2000	2010	2018
España	3,9	1,6	7,1
Galicia	1,8	3,1	4,9
Portugal	6,5	0,4	1,1
Norte	4	-3,5	1,1

Fonte: Eurostat

3.5. O PODER ADQUISITIVO

Un dos mellores indicadores para medir a fondura da Gran Recesión e as súas consecuencias socio-económicas na Eurorrexión é comparar o ano no que se recuperou o poder de compra estándar por habitante que había en 2008, xusto cando comeza o novo ciclo económico. O conxunto da Unión Europea só tivo que agardar tres anos para volver as cifras da pre-crise. A Região Norte alcanzou ese obxectivo cinco anos despois, un ano antes que o conxunto portugués, mostrando así un certo grao de resiliencia. En Galicia, ao igual que no conxunto español, cómpre agardar sete anos para recuperar o poder de compra que se tiña en 2008.

Táboa 58. Ano en que se recupera o poder de compra estándar por habitante obtido en 2008

País/rexión	2008	2011	2013	2014	2015
UE27	25.700	25.800			
España	26.300				26.300
Galicia	23.000				23.500
Portugal	21.100			21.200	
Norte	16.900		17.000		

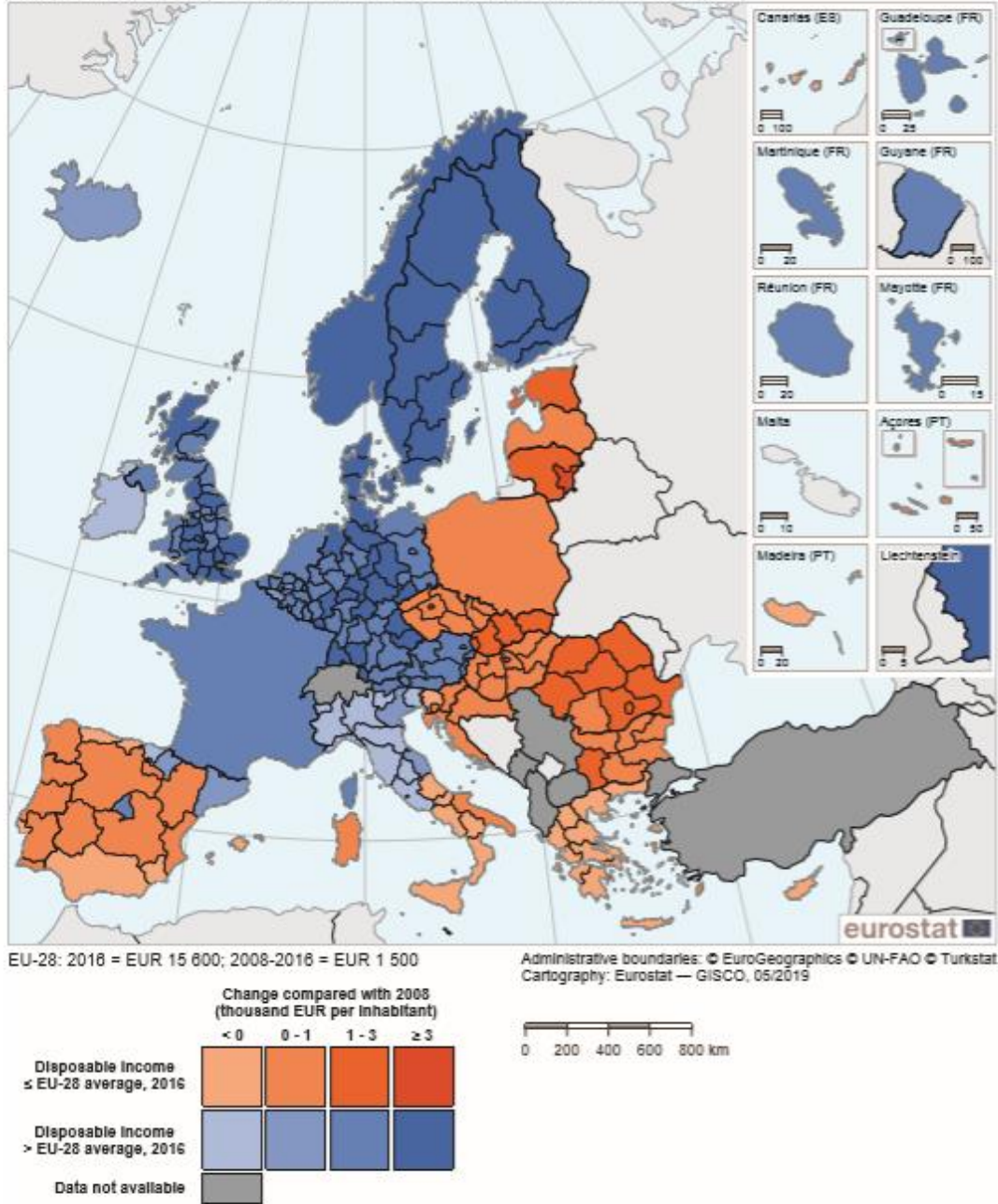
Fonte: Eurostat

Non só se tardou máis na recuperación, senón que esta foi máis cativa que a do conxunto da Unión Europea. De feito, os números da Eurorrexión sitúana ao mesmo nivel que o da maioría dos países da Europa Central e Oriental que ingresaron na Unión Europea en 2004. Só Grecia, algunhas Comunidades Autónomas españolas e o Mezzogiorno italiano teñen peores números.

Mapa 16. Renda dispoñible dos fogares (2016)

Map 14.3: Household disposable income, 2016

(EUR per inhabitant; overall change of this ratio between 2008 and 2016; by NUTS 2 regions)



Note: Ireland, France, the Netherlands, Poland and Norway: national data. Lithuania: 2010-2016. Iceland: 2008-2014. Germany: estimates. Greece, Spain and France: provisional. Romania: break in series.
Source: Eurostat (online data codes: nama_10r_2hhinc.nasa_10_rf_fr and nama_10_ce)

Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

3.6. O ACCESO AO EMPREGO

A estratexia Europa 2020 marcábase como un dos seus cinco obxectivos que o 75% da poboación, entre os 20 e os 64 anos, estivera empregada. Os datos indican que iso non vai ser así, sen embargo, as cousas son diferentes en Galicia e no Norte. En efecto, a Região Norte está

por encima da media comunitaria, aínda que por baixo da do conxunto portugués. Galicia está por baixo da media comunitaria aínda que por encima do conxunto español. Outra meta implícita da Axenda Europa 2020 era achegar as cifras de empregados maiores de 55 anos ás de EE.UU. e Xapón, tampouco se vai conseguir. Aquí, tanto o Norte como Galicia están por baixo da media comunitaria e das dos seus respectivos países, mesmo no caso de Galicia demasiado alonxada da media comunitaria.

Táboa 59. Taxas de emprego en 2019.

País/rexión	Poboación activa	Poboación +55 anos
Unión Europea	68.4%	59,1
España	63,3%	53,8
Galicia	63,8%	52,5
Portugal	70,5%	60,4
Norte	69%	56,2

Fonte: Eurostat.

Se o emprego de maiores de 55 anos é inferior á media da Unión Europea, as persoas mozas non o teñen máis fácil. Un indicador interesante é do emprego aos tres anos de terminar a formación e segundo o grao de formación recibida. Na Eurorrexión, en termos comparativos coa Unión Europea, é máis doado encontrar traballo con nivel baixo de estudos que con estudos superiores. Isto, loxicamente, tradúcese logo nos salarios e, tamén en parte, na produtividade. Por contra, especialmente en Galicia, os titulados superiores teñen máis dificultades que os seus homólogos europeos para acceder a un primeiro traballo.

Táboa 60. Porcentaxe de persoas mozas (15-34 anos) empregadas segundo formación aos tres anos de terminar estudos

País/rexión	Estudos ata secundaria obrigatoria (níveis 0-2)			Estudos secundarios (níveis 3-4)			Estudos superiores (níveis 5-8)		
	2000	2010	2019	2000	2010	2019	2000	2010	2019
UE 27		36,1	38,9		69	73,4		82,1	85
España	60,7	30,2	33,7	66,3	54,6	59,1	78,2	74,5	77,3
Galicia	59,4	31	51,7	71,5	68,4	62,6	62,2	76,9	75,8
Portugal	81,3	66,9	53,6	87,8	76,1	74,1	92	83,4	85,3
Norte	84,8	63,9	57,9	90,6	73,4	75,6	95,6	82,7	83,7

Fonte: Eurostat.

A baixa cualificación da formación das persoas empregadas na Eurorrexión é unha cuestión sobre a que cómpre reflexionar seriamente, porque como adiantamos ten evidentes repercusións sobre os salarios percibidos e sobre a produtividade alcanzada. Parámetros, ambos, que, como vimos, están por baixo da media da Unión Europea. No Norte, ao igual que no conxunto portugués, os empregados con baixo nivel de estudos están 16 puntos por encima desa media e rozan os dous terzos das persoas empregadas. En Galicia, ao igual que no conxunto español, as cifras son un pouco mellores e a distancia coa media comunitaria redúcese aos sete puntos e alcanza a un pouco máis da metade do total da poboación empregada.

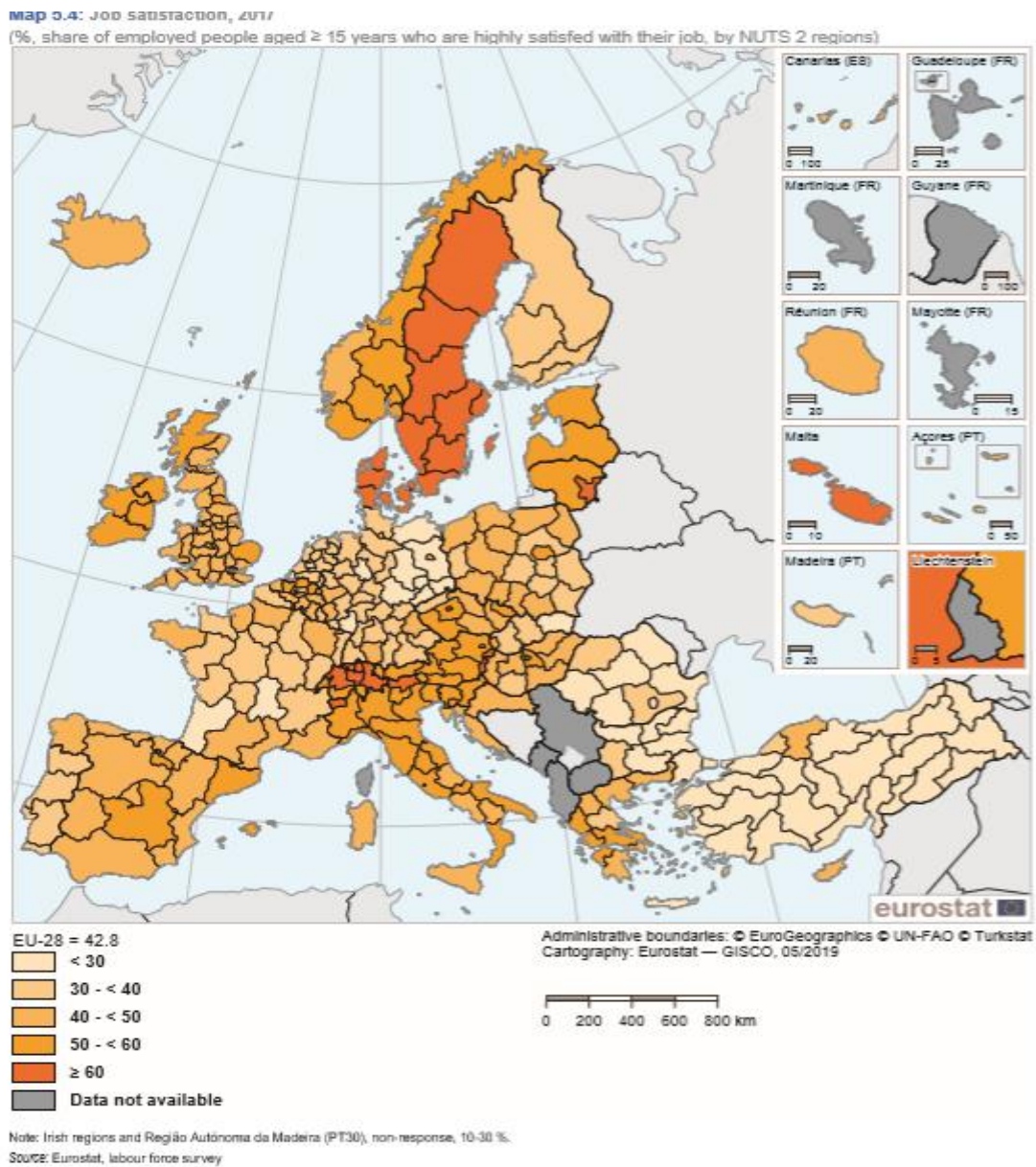
Táboa 61. Taxas de emprego con baixos estudos

País/región	2000	2010	2019
UE27		44,2	45,1
España	51,5	48,3	52,2
Galicia	55,6	52	52,7
Portugal	66,8	61,5	61,2
Norte	66,8	60	61

Fonte: Eurostat

Amén das dificultades para acceder ao mercado laboral, o grao de satisfacción co traballo desenvolvido logo e conseguilo é baixo. No Norte, mesmo por baixo da media comunitaria. En Galicia na contorna desa media.

Mapa 17. Grao de satisfacción co emprego que se ten (2017)



Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

3.7. A INTEGRACIÓN DA EMIGRACIÓN

Como se recolle máis arriba, a Eurorrexión ten un saldo migratorio positivo. Cómpre ir incrementando ese saldo para afrontar mellor o cambio demográfico. Porén, esta oportunidade pode trocar en ameaza senón se articulan políticas de acollida que faciliten a integración dos

emigrantes. Dispoñer dun emprego digno é a primeira das prioridades porque é a razón fundamental da súa chegada. Neste sentido, o Norte presenta unha melloras cifras que Galicia en relación coa media comunitaria nas taxas de emprego dos emigrantes. En efecto, a Regiãõ Norte está case catro puntos por encima da Unión Europea –se ben outros catro por baixo do conxunto portugués–. Pola contra, Galicia esta sete puntos por baixo da Unión Europea. A presenza de persoas emigrantes sen emprego ou con empregos moi precarios pode acabar sendo unha fonte de conflitividade que cómpre atallar desde o primeiro momento.

Táboa 62. Taxas de emprego dos emigrantes

País/rexión	2000	2010	2019
UE27		58,5	63
España	59,9	56,2	60,7
Galicia	53,3	59,3	56
Portugal	68,6	65,2	70,7
Norte	62,4	67,9	66,6

Fonte: Eurostat

A reunificación familiar é un dereito internacionalmente consagrado para as persoas emigrantes. A igualdade que se predica para homes e mulleres nos nosos países cómpre facela extensiva ás persoas emigrantes. É certo que no conxunto da Unión Europea as taxas de emprego das mulleres é menor que a dos homes, pero é preciso achegarse, cando menos, a esa media comunitaria. Ao igual que acontecía co conxunto de persoas emigrantes, tamén no caso das mulleres Galicia está sete puntos por baixo, mentres que no Norte se pasa dos catro por encima a un punto por baixo.

Táboa 63. Taxas de emprego das mulleres emigrantes

País/rexión	2000	2010	2019
UE27		50,3	53,3
España	46,9	53,5	52,9
Galicia	50,4	53,6	46,8
Portugal	62,8	59,9	63,4
Norte		63,6	52,4

Fonte: Eurostat

Como se está a apuntar, outros dos focos de exclusión e non integración está vinculado á baixa cualificación dos empregos dos emigrantes. O seu nivel de estudos é un indicador que nos pode axudar a detectar este problema. Neste dominio cambian as tornas e Galicia presenta mellores cifras que a Região Norte, en relación coa media da Unión Europea.

Táboa 64. Taxas de emprego emigrantes con baixos estudos

País/rexión	2000	2010	2019
UE27		48,9	52,3
España	55	47,9	53,9
Galicia	55,9	55	48,6
Portugal	65,4	59,2	65,7
Norte	57,7	58,6	66,4

Fonte: Eurostat

3.8. RISCO DE POBREZA E EXCLUSIÓN SOCIAL

Reducir o risco de pobreza en 20 millóns de persoas era un dos cinco obxectivos da Axenda Europa 2020. A Gran Recesión tirou abaixo esa meta vai tempo. No último ano con datos, o risco de pobreza ameazaba a un 16,8% dos habitantes da Unión Europea e a dous puntos máis no caso de Galicia.

Táboa 65. Taxa de risco de pobreza (%)

País/rexión	2008	2018
UE27		16,8
España	19,8	21,5
Galicia	20,9	18,8
Portugal	18,5	17,3
Norte		

Fonte: Eurostat

As maiores porcentaxes galegas cadran ben cos datos de persoas de menos de 60 anos que viven en fogares con baixa intensidade laboral. Aquí Galicia volver estar uns dous puntos por encima da media comunitaria mentres que o conxunto portugués está case dous puntos por baixo.

Táboa 66. Persoas de menos, que viven de 60 anos en fogares con baixa intensidade laboral (%)

País/rexión	2008	2018
UE27		8,8
España	6,6	10,7
Galicia	7,6	11,1
Portugal	6,3	7,2
Norte		

Fonte: Eurostat

Porén, a situación mellora na Eurorrexión se estamos a falar de pobreza severa. As porcentaxes son moito mellores en Galicia que na media da Unión Europea e do conxunto español. Non hai datos desagregados para o Norte, pero o conxunto portugués está na media comunitaria.

Táboa 67. Persoas en situación de pobreza severa (%)

País/rexión	2008	2018
UE27		6,1
España	3,6	5,4
Galicia	3	1,6
Portugal	9,7	6
Norte		

Fonte: Eurostat

Finalmente, se sumamos á porcentaxe de persoas en risco de pobreza as que tamén o están en risco de exclusión social, Galicia volve rexistrar dous puntos máis que a media da Unión Europea e Portugal sitúase xusto nela.

Táboa 68. Poboación en risco de pobreza ou de exclusión social (%)

País/rexión	2008	2018
UE27		21,7
España	23,7	26,1
Galicia	25,1	23
Portugal	26	21,6
Norte		

Fonte: Eurostat

3.9. SAÚDE PÚBLICA

Sen dúbida, a mellor política de saúde pública reside na prevención e na previsión. O número de camas hospitalarias dispoñibles é, sen dúbida, un dos mellores indicadores da previsión apuntada. Tanto a Região Norte como Galicia están moi por baixo da media da Unión Europea, case que coa metade das camas dispoñibles. Esta é unha situación que empeorou como consecuencia das consecuencias da Gran Recesión e que a crise da COVID-19 debe axudar a revertir, tanto na Eurorrexión como no conxunto da Unión Europea. O cumprimento dos novos protocolos en materia de saúde pública, derivados da pandemia, fan preciso tamén que se leve a cabo a necesaria adecuación e adaptación de infraestruturas que aglutinen a un número relevante de persoas ou que acollan a realización de traballos que impliquen gran proximidade persoal e contacto físico.

Táboa 69. Camas hospitalarias dispoñibles por cada 100.000 habitantes

País/rexión	2000	2010	2017
UE27		576	541
España	365	312	297
Galicia	367	357	333
Portugal	370	337	339
Norte	313	292	312

Fonte: Eurostat

Si se analizan as causas da mortalidade, as cifras non difiren grandemente entre o que acontece no conxunto da Unión Europea e o que acontece na Eurorrexión. As enfermidades do sistema circulatorio son as máis letais, se ben no Norte predominan as cerebrovasculares mentres que en Galicia fano as isquémicas do corazón. O segundo posto, nos dous casos, está ocupado polo cancro, con predominio daqueles que afectan ao sistema respiratorio e os colorectais e de intestinos. A terceira causa de morte está asociada coas enfermidades do sistema respiratorio, se ben na Eurorrexión as cifras de afectados son moito máis altas que no conxunto comunitario. No eido da prevención hai moita tarefa de educación, concienciación e sensibilización para mudar os hábitos malsáns que incrementan os riscos de padecer estas enfermidades.

Táboa 70. Causas de mortalidade (mortes por cada 100.000 habitantes) en 2017 (2016 para UE27).

País/rexión	Enfermidades infecciosas e parasitarias	Cancro	Cancro: pulmón, traquea e bronquios
UE27	16,6	262	54
Galicia	16	311	58
Norte	17	242	41
País/rexión	Cancro: colorrectal e intestinos	Enfermidades endócrinas, nutricionais e metabólicas	Enfermidades mentais e desordes do comportamento
UE 27	31	32	37
Galicia	45	28	85
Norte	30	41	40
País/rexión	Enfermidades do sistema nervioso	Enfermidades do sistema circulatorio	Enfermidades do sistema circulatorio: cerebrovasculares
UE 27	41	377	84
Galicia	57	357	80
Norte	33	277	100
País/rexión	Enfermidades do sistema circulatorio: isquémicas do corazón	Enfermidades do sistema respiratorio	Enfermidades do sistema dixestivo
UE 27	122	76	43
Galicia	84	147	54
Norte	53	116	44

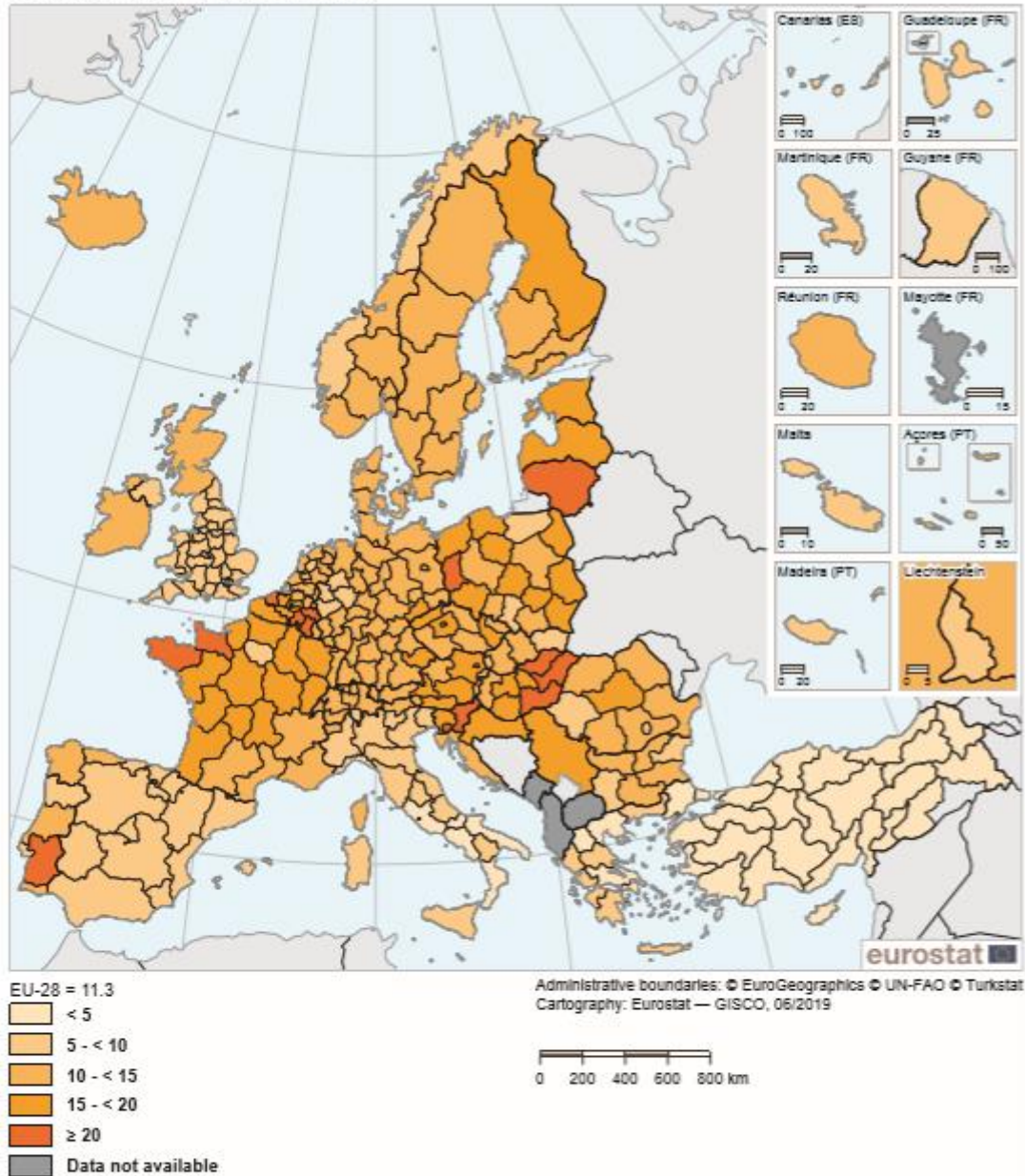
Fonte: Eurostat

Na táboa que se acaba de analizar, as enfermidades mentais ocupan un espazo destacado, especialmente en Galicia. Isto ten unha correlación directa coas taxas de suicidios que acostuman ser un indicador acaído para medir os problemas derivados destas enfermidades e das depresións provocadas polos hábitos de vida e pola sociabilidade na que vivimos, cun

crecente grao de illamento e soidade, tanto nas cohortes de idades máis altas como nas mozas. Os datos sitúan a Galicia na media comunitaria e ao Norte por baixo desa media.

Mapa 18. Taxas de mortes por suicidio (2013-2015)

Map 3.5: Standardised death rates from suicide, 2013-2015
(per 100 000 inhabitants, by NUTS 2 regions)



Note: Information shown for a three-year average. Közép-Magyarország (HU1), Makroregion Województwo Mazowieckie (PL9) and Scotland (UKM): NUTS level 1. Ireland, Lithuania and Serbia: national data. Kastamonu, Çankırı, Sinop (TR62): 2012-2014.
Source: Eurostat (online data code: hlth_od_ysdr2)

Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2019

4. UNA EURORREGIÓN MÁS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA

La cohesión económica, social y territorial que conforma un principio básico del proyecto de integración europea debe fluir por cada una de las regiones que la componen, especialmente en las zonas fronterizas. Zonas a las que la epidemia de la COVID-19 ha mostrado lo reversible que pueden llegar a ser conquistas que parecían consolidadas como la superación de las barreras físicas a la movilidad entre países de la Unión. La Eurorregión sufre un doble desequilibrio litoral/interior y urbano/rural que, sin ser nuevo, conviene aquilatar para evitar que pueda lastrar el futuro desarrollo sostenible del territorio. Por otra parte, este espacio tiene una larga, contrastada y reconocida experiencia de cooperación que ahora tiene una buena oportunidad de mostrar su eficacia en la mejora de la calidad de vida de la ciudadanía más próxima a la frontera y, por lo tanto, más decida a probar sus beneficios.

4.1. LA DESIGUAL OCUPACIÓN DEL TERRITORIO

La concentración de la población en la franja costera y el creciente vacío demográfico de buena parte del interior de la Eurorregión tiene su traducción visible en los datos de densidad de población de las NUTS III. En efecto, el diferencial, por ejemplo, entre el Área Metropolitana de Porto (842,5 habitantes/Km²) y Terras de Tras-os-Montes (29,8) es superior a 43 veces la densidad del litoral con relación al interior, si tomamos como referencia la segunda NUTS III más densamente poblada del Norte (Cávado, 324,3), el diferencial es 16 veces superior en favor de Cávado. El contraste no es tan espectacular, pero es también considerable dado que la densidad de Pontevedra (209,4 habitantes/Km²) multiplica por seis la de Lugo (33,6).

Tabla 71. Densidad de población por NUTS III en 2018

País/NUTS	2018
España	92,3
Galicia	91,4
Pontevedra	209,4
A Coruña	141,1
Ourense	42,5
Lugo	33,6

Portugal	111,6
Norte	168
Área Metropolitana do Porto	842,5
Cávado	324,3
Ave	285,2
Tâmega e Sousa	228,6
Alto Minho	104,6
Douro	47,6
Alto Tâmega	29,8
Terras de Tras-os-Montes	19,6
Eurorrexión	123,4

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

La situación se agrava si se analizan diferentes parámetros del cambio demográfico que vive la Eurorregión. Así el porcentaje de personas mayores de 55 años, el interior supera a la media en seis puntos, en la NUTS III más extrema, en Galicia y en cinco en el Norte. Si tomamos como referencia la media de la Eurorregión, entonces la NUTS III más extrema gallega (Ourense) la supera en nueve puntos y la norteña (Alto Tâmega y Terras de Tras-os-Montes) en ocho.

Tabla 72. Porcentaje de población mayor de 55 años por NUTS III en 2018

País/NUTS	2018
España	19%
Galicia	25%
Pontevedra	22%
A Coruña	24%
Ourense	31%
Lugo	29%
Portugal	21%
Norte	20%
Área Metropolitana do Porto	20%
Cávado	17%
Ave	17%
Tâmega e Sousa	16%

Alto Minho	25%
Douro	25%
Alto Tâmega	30%
Terras de Tras-os-Montes	30%
Eurorrexión	22%

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

Si escogemos como parámetro de comparación la tasa bruta de natalidad, la NUTS III del interior gallego más extrema (Ourense) está algo más de un punto por debajo de la media de Galicia y la más extrema del Norte (Alto Tâmega) dos puntos por debajo de su media regional. Si tomamos como referencia la media eurregional, Ourense se sitúa casi dos puntos por debajo y Alto Tâmega punto y medio.

Tabla 73. Tasa bruta de natalidad por NUTS III en 2017

País/NUTS	2018
España	8,4
Galicia	6,8
Pontevedra	7,3
A Coruña	6,9
Ourense	5,5
Lugo	6,2
Portugal	8,4
Norte	7,7
Área Metropolitana do Porto	8,2
Cávado	8,3
Ave	7,8
Tâmega e Sousa	7,5
Alto Minho	6,2
Douro	6,1
Alto Tâmega	5,7
Terras de Tras-os-Montes	6,3
Eurorrexión	7,2

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

Con respecto a la tasa bruta de mortalidad, Lugo, en este caso, supera a la media gallega en casi cuatro puntos, mientras que Terras de Tras-os-Montes lo hace en casi seis con relación a su media regional. Si tomamos como referente a la media eurorregional, entonces Lugo tiene una tasa bruta de mortalidad cinco puntos superior, y a Terras de Tras-os-Montes le ocurre lo mismo. Población más envejecida, con tasas de natalidad más bajas y de mortalidad más altas. Ese es el panorama del interior de la Euroregión en relación con su costa.

Tabla 74. Tasas de mortalidad por NUTS III en 2017

País/NUTS	2018
España	9
Galicia	11,8
Pontevedra	10
A Coruña	11,2
Ourense	15,1
Lugo	15,5
Portugal	10,7
Norte	9,6
Área Metropolitana do Porto	9,1
Cávado	7,7
Ave	8,4
Tâmega e Sousa	8,6
Alto Minho	12,7
Douro	12,6
Alto Tâmega	15
Terras de Tras-os-Montes	15,3
Eurorrexión	10,4

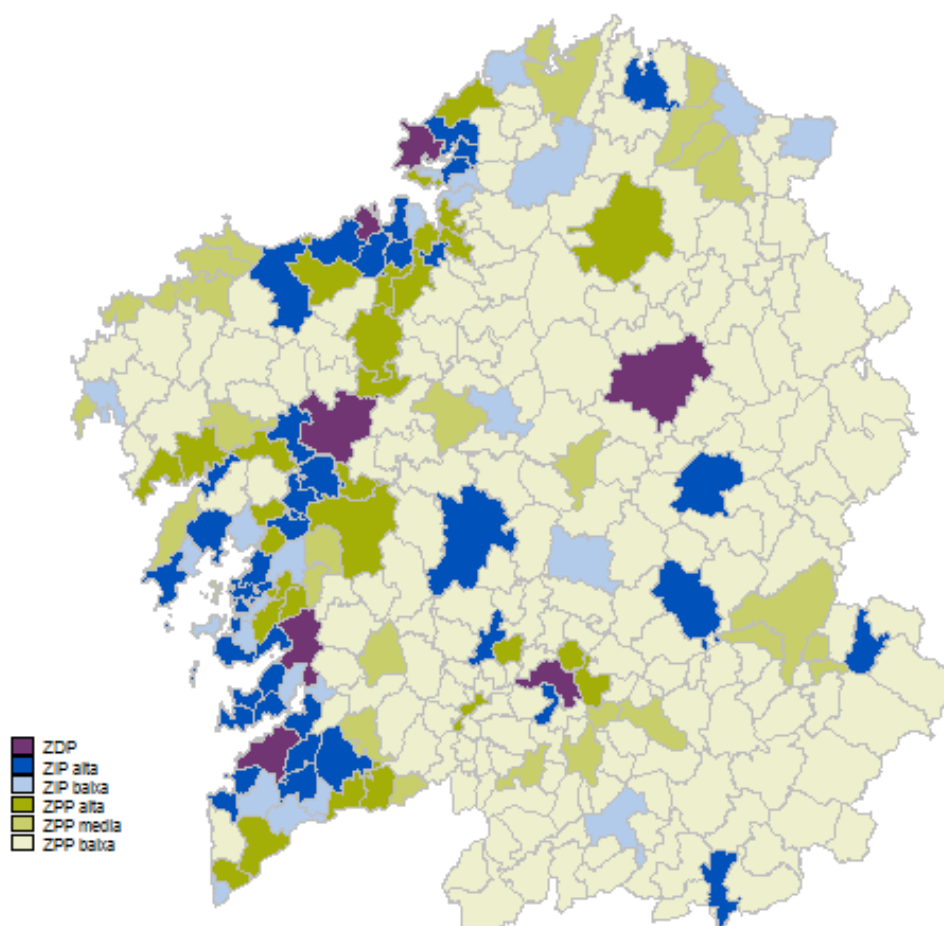
Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

4.2. GRADO DE URBANIZACIÓN

Siguiendo la clasificación de Eurostat, con las adaptaciones hechas en cada país, como suele ser costumbre, en 2018, en Galicia la subescala se Zonas Poco Pobladas (ZPP) bajas, la más claramente identificable con el rural más profundo, ocupa el 65,2% del territorio y sólo acoge al

14,7% de la población. En la Região Norte, la clasificación de áreas predominantemente rurales concentra al 9,4% de la población. En cuanto a la ubicación territorial de los principales núcleos urbanos, el litoral gana por goleada al interior. En Galicia, quince de sus veinte ciudades más pobladas están en municipios costeros. En la Região Norte, trece de sus veinte ciudades más pobladas están en municipios litorales o adyacentes a la costa.

Mapa 19. Municipios de Galicia según el subgrado de urbanización (GU 2016)



Fuente: IGE. Clasificación del grado de urbanización de los municipios (GU 2016)

4.3. LA DOTACIÓN TERRITORIAL DE SERVICIOS

Una de las principales debilidades que tiene el mundo rural, en su relación competitiva con el mundo urbano, es la menor existencia de servicios. Los datos demuestran que si se hace la comparación tomando como elemento vertebrador el número de habitantes no parece haber desequilibrio. En efecto, las tres NUTS III más interiores del Norte, que representan el 10,8% de la población cuentan con el 9,8% de los hospitales y el 11,8% de los centros de enseñanza no universitaria; en el caso gallego, las dos NUTS III más interiores, que representan el 23,7% de la población, cuentan con el 27% de los hospitales y el 24,3% de los centros educativos. Sin

embargo, ese es un parámetro pensado desde las necesidades urbanas y no de las rurales. En estas últimas, el territorio es un elemento clave y por lo tanto, el parámetro, a la hora de dotar los servicios, no debiera ser tanto el número de habitantes como la accesibilidad de estos a esos servicios.

Tabla 75. Número de hospitales por NUTS III en 2016

País/NUTS	2016
España	764
Galicia	37
Pontevedra	14
A Coruña	13
Ourense	5
Lugo	5
Portugal	225
Norte	71
Área Metropolitana do Porto	39
Cávado	14
Ave	4
Tâmega e Sousa	4
Alto Minho	3
Douro	2
Alto Tâmega	1
Terras de Tras-os-Montes	4
Eurorrexión	108

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

La sanidad y la educación son servicios básicos, como también lo son la cultura, el ocio y el empleo, por supuesto. Racionalizar la distribución territorial de los servicios es un reto nuclear si se quiere mantener un mínimo equilibrio en la ocupación humana del territorio eurorregional.

Tabla 76. Número de centros de enseñanza no universitaria por NUTS III en 2018

País/NUTS	2018
Galicia	1.326
Pontevedra	484
A Coruña	519
Ourense	154
Lugo	169
Norte	4.683
Área Metropolitana do Porto	2.067
Cávado	579
Ave	538
Tâmega e Sousa	633
Alto Minho	309
Douro	268
Alto Tâmega	120
Terras de Tras-os-Montes	169

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE

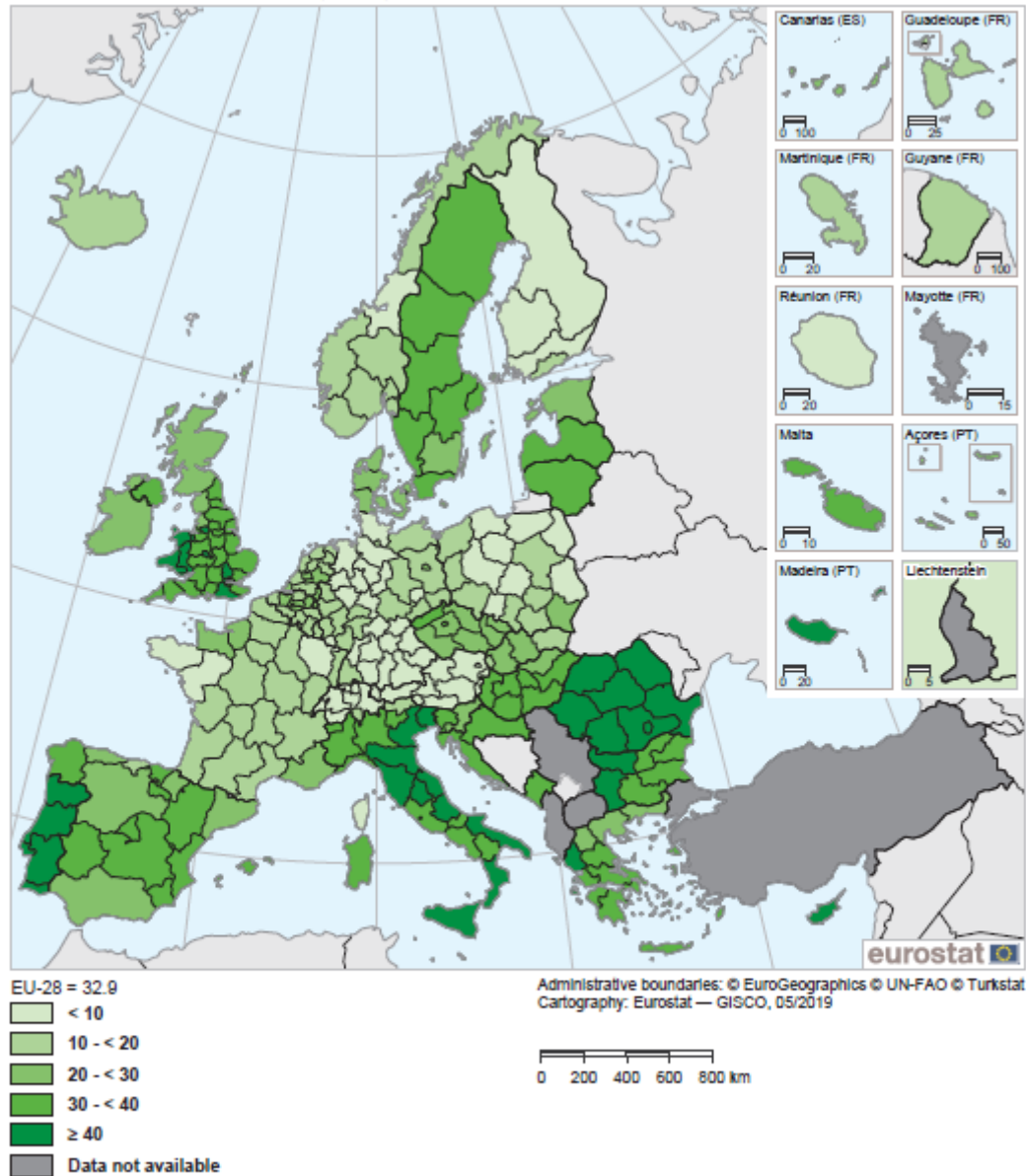
4.4. LAS EXPLOTACIONES AGRÍCOLAS

Las explotaciones, tanto agrarias como ganaderas, de la Euroregión afrontan varios desafíos importantes en los próximos años. Uno no menor es el relevo al frente de las mismas. En efecto, tal y como se recoge en el mapa 18, Galicia y, especialmente, la Região Norte presentan unas cifras de propietarios mayores de 65 años muy superiores a las de la media de la Unión Europea que ya son preocupantes en sí mismas, al arrojar que un 32,9% de los titulares de las explotaciones tienen ya la teórica edad de jubilación. El Norte está en porcentajes por encima del 40% y Galicia se sitúa en la franja entre el 30 y 40%. El problema se agrava si tomamos como referencia lo que ocurre en las regiones belgas, holandesas, danesas y del norte de Francia y Alemania que, como veremos, son las principales competidoras en la especialización en producción de leche.

Mapa 20. Titulares de explotaciones mayores de 65 años por NUTS II (2016)

Map 12.2: Older farm managers, 2016

(% share of farm managers aged ≥ 65 years, by NUTS 2 regions)



Note: Közép-Magyarország (HU1), Makroregion Województwo Mazowieckie (PL9) and Scotland (UKM): NUTS level 1. Ireland and Lithuania, national data. Norway: 2013. Iceland, Switzerland and Montenegro: 2010. Ireland and Italy: provisional.
Source: Eurostat (online data code: of_m_farmang)

Fuente: Eurostat Regional Yearbook 2019

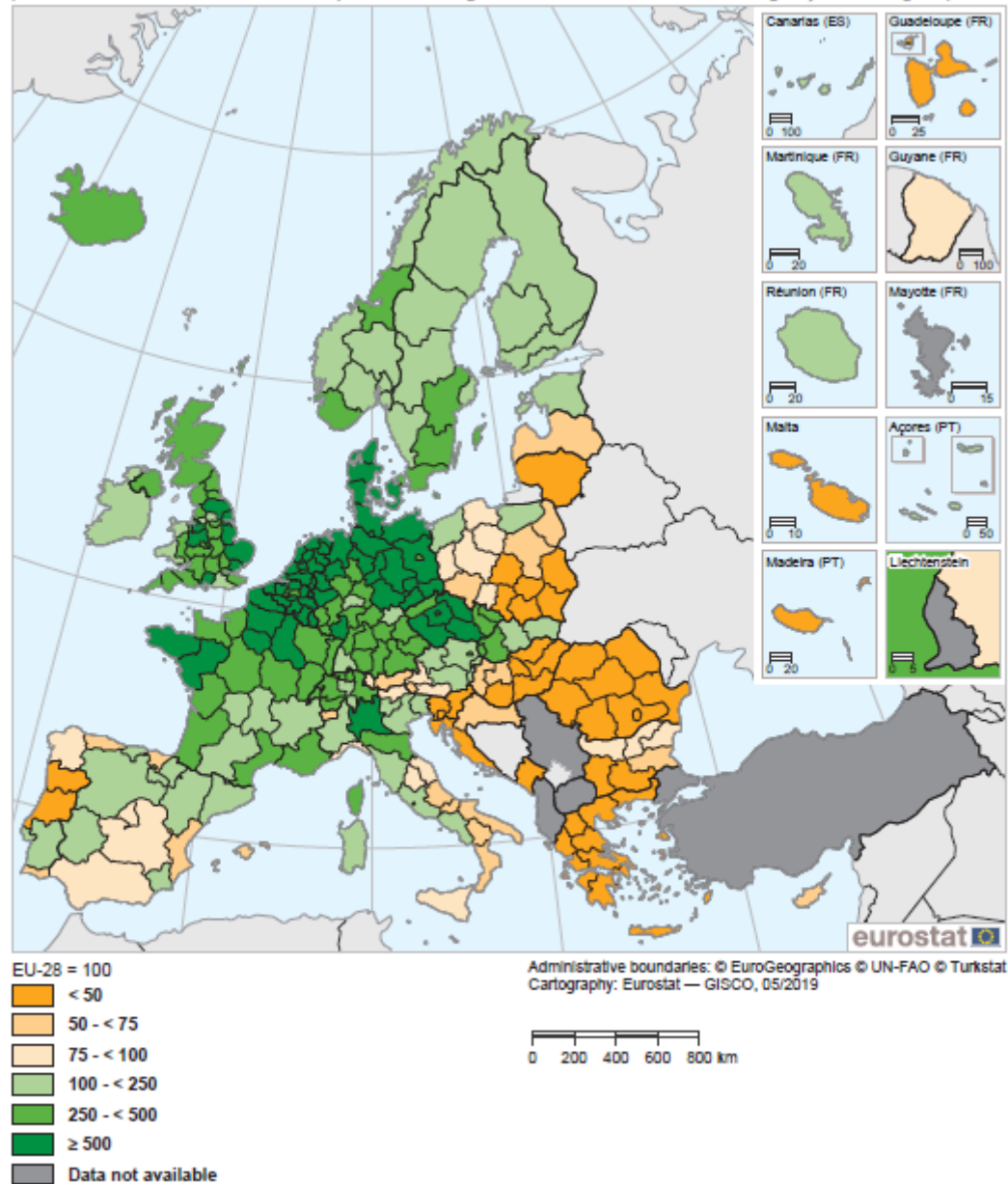
Si el relevo generacional constituye un problema para el futuro desarrollo sostenible y, al mismo tiempo, competitivo del rural eurorregional, el tamaño de las explotaciones no le va a la zaga. De nuevo Galicia y, especialmente, la Região Norte están por debajo de la media de la Unión Europea. En el Norte de Portugal en el escalón más inferior de la clasificación con más de 50 puntos de desventaja. Galicia presenta mejores cifras, pero apenas le da para estar entre 25 y 0 puntos de esa media. Una vez más, como ya se advertía en la edad de los titulares, los

competidores naturales de la ganadería eurorregional se encuentran, justamente, en el polo opuesto.

Mapa 21. Tamaño económico medio de las explotaciones agrarias por NUTS II (2016)

Map 12.1: Average economic size of farm holdings, 2016

(EU-28 = 100, based on the standard output of the average farm in relation to the EU-28 average, by NUTS 2 regions)



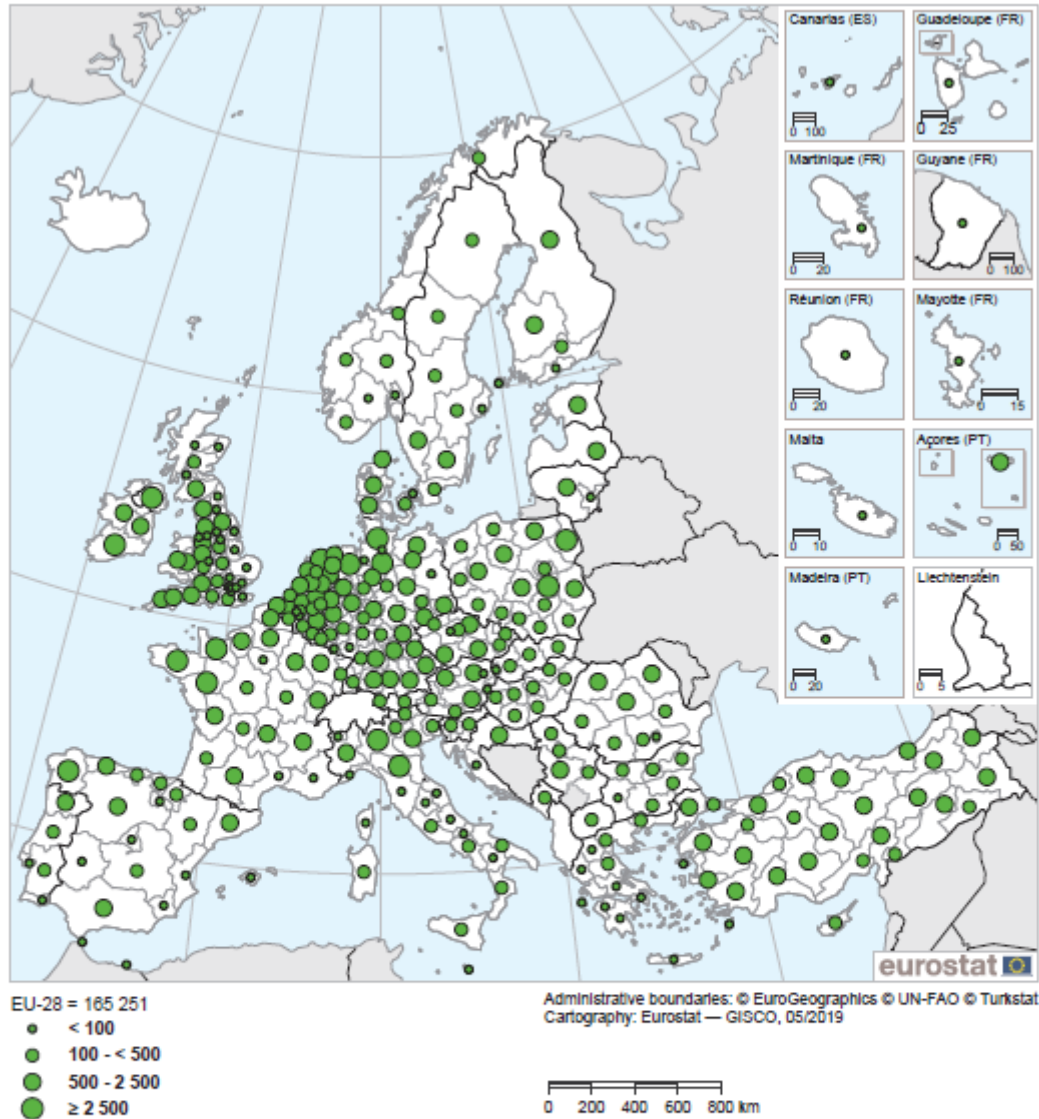
Fuente: Eurostat Regional Yearbook 2019

Uno de los sectores más competitivos y con futuro de la agricultura eurorregional es el de la producción láctea, sin olvidar las posibilidades que se abren al veterano y, al mismo tiempo, pujante sector vitivinícola. Galicia está entre las principales regiones productoras y el Norte también figura bien posicionada. El problema se presenta al comparar parámetros como la edad

de los titulares de las explotaciones y el tamaño de las mismas con competidores como las regiones belgas, holandesas, danesas y del norte de Francia y Alemania.

Mapa 22. Producción de leche vacuna por NUTS II (2017)

Map 12.6: Cows' milk production, 2017
(thousand tonnes, by NUTS 2 regions)



Note: Közép-Magyarország (HU1), NUTS level 1. Outer London — West and North West (UK17), Norway, North Macedonia and Serbia: 2016. Brandenburg (DE40) and Sachsen-Anhalt (DEE0): 2015. Belgium: estimates. EU-28, Spain, France and Montenegro: provisional.
Source: Eurostat (online data codes: agr_r_milkpr and apro_mik_farm)

Fuente: Eurostat Regional Yearbook 2019

4.5. EL MERCADO LABORAL TRANSFRONTERIZO

Sin duda, uno de los mejores indicadores para medir las oportunidades de una cooperación transfronteriza fluida y que redunde en el incremento de la calidad de vida de los moradores de las zonas de frontera se encuentra en la salud de su mercado laboral. La Eurorregión presente un importante hándicap al carecer de grandes núcleos de población en la franja de los cincuenta kilómetros más próximos a la frontera, con el consiguiente dinamismo y consistencia del tejido empresarial. Este es un dato a tener en cuenta al valorar el número de trabajadores transfronterizos dados de alta en la Seguridad Social respectiva. La recuperación, tras la crisis de la Gran Recesión es evidente, como lo es también la interesante tendencia a un cierto equilibrio numérico entre las dos regiones.

Tabla 77. Trabajadores transfronterizos dados de alta en la Seguridad Social

País/región	Total de trabajadores del otro país			Transfronterizos portugueses en Galicia			Transfronterizos españoles en la Região Norte		
	2011/I	2015/I	2019/I	2011/I	2015/I	2019/I	2011/I	2015/I	2019/I
Galicia	8.542	6.541	7.724	1.360	960	1.155			
Norte	1.224	1.561	2.528				430	681	1.344

Fuente: Observatorio Transfronteirizo IGE.

Los trabajadores transfronterizos que diariamente se desplazan (*commuters*) desde Galicia al Norte de Portugal laboran en industrias transformadoras, en establecimientos comerciales y en el sector sanitario y asistencial.

Figura 4. Distribución por la clasificación portuguesa de actividades económicas (CAE) de los *commuters* gallegos en Portugal

CAE da entidade empregadora	2012	2013	2014	2015
Industrias transformadoras, n.e.	421	540	84	617
Comercio por xunto e ao retalho, reparación de vehículos de motor e motocicletas	251	276	87	283
Actividades de saúde humana e apoio social	209	211	149	202
Construción	192	168	153	164
Transportes, almacenamento e comunicacións	132	124	119	124
Actividades administrativas e servizos auxiliares	80	93	151	115
Educación	104	104	94	105
Aloxamento, restauración e similares	67	78	108	96
Actividades inmobiliarias, alugueiros e servizos prestados ás empresas	-	-	135	26
Actividades financeiras e de seguros	-	-	111	15

Táboa 18: Distribución pola Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE) dos *commuters* galegos en Portugal (evolución 2012-2015). Fonte: último Informe Euro-Eures.

Fuente: Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, tese de doutoramento na USC, p. 261.

En sentido inverso, los *commuters* de la Região Norte con desplazamientos diarios, por motivos laborales, hasta Galicia trabajan en la restauración y hostelería, en la construcción y en el sector del transporte.

Figura 5. Distribución por la clasificación española de actividades económicas (CNAE) de los *commuters* del Norte en Galicia.

CNAE da entidade empregadora	2013	2014	2015	2016
Servizos de comidas e bebidas	1.003	1.070	1.113	1.384
Construción de edificios	1.258	987	785	630
Actividades de construción especializada	818	771	752	488
Transporte terrestre e por tubaxe	555	603	561	620
Comercio por xunto e intermediarios do comercio, salvo de vehículos de motor e motocicletas	177	230	275	223
Servizos de aloxamento	159	225	249	292
Industria de alimentación	142	218	330	406
Enxeñaría civil	253	217	166	109
Comercio a retallo, agás vehículos de motor e motocicletas	204	216	250	251
Agricultura, gandería, caza e servizos relacionados con elas	138	205	227	274
Pesca e acuicultura	164	168	192	165

Táboa 19: Distribución pola Clasificación Nacional de Actividades Económicas (CNAE) dos *commuters* portugueses na Galiza. Evolución 2013-2016. Fonte: último Informe Euro-Eures.

Fuente: Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, tese de doutoramento na USC, p. 262.

En cuanto a la localización geográfica del destino de los *commuters* portugueses son las provincias litorales gallegas y no las fronterizas las preferidas, predominando la pujanza de los mercados laborales sobre la proximidad al propio país.

Figura 6. Distribución por provincias de los *commuters* diarios portugueses.

Provincia	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
A Coruña	176	202	173	139	67	109	63	76	104
Lugo	70	135	92	45	20	23	23	7	9
Ourense	83	136	108	65	45	34	69	46	49
Pontevedra	1.778	1.568	1.123	807	790	678	701	547	533
Total	2.107	2.041	1.496	1.056	922	844	856	676	695

Táboa 21: Distribución por provincias galegas do *commuters* diarios portugueses. Evolución 2007-2015. Fonte: último informe Euro-Eures.

Fuente: Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, tese de doutoramento na USC, p. 268.

En el caso de los *commuters* gallegos, sin embargo, se produce una evidente concentración en el distrito de Viana do Castelo a mucha distancia de los otros dos litorales, mientras que los dos distritos interiores, a pesar de ser fronterizos en parte tienen una presencia testimonial de *commuters*.

Figura 7. Distribución por distritos de los *commuters* diarios gallegos

Distrito	2011	2012	2013	2014	2015
Braga	88	59	98	108	99
Bragança	0	3	3	7	19
Porto	59	65	88	107	85
Viana do Castelo	470	488	545	610	626
Vila Real	7	0	7	19	36
Total	624	615	741	851	865

Táboa 22: Distribución por distritos portugueses do *commuters* diarios gallegos. Evolución 2011-2015. Fonte: o último informe Euro-Eures.

Fuente: Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, tese de doutoramento na USC, p. 269.

4.6. LA MOVILIDAD TRANSFRONTERIZA NO LABORAL

Siendo importante la movilidad laboral en los contextos transfronterizos, en el caso de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal ocupa un lugar muy secundario. Son las compras las que ocasionan la mayor parte de los desplazamientos, seguidas del ocio y, ya a mucha distancia, del turismo, incluso en el caso gallego ir hasta Porto para tomar un avión supera al trabajo como explicación de los desplazamientos al otro país. Es evidente que la proximidad idiomática y cultural, junto con la complementariedad de ofertas y oportunidades explica esa movilidad en la frontera con más tránsito a lo largo de la raya hispano-lusa.

Figura 8. Motivos de los desplazamientos transfronterizos



Gráfica 29: Porcentaxe de resposta na variable 'motivo do desprazamento' por beira da fronteira (codigo: 'motiv[1-8]').

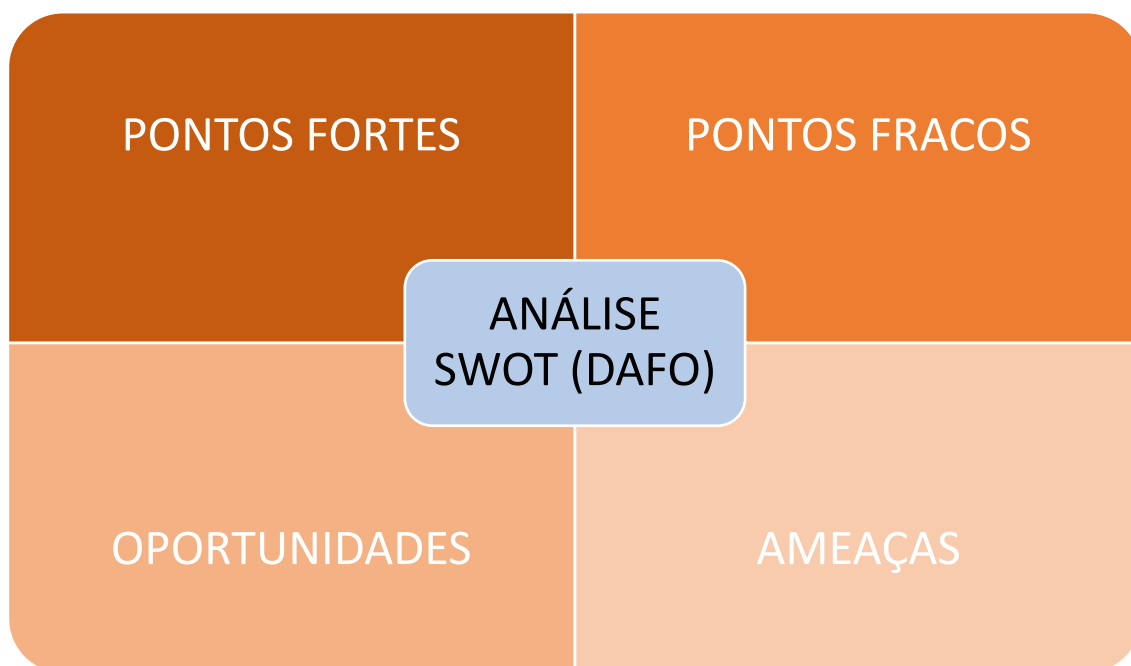
Fuente: Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, tese de doutoramento na USC, p.

Existen en la raya húmeda del Miño infraestructuras de movilidad suave, con justo destaque para la ecovía que ya une Vilanova de Cerveira con Monção aprovechando en un buen tramo el trazado ferroviario que existió entre Valença y Monção, cuya consolidación ofrece una magnífica oportunidad para incrementar las relaciones entre la ciudadanía de ambos países, al tiempo que se hace una apuesta decidida por el desarrollo sostenible, la vida saludable y la puesta en valor del patrimonio cultural y natural del territorio. De hecho, se puede aventurar que las infraestructuras de movilidad suave están llamadas a jugar un papel similar, en la cohesión económica, social y territorial de la frontera, al que en su día hicieron los cuatro puentes de conexión construidos al calor de los programas europeos para unirse al más que centenario que unía Tui con Valença.

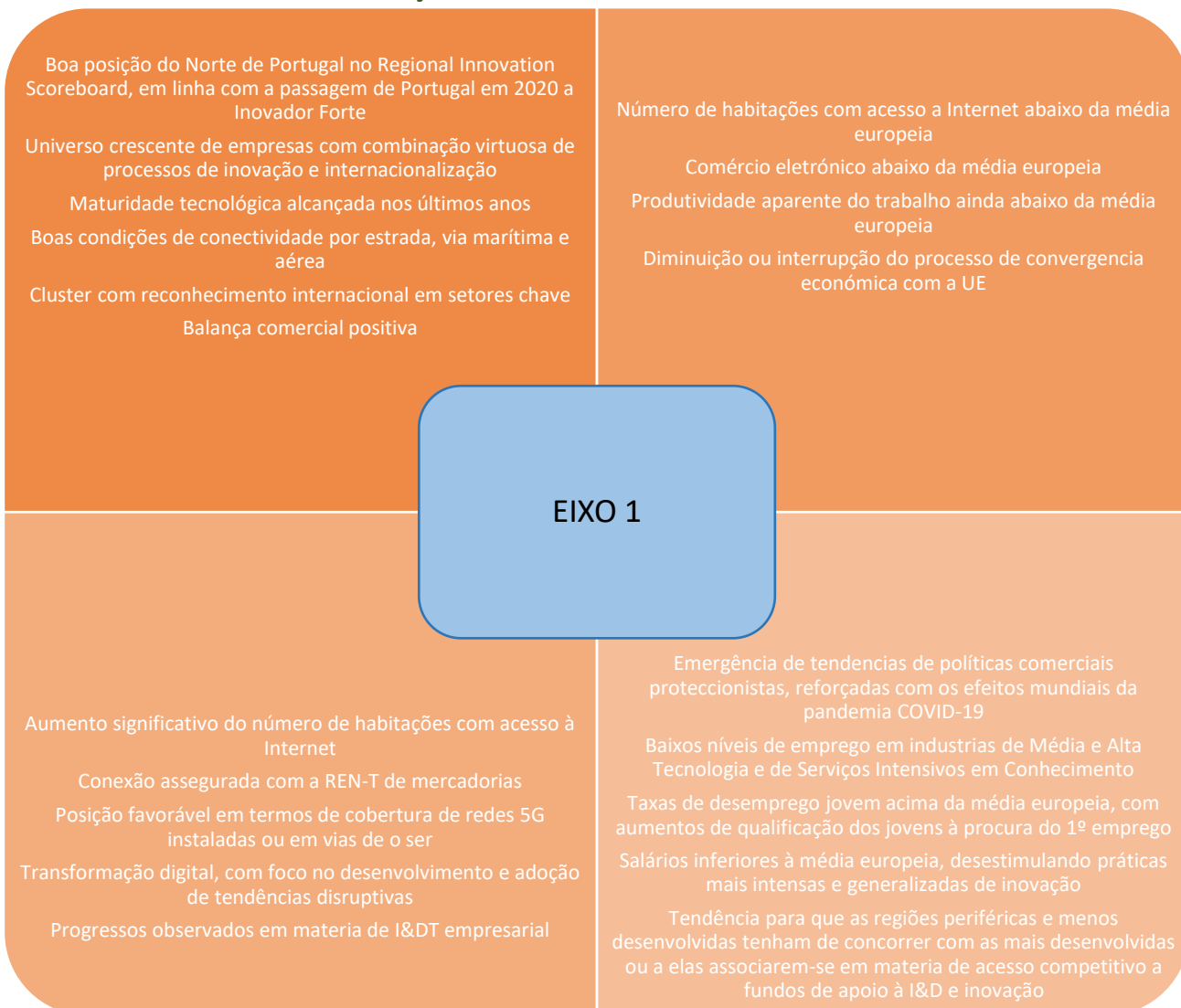
SWOT (DAFO)

Analisada que foi a informação recolhida, através dos dados, quadros, mapas e figuras apresentadas, será agora elaborada a análise de pontos fortes e pontos fracos, de ameaças e oportunidades para a Eurorregião Galiza-Norte de Portugal em cada um dos domínios considerados.

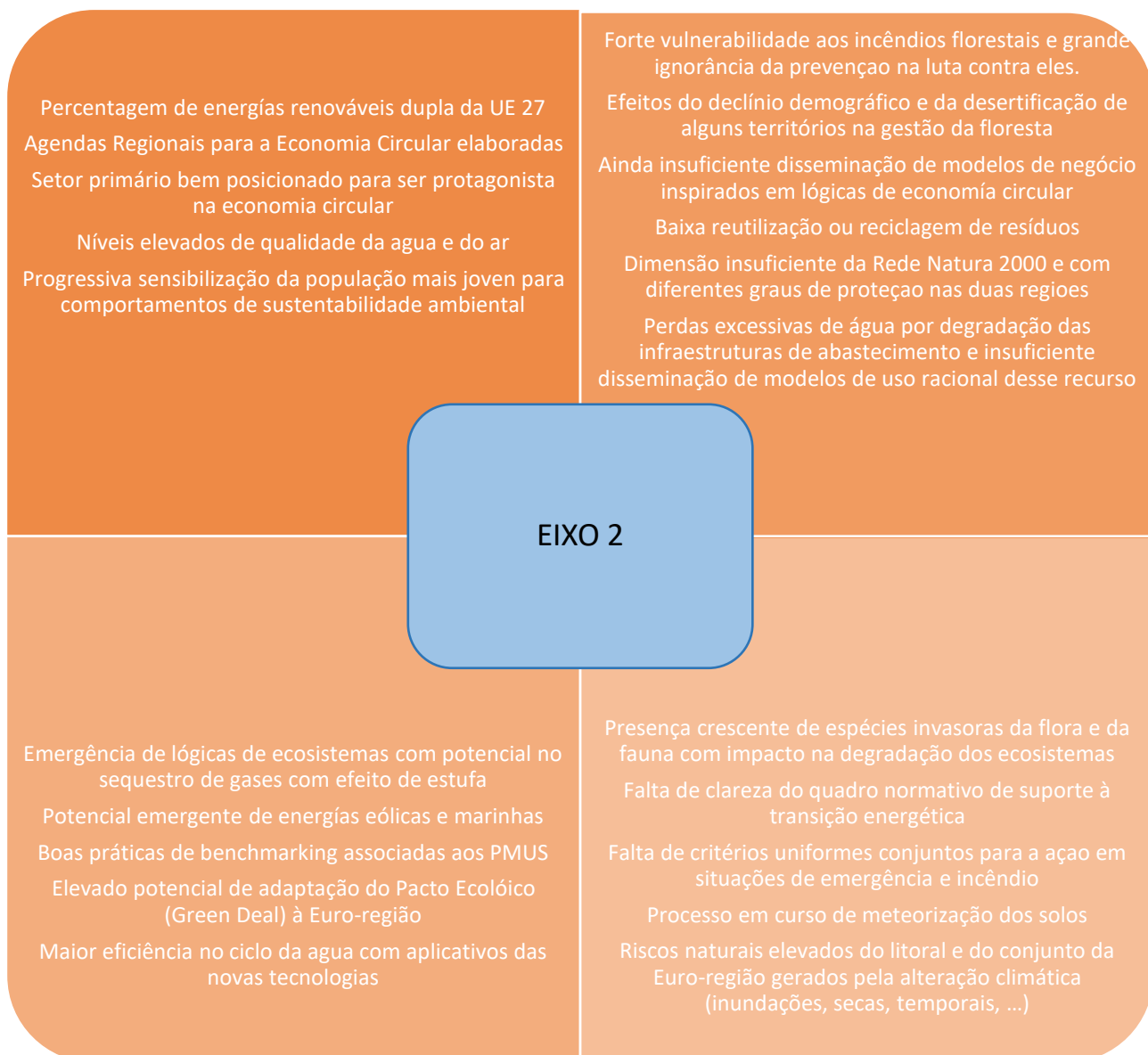
Esta análise SWOT será o ponto de partida para a definição estratégica do Plano de Investimentos Galiza-Norte de Portugal para o período 2021-2027. O SWOT será construído para cada um dos domínios de estudo, de acordo com o seguinte modelo:



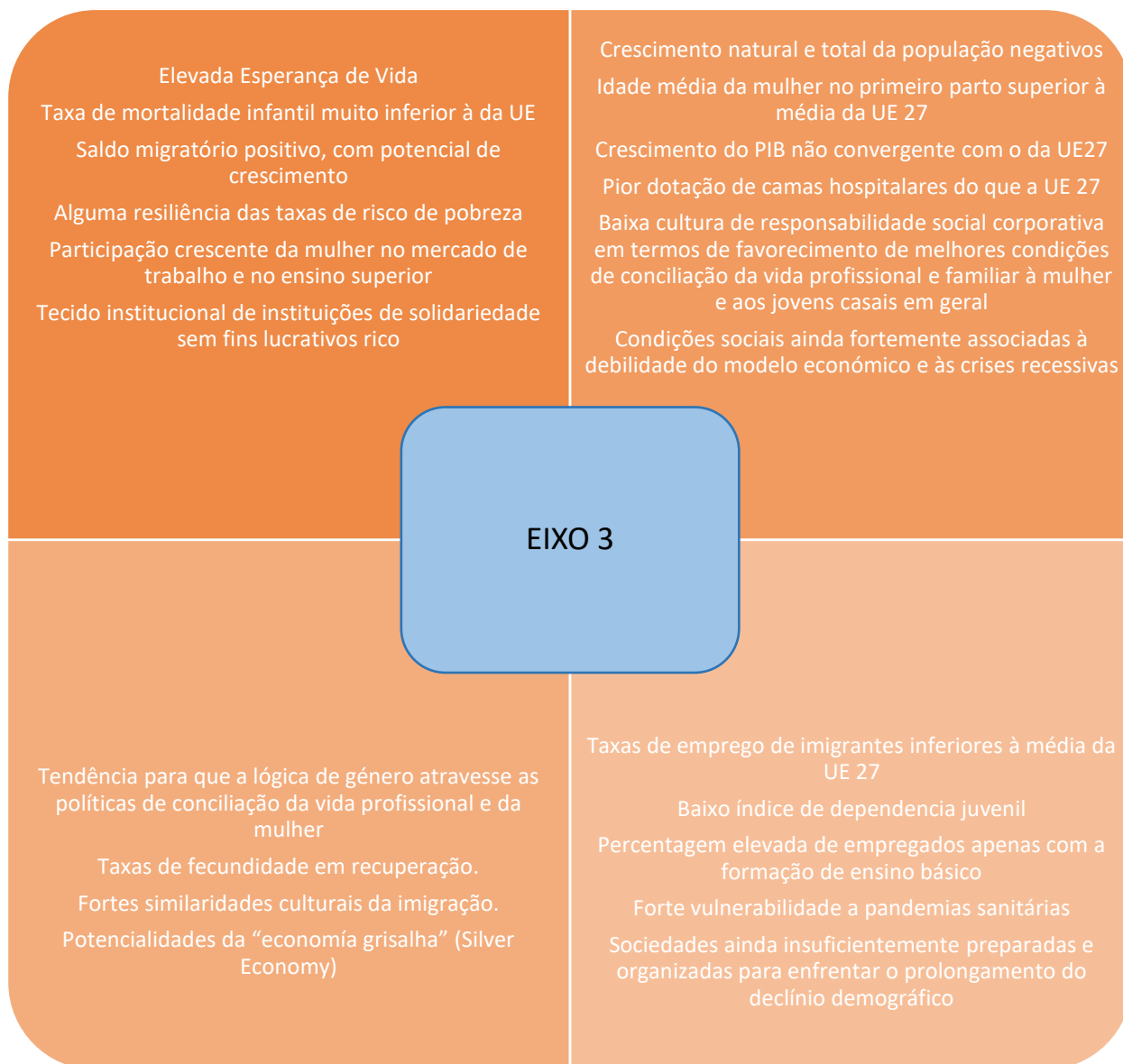
1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE



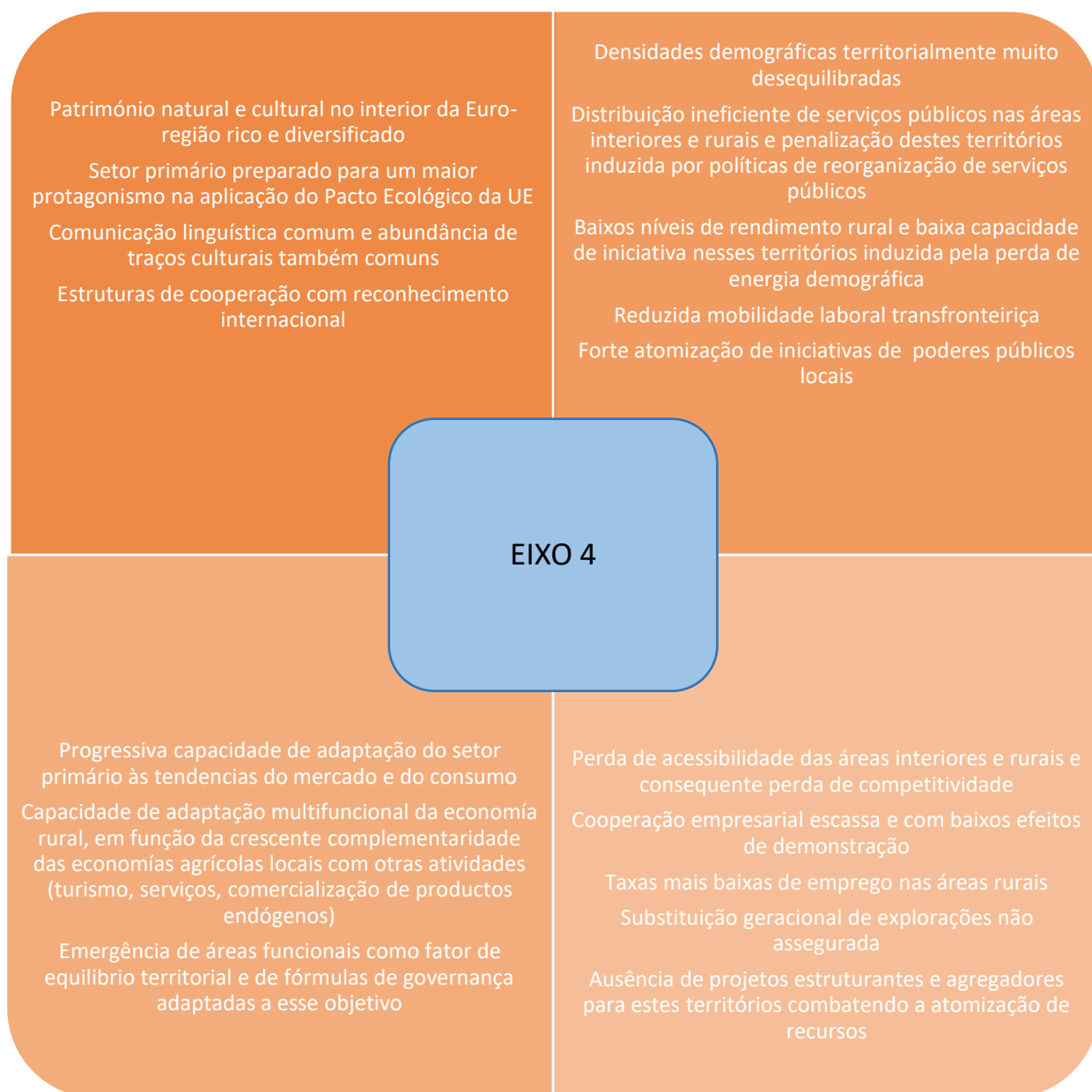
2. UMA EURORREGIÃO MAIS ECOLÓGICA E DESCARBONIZADA PARA ENFRENTAR A ALTERAÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL E ASSEGURAR A PERTINENTE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA



3. UMA EURORREGIÃO MAIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENFRENTAR O DESAFIO DEMOGRÁFICO E AS AMEAÇAS À SAÚDE PÚBLICA



4. UMA EURORREGIÃO MAIS COESA EM BENEFÍCIO DA CIDADANIA



EIXOS E PRIORIDADES

Seguindo as prioridades da programación europea e da eurorrexional e adaptándoas ao diagnóstico e DAFO sinalados, establecemos catro eixos estratéxicos para o Plan de Investimentos Conxuntos, en consonancia coas pautas de concentración temática e de gasto, provistos dos correspondentes indicadores de realización e resultados.

EIXOS E PRIORIDADES

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
<p>1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE</p>	<p>1.1. Reforço de estruturas de investigación e transferencia de conhecimento, com foco nos resultados e no desenvolvemento e adopción de maiores capacidades em torno de novas tendencias tecnológicas nas PME.</p>	<p>1.1.1. Atualización da RIS 3 eurorregional, a partir da revisión das RIS 3 regionais, com ênfase nas capacidades de investigación conjunta da Eurorregião para abordar a situación pós-COVID 19.</p> <p>1.1.2. Fortalecemento das estruturas de investigación de três setores industriais chave para a Eurorregião: os relacionados com a biotecnología aplicada ao setor primário (agroalimentar, florestal, pesca, aquicultura, produción de enerxía) e a saúde; os relacionados com a industria 4.0 (robótica, digitalización, intelixencia artificial, internet das cousas, nanotecnología, tecnología cuántica); e os relacionados com a economía circular. Estimulando sempre a colaboración entre institucións e os organismos de investigación.</p> <p>1.1.3. Programas de transferencia de tecnología da investigación básica e aplicada para as PME da Eurorregião, com selección e apoio a projetos demostradores.</p> <p>1.1.4. Valorización do potencial de estruturas de investigación e transferencia de conocimiento centradas nas industrias culturais e creativas e na mobilización de recursos naturais e patrimoniais polo setor turístico.</p> <p>1.1.5. Promoção de sinergias, converxencia e hibridización entre setores produtivos.</p> <p>1.1.6. Programa de apoio à especialización tecnológica em tendencias digitais disruptivas</p>
	<p>1.2. Melhoria e reforço da conectividade das persoas, das mercadorias e dos servizos avanzados.</p>	<p>1.2.1. Conexão territorialmente competitiva com o corredor atlântico desenhado na Rede Transnacional Europea de Transportes (REN-T), ponderando os custos económicos da súa non concretización ou de una implementación demasiado diferida no tempo, promovendo sistemas de transporte intelixentes e movendo-se em dirección ao vehículo autónomo</p> <p>1.2.2. Programa eurorregional de mobilidade multimodal, coordinado com ações de mobilidade suave urbana e mobilidade flexível nas áreas rurais e de baixa densidade demográfica, com prioridade para projetos com elevado efecto demostración de boas prácticas que aproveitem o uso de solucións digitais para acrescer o conhecimento sobre as demandas e necesidades</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
		<p>de mobilidade das persoas e ofereçam servizos máis eficazes e eficientes</p> <p>1.2.3. Acceso rápido e seguro a comunicacións móbiles de banda larga con tecnoloxía 5G</p> <p>1.2.4. Coordinación das plataformas lóxicas multimodais que permita aproveitar as autoestradas marítimas atlánticas</p>
	<p>1.3. Estratexia eurorregional de internacionalización para mellorar a competitividade das empresas</p>	<p>1.3.1. Consolidación dos cinco clusters transfronteiriños e dinamización de novos clusters, especialmente nas áreas do turismo e do agroalimentar</p> <p>1.3.2. Ampliación do Programa Jacobus de mobilidade de investigadores con novas accións relacionadas con a promoción de redes internacionais de participación eurorregional e con o rexistro e valorización de patentes de carácter europeo e internacional.</p> <p>1.3.3. Regreso do talento jovem e atracción de talento internacional, quer no sector público, quer no sector privado</p> <p>1.3.4. Coordinación de accións de diplomacia pública eurorregional, en colaboración con as autoridades nacionais.</p>
<p>2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA</p>	<p>2.1. Fomento da resiliencia fronte ao cambio ambiental global.</p>	<p>2.1.1. Plan para combater os efectos das alteracións climáticas sobre os ecosistemas máis vulnerables: litoral, cuncas hidrográficas, montaña e hábitats endémicos de fauna e flora e proxectos urbanos de adaptación á emerxencia climáticas.</p> <p>2.1.2. Consolidación e protección dunha infraestrutura verde eurorrexional, con especial atención ao interface urbano/forestal, que axude á fixación de carbono e minimize os riscos de incendios.</p> <p>2.1.3. Programa de transición enerxética equilibrada que garanta os dereitos dos consumidores e da cidadanía en xeral e promova a optimización enerxética na prestación de servizos básicos .</p> <p>2.1.4. Mellora dos Plans de Mobilidade Urbana Sostible (PMUS) a través de accións de benchmarking eurorrexional.</p> <p>2.1.5. Apoio a proxectos emblemáticos de responsabilidade social corporativa das empresas en materia de intervención no territorio para adaptación e mitigación de alteracións climáticas.</p> <p>2.1.6. Apoio aos Concellos e municipalidades para fomentar á súa adhesión ao Pacto Europeo dos Alcaldes para o Clima e a Enerxía.</p> <p>2.1.7. Fomento de actuacións de prevención, protección e resposta fronte aos riscos de inundacións e doutras que contribúan á redución da vulnerabilidade dos sistemas de abastecemento fronte as secas.</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
	2.2.Promoción da economía circular e do uso sostible dos recursos naturais.	<p>2.2.1. Apoio ás accións de descartes cero na pesca, de verme-compostaxe no sector primario, de incremento de consumo de proximidade, de Qm cero e de potenciación da cadea de valor da madeira como modelo de circularidade.</p> <p>2.2.2. Mellora na xestión do ciclo da auga, fomentando a eficiencia dos sistemas, incrementando a utilización de infraestruturas verdes, garantindo o cumprimento dos obxectivos medioambientais e introducindo o concepto de biofactoría para aproveitar o potencial das estacións depuradoras de augas residuais e industriais, incrementando a re-utilización das augas.</p> <p>2.2.3. Potenciación do <i>servicizing</i> e das actividades de reparación, actualización e persoalización e da adquisición de destrezas e formación especializada para facelas sostibles.</p> <p>2.2.4. Promoción de produtos e servizos ecodeseñados para os consumidores.</p> <p>2.2.5. Fomento do uso de tecnoloxías TIC,s na loita contra incendios e na preservación dos recursos naturais, apostando pola innovación como o deseño e emprego de drons específicos e redes de videovixiancia de espazos ambientalmente vulnerables.</p>
3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E AS AMEAZAS Á SAÚDE PÚBLICA	<p>3.1. Inclusión da perspectiva demográfica nas políticas públicas.</p> <p>3.2. Afirmación dos dereitos sociais para limitar a vulnerabilidade e a desigualdade con enfoque de xénero.</p>	<p>3.1.1. Plans eurorrexionais de apoio ás familias e a conciliación familiar que impliquen aos axentes sociais, con especial atención á vivenda, ao emprego, a educación de 0 a 3 anos e a dependencia, con estímulos fiscais á natalidade.</p> <p>3.1.2. Estímulo do emprendemento mozo e da formación orientada ao mercado laboral.</p> <p>3.1.3. Apoio a proxectos emblemáticos de responsabilidade social corporativa centrados na conciliación da vida profesional e familiar e apoio ao incremento da fecundidade de mulleres activas</p> <p>3.1.4. Programa de retorno e atracción de nova poboación, incentivando a mitigación da desertificación demográfica do rural e a inclusión social dos emigrados e retornados</p> <p>3.1.5. Impulso do envellecemento activo e saudable, así como das posibilidades da economía do envellecemento (silver economy), maximizando o aproveitamento das oportunidades que brindan as solucións dixitais.</p> <p>3.2.1. Reforzo dos programas de formación profesional dual en colaboración cos axentes sociais e tendo en conta as necesidades dos sectores sociais vulnerables e dos territorios de baixa densidade demográfica.</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
		<p>3.2.2. Programa de alfabetización dixital dos maiores e dos sectores socialmente vulnerables, apoiando a capacitación das estruturas de intermediación con eses públicos.</p> <p>3.2.3. Dinamización de proxectos de innovación e emprendemento social para os sectores sociais máis vulnerables, con capacitación, tamén, de entidades da economía social máis tradicional.</p>
<p>4. UNA EURORREGIÓN MÁIS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA</p>	<p>3.3. Incremento da resiliencia fronte ás ameazas á saúde pública</p> <p>4.1. Apuesta por el equilibrio territorial en la doble dimensión litoral/interior y rural/urbana.</p> <p>4.2. Impulso de la cooperación transfronteriza como instrumento eficaz para mejorar la calidad de vida de la ciudadanía</p>	<p>3.3.1. Establecemento de protocolos de cooperación en situacións de emerxencias sanitarias e biolóxicas, a partires da experiencia do ARIEM 112.</p> <p>3.3.2. Programas coordinados para afrontar a soidade e a depresión desde a óptica da saúde pública.</p> <p>3.3.3. Promoción de procesos conxuntos de capacitación técnica, humana e organizativa para a resiliencia da Eurorrexión (telemedicina, asistencia médica móbil), implicando especialmente ás institucións públicas e da sociedade civil con intervención sobre a poboación envellecida máis illada.</p> <p>4.1.1. Planificación territorial integrada del sistema de asentamientos, previo diseño de áreas funcionales eurorregionales.</p> <p>4.1.2. Coordinación y desarrollo de estrategias conjuntas que racionalicen la oferta y la demanda de servicios en las áreas periurbanas y rurales, en beneficio de la calidad de vida de la ciudadanía y de la humanización del territorio.</p> <p>4.1.3. Impulso de sistemas multifuncionales que promuevan la diversidad de usos (productivos, residenciales, turísticos, paisajísticos) del interior y del rural.</p> <p>4.1.4. Dinamización de los procesos de certificación de calidad y biodiversidad de los productos agrarios, forestales, marinos y artesanales para incrementar las rentas de los productores y la seguridad de los consumidores, garantizando su trazabilidad.</p> <p>4.2.1. Disminución o eliminación de los costes de contexto transfronterizos</p> <p>4.2.2. Programa de consolidación de las estructuras de cooperación más activas y estímulo para la creación de otras nuevas en el ámbito de las prioridades estratégicas del PIC.</p> <p>4.2.3. Programa eurorregional de infraestructuras y equipamientos transfronterizos compartidos, incluyendo aquellos que promocionen la movilidad suave.</p> <p>4.4.4. Aprovechamiento conjunto de las potencialidades que tienen elementos compartidos como los Caminos de Santiago, el enoturismo, el turismo termal y el paisaje.</p>

Ainda que non se coñecen os indicadores de realización e resultado que serán establecidos nos instrumentos de programación e financiamento nacionais e comunitarios para o período 2021-2027, considerase conveniente suxerir unha serie posible deles, sen ánimo exhaustivo.

INDICADORES DE RESULTADO E REALIZACIÓN

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZACIÓN	INDICADORES DE RESULTADO
1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE	1.1. Reforço de estruturas de investigação e transferência de conhecimento, com foco nos resultados e no desenvolvimento e adoção de maiores capacidades em torno de novas tendências tecnológicas nas PME.	Número de projetos conjuntos de I&DT com contributo para operações de inovação em setores definidos como prioritários pelas RIS3	Número de empresas que cooperam com instituições de investigação Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas Número de investigadores novos en instituições apoiadas Investimento privado em paralelo ao apoio público a projetos de inovação ou I&D
		Número de PME, centros de investigação e Cidades da Eurorregião com participação em projetos de transferencia de resultados Número de empresas apoiadas para digitalizar seus produtos e serviços	Número de empresas a beneficiar de transferência desde instituições de investigação Número de publicações com resultados da investigação que fora apoiada em revistas científicas relevantes nacional ou internacionalmente Número de patentes europeas e internacionais com implantação efectiva. Número de usuários de novos serviços e aplicativos digitais públicos ou desenvolvidos por empresas. Número de empresas a alcançar uma alta intensidade digital.
	1.2. Melhoria e reforço da conectividade das pessoas, das mercadorias e dos serviços avançados.	Número de ações focadas para a melhoria das condições de mobilidade e conexão no territorio da Eurorregião	Quilometragem total de linhas férreas reconstruídas ou modernizadas Quilometragem total de linhas férreas REN-T construídas Aumento de deslocamentos de viajantes em serviços de

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADO
			transporte público que beneficia de apoio Número de estações multimodais novas Número de planos de mobilidade urbana sustentável
		Número de ações focadas para o aumento de infraestruturas de digitalização e logística	Número de pessoas con acceso a redes de banda larga Volume de negócio de produtos e serviços gerado pela digitalização Número de plataformas logísticas multimodais Volume de negócio de produtos e serviços gerado pelas plataformas logísticas apoiadas
	1.3. Estratégia eurorregional de internacionalização para melhorar a competitividade das empresas	Número de projetos e valor de investimento apoiado focados em ações de cooperação em clusters selecionados pelo PIC	Número de clusters transfronteiriços apoiados e criados
		Número de projetos de Iacobus que foram geridos	Número de alunos abrangidos pelo programa Iacobus Número de investigadores abrangidos pelo programa Iacobus. Número de Centros Tecnológicos envolvidas pelo programa Iacobus Número de publicações conjuntas de primeiro nível
		Número de ações de apoio a internacionalização das empresas da Eurorregião	Número de empresas que iniciaram ou acrescentaram as suas vendas ao exterior Número de empresas que beneficiam de apoio não financeiro

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZACIÓN	INDICADORES DE RESULTADO
<p>2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA</p>	<p>2.1. Fomento da resiliencia fronte ao cambio ambiental global.</p>	<p>Número de plans e/ou mecanismos de prevención e alerta de desastres naturais preparados en cooperación</p>	<p>Poboación beneficiada por medidas de protección contra inundacións</p> <p>Poboación beneficiada por medidas de protección contra incendios forestais</p> <p>Superficie dos habitats apoiados para alcanzar un mellor estado de conservación</p> <p>Poboación beneficiada por medidas que reducen a vulnerabilidade dos sistemas de abastecemento fronte as secas</p>
		<p>Número de proxectos conxuntos apoiados destinados ao compromiso das administracións públicas e das empresas na loita contra o cambio ambiental global</p>	<p>Número de plans de mobilidade urbana sostible mellorados coa cooperación</p> <p>Número de programas de responsabilidade social corporativa que inclúen actuacións de loita contra o cambio ambiental global</p> <p>Diminución anual estimada das emisións de gases de efecto invernadoiro</p>
		<p>Número de proxectos conxuntos apoiados destinados a favorecer a transición enerxética</p>	<p>Redución de consumo de enerxía primaria anual nos edificios públicos</p> <p>Redución do consumo de enerxía nos sistemas de abastecemento, saneamento e depuración</p> <p>Normas aprobadas que garantan os dereitos da cidadanía e dean seguridade xurídica ás iniciativas de transición enerxética</p> <p>Capacidade suplementaria de produción de enerxías renovables</p> <p>Número de fogares con consumo de enerxía mellorado</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZACIÓN	INDICADORES DE RESULTADO
	2.2. Promoción da economía circular e do uso sostible dos recursos naturais.	Número de proxectos conxuntos apoiados destinados á fomentar o uso sostible dos recursos naturais	<p>Número de m3 de auga recuperada pola mellora nas redes de abastecemento.</p> <p>Número de m3 de auga reciclada e reutilizada</p> <p>Número de sistemas de saneamento e depuración que son declarados conformes á Directiva 91/271</p>
		Número de proxectos conxuntos apoiados destinados a impulsar a economía circular	<p>Toneladas de residuos sólidos urbanos reciclados.</p> <p>Toneladas de residuos sólidos urbanos reutilizados.</p> <p>Toneladas de lodos de depuración que se reutilizan para outros usos</p> <p>Número de produtos con eco-etiquetado.</p> <p>Toneladas de descartes de pesca e restos agrícolas reciclados e reutilizados</p> <p>Volume de negocio xerado polo consumo de proximidade</p>
3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E AS AMEAZAS À SAÚDE PÚBLICA	3.1. Inclusión da perspectiva demográfica nas políticas públicas.	Número de proxectos apoiados de emprendemento xuvenil	<p>Número de persoas emprendedoras</p> <p>Número de actuacións de capacitación e formación para o emprendemento</p> <p>Número de empresas creadas</p> <p>Número de emprego mozo creado</p> <p>Número de emprego creado</p>
		Número de accións orientadas a apoiar ás familias e a conciliación familiar	<p>Número de persoas de 0 a 3 que se acollen a programas educativos</p> <p>Número de persoas de persoas atendidas en programas de dependencia</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZACIÓN	INDICADORES DE RESULTADO
			<p>Número de familias que acceden á vivenda grazas ás accións emprendidas</p> <p>Número de persoas que acceden ou conservan o emprego grazas a medidas de conciliación familiar</p>
		Número de accións orientadas a apoiar o envellecemento activo	<p>Número de persoas acollidas a programas de envellecemento activo</p> <p>Volumen de negocio xerado pola silver economy</p> <p>Número de empregos creados pola silver economy</p>
		Número de accións orientadas á integración das persoas emigrantes	Número de persoas emigrantes acollidas a programas de inserción laboral, social e/ou cultural
	3.2. Afirmación dos dereitos sociais para limitar a vulnerabilidade e a desigualdade con enfoque de xénero.	Número de accións de apoio á formación, especialmente para os sectores sociais vulnerables	<p>Número de persoas acollidas á formación profesional dual.</p> <p>Número de persoas tituladas en formación profesional dual que acceden ao mercado laboral</p> <p>Número de persoas acollidas a programas de alfabetización dixital</p> <p>Número de persoas acollidas a programas de formación ao longo da vida</p> <p>Número de persoas que acceden ao mercado laboral grazas a programas de formación ao longo da vida</p>
		Número de proxectos apoiados de fomento á economía social	<p>Número de empresas creadas</p> <p>Número de emprego creado</p> <p>Volumen de negocio xerado pola economía social</p> <p>Número de horas dispoñibles nos bancos do tempo</p>
	3.3. Incremento da resiliencia fronte ás ameazas á saúde pública.	Número de protocolos de cooperación diante de emerxencias sanitarias ou biolóxicas	Poboación beneficiada por medidas de protección conxunta diante de emerxencias sanitarias ou biolóxicas

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZACIÓN	INDICADORES DE RESULTADO
			Número de actuacións conxuntas desenvolvidas ao abeiro dos protocolos de cooperación
		Número de accións destinadas á mellora da saúde pública	<p>Número de actuacións orientadas ao fomento dunha dieta saudable</p> <p>Número de actuacións orientadas ao fomento de hábitos de vida saudable</p> <p>Número de actuacións destinadas a prever os problemas de saúde xerados pola soidade</p> <p>Poboación cuberta polas actuacións anteriores</p>
4. UNA EURORREGIÓN MÁS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA	4.1. Apuesta por el equilibrio territorial en la doble dimensión litoral/interior y rural/urbana.	Número de acciones orientadas a favorecer el equilibrio territorial eurorregional	<p>Número de áreas funcionales diseñadas e implementadas</p> <p>Población beneficiada por la mayor accesibilidad a los servicios públicos</p>
		Número de proyectos de apoyo al desarrollo sostenible del mundo rural y pesquero	<p>Volumen de negocio generado por los productos de calidad certificada</p> <p>Número de empleos creados</p> <p>Número de empresas creadas</p> <p>Población beneficiada por las iniciativas</p>
	4.2. Impulso de la cooperación transfronteriza como instrumento eficaz para mejorar la calidad de vida de la ciudadanía	Número de proyectos destinados a promover la cooperación jurídica e institucional, así como la promovida desde la sociedad civil	<p>Número de participantes en iniciativas locales conjuntas de empleo y formación</p> <p>Número de participantes en proyectos de inclusión social transfronteriza</p> <p>Número de participantes en proyectos de conservación y explotación del patrimonio natural y cultural</p> <p>Población beneficiada por equipamientos sociales y/o culturales compartidos</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADO
		Número de acciones de apoyo a la movilidad transfronteriza, con especial atención a la laboral y a la movilidad suave	<p>Número de infraestructuras transfronterizas adaptadas a la movilidad suave</p> <p>Número de usuarios de las infraestructuras de movilidad suave</p> <p>Número de participantes en iniciativas de movilidad laboral transfronteriza</p> <p>Incremento de <i>commuters</i></p>

E.1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO FERRAMENTAS PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELLOR CALIDADE

A melhoria na competitividade da Eurorregião vai representar em elemento-chave do êxito do PIC, tendo especialmente em conta as mudanças geopolíticas que podem resultar da pandemia do COVID-19, reconhecendo embora a indeterminação que ainda paira sobre estas mudanças. A desejada competitividade tem necessariamente de se apoiar nas dimensões do desenvolvimento inteligente, integrado e sustentável, condição de geração de emprego duradouro e de qualidade. Ela deve basear-se em três eixos principais: a inovação capaz de tirar o máximo partido dos nossos recursos naturais, humanos e imateriais, assegurando a progressão na cadeia de valor do que sabemos fazer nas economias regionais; a conectividade que permita aumentar a permeabilidade entre as duas regiões e entre estas e o resto do mundo e a transformação digital das nossas áreas de interesse público e económico; e a internacionalização que nos permita aproveitar todas as oportunidades oferecidas pelos novos tempos, ao mesmo tempo que limite as potenciais ameaças que emergem.

1.1. E1. PE1. REFORÇO DE ESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, COM FOCO NOS RESULTADOS E NO DESENVOLVIMENTO E ADOÇÃO DE MAIORES CAPACIDADES EM TORNO DE NOVAS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS NAS PME

A Eurorregião acolhe algumas estruturas de investigação de primeiro nível, como pode inferir-se do facto de nos últimos dez anos quatro das suas seis universidades públicas se situaram

entre as 500 mais bem classificadas do Academic Ranking of World Universities, evidenciando quer a qualidade do seu capital humano como a dos seus equipamentos. Noutro plano, existe um número significativo de centros tecnológicos e de infraestruturas de base tecnológica que trabalham na conexão direta entre a investigação e a inovação efetiva no tecido empresarial. E não podemos ainda ignorar que em muitas empresas da Euroregião se produz conhecimento-inovação que também interpela o sistema científico e tecnológico da Euroregião no sentido de o disseminar enquanto conhecimento-inovação. Porém, há ainda muito por fazer. A Euroregião apresenta uma clara assimetria entre o potencial de investigação existente e a inovação efetiva no tecido empresarial. O Norte tem uma classificação de 97 pontos face aos 58.3 da Galiza. Isto faz com que o Norte se integre no grupo das regiões com índice de inovação forte baixo e a Galiza se integre no grupo médio-baixo. Este resultado não é alheio ao desempenho do Norte em matéria de I&D-inovação conseguindo 102 pontos no setor público e 75 no setor privado, apresentando a Galiza números mais baixos, de 75 pontos no setor público e de 56 no privado. Em ambas as regiões, os dados do Eurostat de 2017 permitem destacar que em ambas as regiões o investimento empresarial em I&D representa já ligeiramente mais do que 50% do total das despesas de I&D. No Norte, para um total de I&D de 1,5% do PIB, a ideia empresarial representa 0,81% do PIB. Na Galiza, para um total de I&D de 0,94% do PIB, a I&D empresarial representa 0,48% do PIB. O esforço da Região Norte que entre 2011 e 2018 melhorou em 16,5% a sua posição no Índice Regional de Inovação merece destaque. A Galiza, no mesmo período, melhorou em 4,4% a sua posição. A assimetria assume outras formas, quando se analisa a população com estudos superiores. A Galiza apresenta-se com 132 pontos face aos 70 do Norte. Assegurar a convergência nestas variáveis deve constituir um objetivo do próximo período, enquanto condição para assegurar uma maior fluidez ao sistema de inovação da Euroregião.

Deve ser mencionado o esforço da Euroregião para melhorar as diferentes variáveis que compõem o Índice de Economia e Sociedade Digital (DESI), através de diferentes estratégias e ações de articulação do crescimento ligado à economia digital. Tirar partido do potencial de transformação tecnológica, em linha com a estratégia “Estratexia Galicia Dixital 2030” e “Portugal Digital”, para aumentar a qualidade de vida dos residentes da Euroregião e o desenvolvimento sustentável nas suas três vertentes: econômica, social e ambiental deve ser um objetivo estratégico para o próximo período.

1.1.1 Atualização da RIS 3 eurorregional, a partir da revisão das RIS 3 regionais, com ênfase nas capacidades de investigação conjunta da Eurorregião para abordar a situação pós-COVID 19

A intensidade da crise provocada pela pandemia está a produzir, em maior ou menor medida, mudanças em todos os âmbitos políticos, económicos, sociais e culturais. As RIS 3, como instrumento chave de planeamento da aposta na especialização inteligente, têm demonstrado a sua efetividade. A RIS 3 transfronteiriça da Eurorregião, não teve as suas potencialidades totalmente aproveitadas. Seria, assim, oportuno rever e adaptar as respetivas RIS 3 regionais tendo em conta o novo marco de referência e procurando manter o elevado grau de convergência das atuais. Seguidamente, a RIS 3 eurorregional seria atualizada para poder validar e tornar efetivo este PIC, aprofundando o carácter dinâmico que o define.

1.1.2 Fortalecimento das estruturas de investigação de três setores industriais chave para a Eurorregião: os relacionados com a biotecnologia aplicada ao setor primário (agroalimentar, florestal, pesca, aquicultura, produção de energia) e a saúde; os relacionados com a indústria 4.0 (robótica, digitalização, inteligência artificial, internet das coisas, nanotecnologia, tecnologia quântica); e os relacionados com a economia circular. Estimulando sempre a colaboração entre instituições e os organismos de investigação

A reivindicação de uma menor exposição à fragmentação das cadeias de valor globais, designadamente na parte alimentar, está a ser invocada por governos de diferentes tendências políticas no mundo ocidental. É uma reação pendular à sensação de forte dependência externa vivida nas primeiras semanas da pandemia como consequência do processo de deslocalização industrial promovida pela globalização. Sem chegar a esses extremos que estão em contradição com a aposta deste PIC na internacionalização, é importante recordar que a reindustrialização é uma das componentes essenciais da Estratégia Europa 2020 e que também ambas as regiões nunca perderam a batalha da industrialização. A resiliência da Eurorregião passa assim por afirmar os nossos setores industriais chave para o futuro relacionados com a biotecnologia, a indústria 4.0 e a economia circular, tirando partido da cultura industrial que nunca perdemos. Tudo isso enquadrado na necessária digitalização como princípio orientador deste PIC. O impulso da investigação e da inovação resulta do próprio enunciado da prioridade. Fala-se de biotecnologia aplicada a setores tradicionalmente fortes da economia regional como os relacionados com o setor primário e com o setor da saúde, já que no atual contexto internacional assumem uma maior relevância. Existe uma necessidade observada de dinamizar toda a cadeia de valor do setor primário e a biotecnologia oferece amplas possibilidades de desenvolvimento

conjunto: na melhoria genética das espécies para resistir ao impacto da mudança ambiental global (pragas, alterações climáticas), na redução significativa de efeitos negativos sobre o ambiente das atividades relacionadas com o setor primário, no aumento da segurança alimentar na cadeia de produção e distribuição, na conexão direta já existente entre recursos marinhos e novos medicamentos no combate contra o cancro e outras doenças relevantes, com a produção farmacológica dos mesmos. A utilização dos biocombustíveis, nomeadamente da biomassa destinada à geração de energia térmica, é seguramente um outro campo a explorar e a explorar ao máximo.

A indústria 4.0 com o seu potencial de incremento de processos automatizados (robótica, inteligência artificial, internet das coisas, ...) e das oportunidades abertas pelo desenvolvimento da ciência da informação quântica (transmissão de dados à velocidade da luz, cibersegurança e sistemas de anti-hackers), representam um desafio para todo o tecido produtivo eurorregional, que deve traduzir-se num salto para a utilização intensiva de conhecimento em toda a sua cadeia de valor. A automação, com a produção de automóveis elétricos e componentes de inteligência artificial no equipamento de bordo para os tornar autónomos e conectados, a aeronáutica, com o enorme potencial dos dróns, a realidade virtual, aumentada e mista, a produção aditiva (objetos impressos com tecnologia 3D), o amplo setor das TIC e a metalo-mecânica são setores com potencial de serem motores da indústria eurorregional, que deve evoluir e ganhar posição na sua adaptação à indústria 4.0 através da cooperação transfronteiriça entre os seus principais agentes públicos e privados.

Finalmente, a aposta decidida que a Europa vai fazer no âmbito do Pacto Ecológico, através do desenvolvimento da economia circular oferece um nicho de crescimento quer para o setor primário, quer para a indústria e as atividades comerciais apontando a uma melhor utilização dos recursos naturais, das potencialidades económicas dos resíduos e das técnicas mais adequadas disponíveis para recuperar o clima e manter a biodiversidade.

1.1.3 Programas de transferência de tecnologia da investigação básica e aplicada para as PME da Eurorregião, com seleção e apoio a projetos demonstradores

É fundamental colmatar a brecha existente entre a produção científica de qualidade dos centros de investigação da Eurorregião, as publicações científicas internacionais geradas pelos investigadores do Norte que conseguem chegar aos 128 pontos (para a média de 100 da União Europeia) e da Galiza que atingem os 114 pontos e a sua transferência para o setor produtivo. Os pedidos de patentes internacionais ao European Patent Office (EPO) são muito baixos nas duas regiões: o Norte atinge 38 pontos e a Galiza atinge os 27. No que respeita aos pedidos de

registro de marcas ao EPO, a situação é mais favorável, em que o Norte consegue atingir 193 pontos e a Galiza 111. São também bons os resultados para o Norte no pedido de registros de design industrial ao EPO, com 131 pontos, com a Galiza a ficar pelos 33. Os Centros Tecnológicos e as infraestruturas de base tecnológica têm um papel central a desempenhar como instrumentos vocacionados para a transferência de tecnologia e para a co-inovação destinadas às grandes e médias empresas. CTAG e CEIIA na automação, GRADIANT e INES TEC no âmbito das TIC, AIMEN e CATIM na metalomecânica, INEGI e ENERGYLAB nas energias renováveis, CETMAR e CIIMAR no domínio marinho, INL e ITG em domínios multisetoriais apresentam uma capacidade já certificada de cooperação transfronteiriça e devem aprofundar esse papel. Simultaneamente, importa dinamizar outras vias como as que estão previstas nos doutoramentos em meio industrial e a formação profissional de dupla certificação. Porém, os mecanismos de disseminação para as microempresas (as que não têm mais de 9 trabalhadores) que, por exemplo, na Galiza representam 90% do total são mais difíceis de concretizar. As incubadoras e aceleradoras, assim como o incremento da fluidez de participação do capital de risco na geração de novos negócios (deal flow), selecionando bem aqueles projetos de empreendedores com elevada capacidade de demonstração e aproveitando ao máximo o papel dos gestores de I&D Inovação.

1.1.4 Valorização do potencial de estruturas de investigação e transferência de conhecimento centradas nas indústrias culturais e criativas e na mobilização de recursos naturais e patrimoniais pelo setor turístico

O turismo e o património natural, histórico e cultural da Euroregião são setores com um efeito de dinamização económica muito importante. Não apenas pela sua contribuição para o PIB mas também muito especialmente pela dimensão intangível do seu contributo para a construção da imagem de marca da Euroregião no mundo. A pandemia do COVID-19 pode implicar uma diminuição mais ou menos significativa do turismo de massas de sol e praia e gerar um aumento do turismo capaz de oferecer pacotes que combinem espiritualidade, segurança e experiências participadas em patrimónios com riqueza histórica, cultural e natural. As sinergias entre a investigação e a transferência de tecnologia e a que resulta das ciências sociais e das humanidades têm nestes setores um campo de experimentação relevante que pode proporcionar um salto às indústrias culturais da Euroregião, apostando decididamente no talento criativo, especialmente nos formatos de comunicação emergentes entre os mais jovens, sem com isso esquecer o importante contributo para a cultura que têm as estratégias de envelhecimento ativo, otimizando o valor acrescentado da experiência de gerações anteriores.

1.1.5 Promoção de sinergias, convergência e hibridização entre setores produtivos

A inovação no tecido empresarial, especialmente nas PMES, tem um amplo recorrido no domínio das sinergias operativas (comercialização, serviços pos-venda, logística, aprovisionamento), organizacionais (liderança e estruturas departamentais) e do investimento (utilização conjunta de diferentes elementos patrimoniais). Na mesma linha, cumpre incentivar à convergência entre setores produtivos com pontos de interseção como podem ser o naval e a exploração dos recursos derivados da energia eólica marinha ou, noutra eixo diferente, o têxtil e o setor automóvel; desde logo também na melhoria da sustentabilidade de um setor chave da indústria eurorregional, como é o da mobilidade e do automóvel, promovendo a sua diversificação através da aplicação da sua tecnologia mais avançada de cara a setores emergentes como a aeronáutica. Finalmente, também é preciso promover atuações que favoreçam processos de hibridização entre setores produtivos. Isto é, estabelecer ligações improváveis entre setores aparentemente afastados entre si mas que têm interseções capazes de gerar efeitos multiplicadores, em benefício das empresas e dos consumidores através de uma boa gestão da diversidade e da participação, favorecendo o chamado pensamento integrador capaz de encontrar soluções de síntese que aproveitem o melhor de cada um dos enfoques. Fomentar empresas hibridadoras é uma garantia de inovação eficiente.

1.1.6. Programa de apoio à especialização tecnológica em tendências digitais disruptivas

Esta prioridade, em conformidade com a Estratégia RIS3 Transfronteiriça e as estratégias regionais para o crescimento digital (Estratexia Galicia Dixital 2030, Portugal Digital), deve promover as atuações conjuntas de apoio ao ecossistema digital da Eurorregião para a melhoria das capacidades mais avançadas em torno às novas tendências tecnológicas, garantindo a sua perfeita utilização e adquirindo as competências necessárias para as desenvolver e utilizar, e o impulso à adoção de soluções digitais inovadoras em todos os âmbitos da economia, tanto no setor privado como no público.

Contribuindo à implantação na Eurorregião das últimas capacidades e infraestruturas digitais, ao fortalecimento da atividade empresarial do hipersetor TIC e, em geral, ao impulso do ecossistema digital da Eurorregião, densificando as relações internas entre os diferentes agentes públicos e privados e contribuindo à criação de cadeias de valor à escala global.

1.2.E1.PE2. MELHORIA E REFORÇO DA CONECTIVIDADE DAS PESSOAS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS AVANÇADOS

O terceiro dos objetivos políticos que estão previstos na programação 2021-2027 pretende conseguir uma Europa mais conectada mediante o reforço da mobilidade, em particular da mobilidade inteligente e sustentável e a conectividade regional no âmbito das TIC. No entanto, não pode ignorar-se que uma parte do território da Euroregião enfrenta ainda problemas de conectividade que não são totalmente resolúveis com a chamada mobilidade inteligente e sustentável, mesmo que deva ser reconhecida a dificuldade de acomodação dessas carencias na programação comunitária. Com tudo, a conectividade é central para alcançar o princípio orientador da digitalização que nos permita ser competitivos com os polos de desenvolvimento norteamericano e chinês. A Euroregião apresenta um número de habitações com acesso à internet, em 2018, abaixo da União Europeia. Os valores são de 86% para a média comunitária, de 82% para a Galiza e de 74% para o Norte, embora se tenha observado uma convergência importante com a média europeia na última década. Comparando os dados de 2008 com os de 2018, podemos observar que a Galiza passou de 64,5 para 95,3%, ao passo que o Norte passou de 75 para 86%. No que respeita à mobilidade das mercadorias, as NUTS III da fachada marítima atingem os níveis elevados de tráfego alcançados na União Europeia no transporte rodoviário, embora com uma posição desfavorável no vital transporte ferroviário de mercadorias. O potencial marítimo está longe de se traduzir em dinamismo económico apesar da presença de dois portos nodais como o são Leixões e Corunha, devido ao reduzido desenvolvimento das autoestradas do mar previstas, não esquecendo ainda que a dinâmica dos portos não deixa também de depender da dinâmica produtiva dos territórios. No que respeita à mobilidade das pessoas, importa destacar os progressos na rede ferroviária de alta velocidade na Galiza, mas com deficiências nas linhas convencionais, especialmente nas NUTS III transfronteiriças da Região Norte. Sem ignorar as possíveis consequências do COVID-19 no transporte aéreo, o aeroporto do Porto tem-se consolidado como núcleo de mobilidade internacional de passageiros da Euroregião. A promoção da web como elo entre dados gratuitos e serviços standar de acesso a informações de todos os tipos, especialmente informações geográficas com especial relevância para dados e serviços hospedados na "nuvem" e sua posterior exploração torna-se um horizonte próximo para facilitar uma maior conectividade.

1.2.1. Conexão territorialmente competitiva com o corredor atlântico desenhado na Rede Transnacional Europeia de Transportes (REN-T), ponderando os custos económicos da sua não concretização ou de uma implementação demasiadamente diferida no tempo, promovendo sistemas de transporte inteligentes e movendo-se em direção ao veículo autónomo

Este é, seguramente, um dos principais desafios da Euroregião para a próxima década. A decisão da União Europeia de desviar em direção a Espanha a partir de Aveiro o corredor atlântico de altas prestações de transporte de mercadorias, ainda que mantendo a ligação direta com o Porto, corre o risco de colocar todo o noroeste peninsular numa condição periférica que importa evitar. É importante modernizar – com ênfase especial nas condições de segurança – a rede básica (Core Network) desenhada na estratégia REN-T que a Euroregião integra e eletrificar o resto da rede não contemplada na edição anterior, impulsionar a intermodalidade ferroportuária, melhorar sensivelmente a acessibilidade dos hinterlands portuários, assegurar uma boa coordenação e completar a rede de plataformas logísticas existentes. A integração plena do Euroregião no corredor permitirá explorar muito melhor as oportunidades das autoestradas marítimas do futuro. A aposta numa mobilidade limpa assume um lugar destacado no Pacto Ecológico, enquanto elemento fundamental do roteiro dos próximos anos na União Europeia. Perder este comboio implicaria uma diminuição significativa da competitividade económica do território da Euroregião como um todo. A cooperação e coordenação nesta prioridade será vital para que nenhuma parte do território fique para trás.

1.2.2. Programa eurorregional de mobilidade multimodal, coordenado com ações de mobilidade suave urbana e mobilidade flexível nas áreas rurais e de baixa densidade demográfica, com prioridade para projetos com elevado efeito demonstração de boas práticas que aproveitem o uso de soluções digitais para acrescer o conhecimento sobre as demandas e necessidades de mobilidade das pessoas e ofereçam serviços mais eficazes e eficientes

A adaptação das infraestruturas de transporte à mobilidade limpa tem que passar, necessariamente, pelo fomento de um sistema modal de transporte com investimentos oportunos, integrando campanhas de sensibilização dirigidas aos cidadãos para o uso efetivo e combinado de diferentes possibilidades de deslocamento, no sentido de reduzir o recurso excessivo e exclusivo à utilização do automóvel. Essas alterações desejadas são também indissociáveis de novas políticas de ordenamento do território e urbano e de investimentos mais significativos na área dos transportes públicos de alta capacidade. É neste plano que é conveniente a generalização de planos de mobilidade urbana sustentável (PMUS), passando de um modelo pensado para dar fluidez de circulação e capacidade de estacionamento aos veículos motorizados para um outro focado na qualidade de vida e na saúde das pessoas, contribuindo adicionalmente para a descarbonização da mobilidade. A Euroregião apresenta ainda uma massa significativa de gente a viver em áreas de baixa densidade demográfica que estão a contribuir, de modo importante, para a conservação da biodiversidade e que carecem de

sistemas de mobilidade competitiva e ajustada às suas necessidades. A incorporação de novas tecnologias para resolver os problemas derivados destas características torna-se indispensável. Do mesmo modo, o transporte de mercadorias ainda revela uma défice de utilização eficiente de recursos digitais e continuam por resolver os congestionamentos do chamado “último quilómetro”, em muitos casos só superável com fortes investimentos no transporte público. O intercâmbio de boas experiências desenvolvidas no território neste âmbito tenderá a potenciar os recursos de investimento público disponíveis.

1.2.3. Acesso rápido e seguro a comunicações móveis de banda larga com tecnologia 5G

Embora as redes 4G apresentem ainda condições de otimização viabilizadas pela amplitude de fibra implantada no território, que devem ser prosseguidas, a tecnologia 5G representa a porta de entrada na quarta revolução industrial. Um bom posicionamento neste roteiro é fundamental. Partimos do acordo para a criação de um corredor europeu Porto-Vigo para automóveis conectados, graças a esta tecnologia. O mesmo acontece com a primeira experiência de roaming transfronteiriço, entre Valença e Tui, para jogadores profissionais de videojogos. Vigo e a Corunha estão no grupo selecionado de 15 cidades espanholas que atuarão como experiências piloto – em âmbitos tão diferentes como as infraestruturas de transporte, a saúde, a indústria e os meios de comunicação – no arranque desta rede disruptiva relativamente às anteriores. Por seu lado, Portugal tem um ambicioso plano de arranque da rede 5G de banda média para chegar a todas as cidades de mais de 75.000 habitantes em finais de 2023 e de mais de 50.000 habitantes para fins de 2024. Matosinhos foi uma das cidades em que desenvolveram testes-pilotos de utilização da rede 5G. As possibilidades mais conhecidas desta nova tecnologia impactam diretamente os setores motores identificados pela Euroregião: automação, indústria naval, agroindústria, turismo e saúde.

1.2.4. Coordenação das plataformas logísticas multimodais que permita aproveitar as autoestradas marítimas atlânticas

O corredor atlântico é uma oportunidade de ganhos de competitividade, só suscetíveis de ser exploradas, com intensidade, se emergirem mecanismos de coordenação entre as plataformas logísticas existentes e as que seja necessário adicionalmente construir. Trata-se de uma aposta de futuro em tempos em que parece que o comércio internacional pode retrair-se na sequência das perturbações causadas pelas políticas protecionistas de governos centrais no sistema internacional. É necessário incrementar o investimento privado em serviços avançados para as áreas logísticas e garantir a sua intermodalidade, especialmente no âmbito ferroportuário. As

autoestradas marítimas têm de ser concebidas como a oportunidade de superar a debilidade gerada pela nossa situação geográfica periférica, ganhando uma nova centralidade. Seria oportuno conseguir a conceção de uma estratégia eurorregional de otimização dos recursos logísticos que vá mais além da infraestrutura física, incorporando todas as vantagens da digitalização neste setor, começando com experiências piloto como a das plataformas digitais de co-carga. Na mesma linha estão os resultados do projeto de dinamização da colaboração transfronteiriça em transporte e logística da Eurorregião liderado pela Confederación de Empresarios de Pontevedra, no quadro do atual POCTEP, que podem proporcionar bases sólidas para futuros avanços na melhoria da coordenação competitiva que se pretende alcançar.

1.3. E1. PE3. ESTRATÉGIA EURORREGIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA MELHORAR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

Nos últimos anos, quer a Região quer a Galiza apresentam uma balança comercial positiva com as exportações a evoluírem mais significativamente do que as importações, ambas em crescimento. A União Europeia é o principal cliente de ambas as regiões, ultrapassando nos dois casos 75% das trocas. Na Galiza, a França, Portugal e Itália ocupam os primeiros lugares quer em exportações como nas importações – se bem que em matéria de importações, até ao referendo do Brexit, fosse a Grã-Bretanha o principal fornecedor, seguida da Alemanha. Na Região Norte, a Espanha e a França são os principais clientes de exportações seguidos da Alemanha e da Itália em matéria de importações. No que respeita às mercadorias mais representadas, a Região Norte exporta máquinas e equipamentos e produtos têxteis e importa máquinas e equipamentos e produtos agroalimentares. A Galiza exporta sobretudo produtos têxteis e relacionados com a automação e a indústria naval e importa bens relacionados com a indústria automóvel e a indústria naval e o setor dos minerais. Os perfis próprios de ambas as regiões não escondem as semelhanças. O processo de clusterização tem percorrido um caminho longo com elevado grau de reconhecimento internacional. Como indicador desse reconhecimento, o European Secretariat for Cluster Analysis (ESCA) coloca oito clusters espanhóis na categoria Gold Label, dos quais metade têm sede na Galiza: aquicultura, TIC, automação e madeira. Por seu lado, Portugal apresenta seis clusters nessa categoria, dois dos quais têm sede no Norte: Produtech, no setor das tecnologias de produção e o TICE.PT no das TIC. Além disso, a Região Norte tem uma forte presença em outros dois clusters: Pool-Net, na metalo-mecânica e o Portugalfoods, no agroalimentar.

1.3.1. Consolidação dos cinco clusters transfronteiriços e dinamização de novos clusters, especialmente nas áreas do turismo e do agroalimentar

O processo de clusterização tem evoluído para lá das fronteiras. A Euroregião desenvolveu clusters pioneiros a nível transfronteiriço como os do têxtil, do automóvel, das TIC, do metal e da biotecnologia. As TIC têm ganho um significativo reconhecimento internacional em ambas as regiões e o mesmo acontece em diferentes domínios no setor primário, com uma relevante transferência de conhecimento. Importa destacar que na categoria Medalha de Bronze da ESCA estão representados os clusters galegos do audiovisual, da alimentação, do granito, da indústria naval e do têxtil e a Norte as indústrias criativas, os vinhos do Douro, o têxtil, o automóvel, a florestal e a saúde. Estão criadas as bases para desenvolver uma atividade de cooperação transfronteiriça entre os clusters com solvência demonstrada para melhorar a competitividade das empresas localizadas no território e a sua capacidade de internacionalização. Dadas as potencialidades e a resiliência do setor primário de ambas as regiões, a dinamização de clusters partilhados neste domínio emerge como uma prioridade clara do próximo período de programação. Do mesmo modo, as oportunidades que se abrem a um outro modelo turístico baseado na sustentabilidade, na segurança e nas experiências espirituais e vivenciais convidam a promover a dinamização interna dos agentes implicados no setor turístico para implementar de seguida um cluster transfronteiriço que favoreça essa escala. Convém, entretanto, não ignorar as dificuldades que, pelo menos no que respeita ao Norte de Portugal, têm sido sentidas em concretizar o papel do turismo como domínio prioritário da RIS 3 Norte, devidas essencialmente às difíceis condições de transferência de conhecimento-inovação para o setor.

1.3.2. Ampliação do Programa Jacobus de mobilidade de investigadores com novas ações relacionadas com a promoção de redes internacionais de articulação eurorregional e com o registo e valorização de patentes de carácter europeu e internacional

O programa Jacobus tem-se revelado como um dos grandes contributos do PIC em vigor, como o demonstra o êxito crescente dos avisos para apresentação de candidaturas. O salto qualitativo dos últimos anos é evidente com a introdução das menções por artigos conjuntos de investigadores dos centros de investigação da Galiza e da Região Norte, indexados no Journal Citation Reports (JCR) da Web of Science. A análise dos dois períodos de candidaturas permite identificar uma primeira hierarquia de centros comprometidos com o trabalho transfronteiriço de investigação de qualidade: as universidades de Vigo (26,2%), do Porto (20,1%), de Santiago (15,2%) e do Minho (14%) encabeçam o ranking de pessoas reconhecidas e permitem acalantar esperanças de futuro, sobretudo tendo como comparação os resultados do primeiro período de candidaturas que foram mais desequilibrados: universidades de Vigo (29,4%), do Porto (20,5%), de Santiago (14,7%) e do Minho (11,7%). O potencial de investigação é muito interessante se

tivermos em conta que a Região Norte atinge 93 pontos (para um referencial de 100 para a média da União Europeia) em publicações científicas internacionais e 79 pontos nas publicações mais citadas; por seu lado, a Galiza consegue 83 e 73 pontos nesses mesmos domínios. Há um longo caminho a percorrer, mas seguramente que esse caminho será mais fácil se for feito em conjunto. A presença da Euroregião em matéria de pedido de patentes internacionais é residual e mesmo em relação a essas é necessário um grande esforço de valorização económica, promovendo a sua notoriedade nas redes de atração de capital de risco de base tecnológica. O programa Jacobus deve também prosseguir como objetivo do próximo período de programação potenciar a convergência com os países da UE neste domínio.

1.3.3. Regresso do talento jovem e atração de talento internacional, quer no setor público, quer no setor privado

Se tivermos em consideração o exemplo da Galiza, o recenseamento eleitoral de residentes no exterior permitiu concluir que esse número passou de 335.357, em 2009, para 462.443, em 2020. No conjunto da Euroregião, os tempos da Grande Recessão foram desfavoráveis para a retenção de talento jovem e uma massa significativa de jovens teve de ir à procura de novos horizontes. Importa realizar um esforço combinado não só para conseguir o regresso de quem partiu, mas também para atrair talento internacional. Para isso, o setor público e o privado têm de trabalhar em cooperação para criar um ambiente facilitador do investimento e de criação de oportunidades de emprego bem remunerado para o capital humano melhor formado das últimas gerações. Há sinais, porém, de alguma recuperação. A percentagem de população ativa empregada no setor científico e tecnológico era de 37,4%, em 2008, e de 45,6%, em 2018 no conjunto da União Europeia. Nesses mesmos anos, os números da Galiza eram de 37,2% e 44,4%, respetivamente, praticamente na média comunitária; por seu lado, a Região Norte passava de 17,6% a 32,4% num salto impressionante em apenas uma década. Convém, entretanto, recordar que o regresso e a atração de talento jovem é hoje um domínio com uma competitividade feroz entre os países que dele necessita para prosseguir e aprofundar as suas trajetórias de desenvolvimento tecnológico. Não só os prémios de regresso e atração são muito exigentes, como é necessário construir estratégias de regresso e atração de vasta amplitude, incluindo dimensões como a habitação, a segurança, a qualidade dos entornos urbanos e ambientais e sobretudo o clima e atitude de acolhimento. Ora, nestes últimos domínios, a Euroregião está bem posicionada, sendo necessário trabalhar esses domínios, por exemplo com

a população estrangeira ERASMUS que se encontra neste momento a estudar nas universidades da Euroregião.

1.3.4. Coordenação de ações de diplomacia pública eurorregional, em colaboração com as autoridades nacionais

O “poder soft” que a Euroregião apresenta deve ter nos Caminhos de vivências espirituais o seu elemento vertebrador, tendo como referentes os dois outros elementos de maior diferenciação que são as cidades do Porto e de Santiago de Compostela. Em torno deste eixo central importa construir as malhas de um poder relacional que abra caminho à diplomacia pública coordenada que é necessário por em marcha. Um poder relacional entendido como a capacidade de converter esse potencial em poder real que a posse dos recursos pressupõe. Neste contexto, os atores transnacionais, em colaboração com as autoridades nacionais, têm um papel central como organizações capazes de construir e manter as redes de confiança que permitam trabalhar em colaboração seguindo metas comuns. Assim, com epicentro no Porto e em Santiago, os caminhos devem ir incorporando ativos como os vinhos internacionalmente reconhecidos, as águas termais, a gastronomia, a natureza, os alimentos com notória pegada verde (ou azul como no mar), o património histórico-artístico, as indústrias culturais – com ênfase no amplo espectro audiovisual da publicidade, o cinema e os vídeo games -, a qualidade de vida, os investimentos em tecnologias de ponta. Tudo deve fazer parte de um pacote conjunto de promoção internacional do território a concretizar através da diplomacia pública.

E.2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA

A pandemia da COVID-19 ten posto de manifesto que a perda de biodiversidade, asociada con modelos de produción e pautas de consumo ata o de agora predominantes na nosa sociedade, representa a maior ameaza para o progreso económico e social e, mesmo, para a propia supervivencia da nosa especie. Non pode haber dúbidas sobre a necesidade de impulsar unha Eurorexión verde, contando como contamos cun sector primario de enormes potencialidades, e tamén azul, explotando de xeito sostible a riqueza do océano que nos baña. Ese impulso debe descansar sobre dous piares axiais: a resiliencia fronte ao cambio ambiental global, atacando todas as vertentes do problema tanto as proactivas como as reactivas; a promoción dunha economía circular intelixente e sostible que non só non diminúa postos de traballo senón que os incrementa, mellorando a súa calidade e cualificación.

2.1. E2. PE1. FOMENTO DA RESILIENCIA FRONTE AO CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL

A costa galega é a española que máis zonas de risco significativo de inundacións presenta, cun total de 210 especialmente na zona das Rías Baixas. Pola súa banda, a costa da Região Norte é tamén a máis afectada cun moi elevado risco na área metropolitana de Porto, elevado nos estuarios do Lima, Cávado e Ave e moderado no resto do seu litoral. A taxa de erosión na fronteira luso-española sitúase entre 1 e 5 t/ha/ano, aínda que se poden encontrar puntualmente rangos de erosión ata cen veces superiores. O perigo de esvarado de terras é elevado nalgúns zonas do Norte de Portugal. A composición edafolóxica dos solos da Eurorexión, con predominio de vedrañas rochas graníticas sometidas a acumulados procesos de meteorización con abundancia de diaclasas verticais, favorecen a escorrentía das augas pluviais e, por ende, a seca con períodos cada vez máis dilatados e próximos de precipitacións por baixo da media histórica. Os incendios forestais, que provocan a diminución da cuberta vexetal natural e favorecen o aumento de procesos de erosión e desertización, constitúen unha auténtica lacra ambiental na Eurorexión. A Região Norte acumula unha media do 50,8% da superficie queimada no Portugal continental nos tres últimos anos dos que o INE ofrece datos desagregados (2014-2016). Galicia, no período 2016-2018, acumula unha media do 25,7% da superficie queimada en España, se ben esta cifra se ve afectada pola forte baixada do último ano rexistrado dado que con anterioridade roldaba un terzo da superficie española queimada. Sen datos desagregados da emisión de gases de efecto invernadoiro, só podemos facer comparacións no nivel nacional en relación coa media da Unión Europea e co obxectivo común marcado para 2020. Os resultados non son bos. O Obxectivo comunitario era alcanzar un índice 80 (sendo o 100 o alcanzado en 1990). A media da UE quedou, en 2018, en 79, pero a de España estaba en 121,8 e a de Portugal incluso era un pouco superior situándose no 122,8. Neste contexto, un dos poucos datos esperanzadores ten que ver co porcentaxe de enerxías renovables sobre a produción bruta final. A media da Unión Europea estaba, en 2018, no 17,9% mentres Portugal alcanzaba o 30,3% e Galicia o 37,2%. España e Portugal son os dous países da UE máis afectados pola seca (por número de habitantes e frecuencia da mesma). O informe CLIVAR de 2010 establece que o aumento progresivo da temperatura ten sido especialmente acusado nas tres últimas décadas. Ao mesmo tempo, as precipitacións anuais diminuíron de forma significativa. Predícese unha desertización na maior parte da zona hispano-lusa e o consecuente incremento de risco de incendios forestais. Tamén se preve un incremento das temperaturas que aumente a evapotranspiración dos cultivos e os requirimentos de auga, un incremento das condicións de aridez, máis eventos extremos de precipitación como fortes chuvias e secas, elevación do nivel do mar, cambios nas pautas de escorrentía, así como cambios

na biota. Nun entorno de gran incerteza respecto aos futuros efectos do cambio ambiental global, a prevención de riscos imponse como unha estratexia de adaptación altamente necesaria. É fundamental controlar o risco de ameazas e limitar a magnitude dos seus efectos. Desenvolver sistemas de xestión de desastres, en especial nas zonas máis críticas ou sensibles, axudará a protexer mellor os recursos de maior valor patrimonial e ecolóxico. Polo que se refire à dimensión da resiliencia fronte ás alteracións climáticas, é fundamental avaliar que implicacións terán esas alteracións sobre os sistemas de produción agrícola e forestal da Eurorrexión. Aínda que no seu conxunto non presenta situacións evidentes ou graves de estrés hídrico, a relación entre os modos de produción agrícola e forestal e o uso da auga debe constituír unha preocupación fundamental da transferencia de coñecemento para estas actividades, transformando os numerosos plans elaborados para a adaptación e mitigación das alteracións climáticas en programas coherentes de investimento.

2.1.1 Plan para combater os efectos das alteracións climáticas sobre os ecosistemas máis vulnerables: litoral, cuncas hidrográficas, montaña e hábitats endémicos de fauna e flora e proxectos urbanos de adaptación á emerxencia climáticas

Hai varias maneiras de abordar este plan de combate. Unha delas, sen dúbida pasa pola protección normativa –Rede Natura 2000 cos seus espazos LIC e ZEPA–. Galicia ten protexida con figuras xurídicas deste tipo o 11,74% do seu territorio, unha cifra aínda baixa se temos en conta que a media nacional en España sitúase no 23,3%. Pola súa banda, a Região Norte ten protexida o 21% do seu territorio, dato que coincide coa media nacional portuguesa. Cómpre reducir esta asimetría. No ámbito transfronteirizo a Eurorrexión conta cunha experiencia pioneira como é o Parque e Reserva da Biosfera Gêres-Xurés que hai que seguir impulsando e protexendo. Outro punto sensible de especial protección teñen que ser as cuncas fluviais compartidas, con especial destaque para o Miño, sen esquecer os ríos Limia e Támega. Como xa se apuntou, as costas, sobre todo as máis meridionais de ambas as rexións presentan serios riscos como consecuencia do impacto do cambio climático e o plan debe prestar atención preferente a este problema. Así mesmo, cómpre protexer de maneira prioritaria as especies autóctonas da flora e da fauna fronte a crecente invasión de especies foráneas que alteran significativamente os ecosistemas naturais. As especies invasoras deben ser obxecto dun tratamento singularizado que mitigue os seus efectos máis daniños. A renaturalización dos cursos fluviais ao seu paso polas contornas urbanas ten que ser tamén contemplada como prioridade. O uso intensivo das tecnoloxías dixitais axudará a acadar un maior coñecemento en torno ás variables relacionadas coa degradación do medio ambiente e o cambio climático

2.1.2 Consolidación e protección dunha infraestrutura verde eurorrexional, con especial atención ao interface urbano/forestal, que axude á fixación de carbono e minimize os riscos de incendios

Entendemos por esta infraestrutura unha rede de zonas naturais e seminaturais e doutros elementos ambientais, planificada de forma estratéxica, deseñada e xestionada para a prestación dunha extensa gama de servizos ecosistémicos. Incorpora espazos verdes (ou azuis no caso dos ecosistemas acuáticos) e outros elementos físicos de espazos terrestres (incluídas as zonas costeiras) e mariños. Nos espazos terrestres, a infraestrutura verde está presente nas contornas rurais e urbanas. Esta infraestrutura está chamada a prestar dous grandes servizos ambientais, amén dos económicos e sociais. Por unha banda, actuar como auténtico sumidoiro de CO₂ axudando a mitigar as emisións de gases de efecto invernadoiro. Os datos desagregados para Galicia indican unha forte redución dos provenientes das centrais termoeléctricas pero un incremento aínda notable dos xerados polo transporte e polos sectores residencial e terciario. Por outra banda, protexer vidas e facendas urbanas e rurais fronte aos incendios forestais mediante unha acertada resolución dos encontros con estes espazos a través de corredores de seguridade ben deseñados e acordados coas comunidades interesadas. O papel a desempeñar pola oferta de servizos ecosistémicos dos territorios con maior presenza de zonas naturais e seminaturais debe ser considerado como unha oportunidade para que eses territorios poñan en valor os seus recursos endóxenos, à luz dos novos escenarios climáticos, recoñecendo o valor social da súa contribución a un modelo de desenvolvemento máis descarbonizado da Eurorrexión, acentuando os seus trazos de singularidade.

Toda infraestrutura que permita afrontar con maior eficacia e eficiencia a loita contra os incendios forestais redundará en beneficio da Eurorrexión. A cooperación resulta imprescindible cando a extinción e prevención debe levarse a cabo en zonas de fronteira. A experiencia ten demostrado que emerxencias como incendios forestais, inundacións, persoas desaparecidas en leitos fluviais ou zonas naturais compartidas, non entenden de fronteiras. Porén, de non existir un marco de colaboración específico, os servizos de prevención e extinción dun Estado non poden continuar co seu labor no territorio do país veciño. Mesmo cando existe ese marco, sen unha boa coordinación, un coñecemento mutuo das tácticas e técnicas empregadas e unha formación común, prodúcense disfuncionalidades que restan eficacia ás actuacións, e incluso, poden conlevar riscos adicionais para a integridade física dos axentes actuantes. Do mesmo xeito, a existencia de fronteiras administrativas dificulta sinerxias entre os recursos humanos e medios técnicos de prevención e resposta, xa que non son complementarios entre si ao non poder empregarse a ambos lados de la fronteira.

2.1.3 Programa de transición enerxética equilibrada que garanta os dereitos dos consumidores e da cidadanía en xeral e promova a optimización enerxética na prestación de servizos básicos

A diminución paulatina da dependencia de combustibles fósiles, primando o uso daqueles menos contaminantes como o gas natural no proceso de transición cara o emprego hexemónico de enerxías renovables é un obxectivo do Pacto Verde da Unión Europea coa finalidade de alcanzar a neutralidade climática en 2050, xunto coa electrificación da economía, a eficiencia enerxética e a xeración distribuída. A Eurorrexión, como vimos, parte dunha boa posición relativa pero queda aínda moito camiño por andar. Os poderes públicos teñen que dar transparencia e seguridade xurídica, eliminando todas as incertezas que lastran os investimentos en materia enerxética e no autoconsumo eléctrico. Tamén teñen que impulsar a I+D relacionada co sector para ir eliminando obstáculos como poden ser os actuais colos de botella entre a produción, o almacenamento, o transporte e a distribución de electricidade a partir de fontes renovables; o mesmo acontece co necesario impulso a investigación nas enerxías undimotrices e maremotrices menos dependentes das condicións climatolóxicas que as eólicas e hidroeléctricas. No campo da eficiencia enerxética cómpre implementar medidas que permitan superar a ineficiencia da maior parte do actual parque de vivendas e reducir a intensidade enerxética do tecido empresarial. Tampouco podemos esquecer o necesario labor de educación ambiental da cidadanía para estimular tanto o aforro enerxético como a xeración propia para o autoconsumo, con tratamentos fiscais acaídos a consecución destes obxectivos. A fin de contas, os poderes públicos non só teñen que velar por unha transición xusta que impida situacións de pobreza enerxética senón que tamén deben procurar alcanzar o maior grao posible de soberanía enerxética. É importante asegurar que os apoios à eficiencia enerxética xa iniciados no período de programación 2014-2020 teñan unha maior operatividade e claridade de orientacións, transformándose en verdadeiros e eficaces estímulos à transición cara un novo paradigma enerxético. O camiño iniciado nas estacións de depuración de augas da Eurorrexión, onde se advertiu que existe un potencial de eficiencia enerxética nas instalacións dun 20%, debe ter continuidade nos sistemas de abastecemento e saneamento que posúen un elevado consumo enerxético e unha ampla marxe de mellora.

2.1.4 Mellora dos Plans de Mobilidade Urbana Sostible (PMUS) a través de accións de benchmarking eurorrexional

O transporte é un dos principais responsables da emisión de gases de efecto invernadoiro con tres importantes externalidades: a aceleración do cambio climático, o incremento do coste

sanitario e o impacto sobre a produtividade que xeran as baixas laborais inherentes. Os PMUS, actúan sobre estas tres externalidades ao estar concibidos para deseñar unha rede viaria favorecedora da mobilidade suave e descarbonizada que converta as persoas no epicentro da ocupación dos espazos públicos en detrimento dos vehículos motorizados, a xestión dixitalizada da mobilidade pesada que limite ao máximo os seus inconvenientes e a mellora na eficiencia enerxética do transporte público con efecto multiplicador sobre o pesado a través de incentivos selectivos positivos e negativos. Nestes momentos, as principais cidades e moitas vilas da Eurorrexión teñen en vigor ou en tramitación os seus propios PMUS, xa que logo, é un bo momento para elaborar unha estratexia coordinada de benchmarking que permita optimizar os resultados da súa aplicación, minorando as disfuncións observadas e difundindo os avances logrados. Porén, a importancia destes instrumentos de política pública para un novo paradigma enerxético non poden ser dissociados de melloras nos transportes públicos de elevada capacidade que esixen unha forte participación do investimento público nacional, debidamente articulado cos programas de descarbonización dos transportes a nivel rexional, provincial (sub-regional) e municipal. As estruturas de cooperación están chamadas a liderar esta prioridade en coordinación coas autoridades públicas e os actores da sociedade civil implicados.

2.1.5 Apoio a proxectos emblemáticos de responsabilidade social corporativa das empresas en materia de intervención no territorio para adaptación e mitigación de alteracións climáticas

O tecido empresarial é, xunto coas administracións públicas, un actor nuclear na resiliencia eurorrexional fronte ao cambio ambiental global. Evidentemente, a adaptación de toda a cadea de produción e subministro resulta fundamental neste obxectivo pero a imaxe icónica que traslada á sociedade nesa adaptación é tamén decisiva para incrementar a resiliencia. Sen dúbida, a visibilidade das campañas de sensibilización das grandes empresas asentadas ou con intereses no territorio resulta indispensable, como tamén os investimentos que fan en I+D relacionados con este ámbito. Porén, cómpre apoiar especialmente aquelas xurdidas das pequenas e medianas que contan con menos recursos financeiros pero teñen un efecto de imitación maior pola súa proximidade e complicidade cos clientes e consumidores. A redución do emprego de plásticos, as medidas de eficiencia enerxética das súas instalacións e dos seus produtos, o consumo crecente de enerxía de fontes renovables, a introdución da mobilidade suave nos seus procesos...son exemplos de proxectos de responsabilidade social corporativa transversal e enfocada ás expectativas dos seus grupos de interese (stakeholders).

2.1.6 Apoio ao Concellos e municipalidades para fomentar á súa adhesión ao Pacto Europeo dos Alcaldes para o Clima e a Enerxía

O obxectivo deste apoio ten que ser o de acadar una Eurorrexión con tódalas súas estruturas municipais involucradas no desenvolvemento e aplicación da política enerxética da Unión Europea. O Pacto dos Alcaldes consiste no compromiso dos concellos asinantes de facer propios os obxectivos da Unión Europea para o ano 2030 e reducir as emisións de CO2 no seu territorio en, polo menos, o 40% a través de medidas de eficiencia enerxética e dun maior uso de fontes de enerxía renovable, traballando á súa vez na implantación de medidas de adaptación ao cambio climático e aumento da resiliencia fronte a este, así como, un aumento da cooperación coas autoridades locais e rexionais similares na UE e fóra dela, para mellorar o acceso á enerxía segura, sustentable e alcanzable.

Sectores como os municipais, residenciais e terciarios e o transporte considéranse sectores clave para a mitigación. As autoridades locais deberán concentrar os seus esforzos en reducir a demanda de enerxía nos seus territorios e adaptar a demanda enerxética á oferta promovendo a utilización de recursos enerxéticos locais.

2.1.7. Fomento de actuacións de prevención, protección e resposta fronte aos riscos de inundacións e doutras que contribúan á redución da vulnerabilidade dos sistemas de abastecemento fronte as secas

A estratexia europea de adaptación ao cambio climático establece un marco de desenvolvemento para a toma de decisións nesta materia e a adaptación dos sectores máis vulnerables. Tanto en Galicia como na Região Norte téñense elaborado estratexias para conseguir que sexan territorios neutros en carbono e conformados por ecosistemas e poboacións resilientes aos efectos do cambio ambiental global. Estas estratexias contemplan varias liñas de actuación relacionadas coa xestión dos recursos hídricos, como son o fomento das infraestruturas verdes, a promoción, conservación e uso eficiente dos recursos hídricos, a redución da vulnerabilidade do territorio e das xentes diante dos riscos xerados polo cambio ambiental global, a mellora dos sistemas de monitoreo e seguimento dos seus efectos ou o fomento da sensibilización da cidadanía nesta materia.

No ámbito da Eurorrexión, o cambio ambiental global está a repercutir na distribución das precipitacións, facendo que cada vez sexan máis frecuentes e severos os episodios extremos tanto de secas como de inundacións, producindo desequilibrios nos balances globais hídricos. A Eurorrexión tense caracterizado pola súa densa rede fluvial e por un réxime de precipitacións abundante e distribuído ao longo de todo o ano de forma máis o menos homoxénea, o que ten

permitido que o principal aproveitamento dos recursos hídricos se realizara en réxime natural. Pero isto pode comezar a mudar e é preciso realizar un gran esforzo na mitigación e adaptación aos efectos do cambio climático, mellorando a predición e resposta aos cada vez máis frecuentes eventos extremos.

2.2. E2. PE2. PROMOCIÓN DA ECONOMÍA CIRCULAR E DO USO SOSTIBLE DOS RECURSOS NATURAIS

A economía circular basease na redución ao mínimo dos residuos e do uso de recursos, especialmente os naturais. Conforme ao establecido na Directiva 2008/98/CE, os Estados membros da Unión Europea comprometíanse á reutilización ou reciclado do 50% dos seus residuos para o ano 2020. España, en 2017, aínda estaba lonxe dese obxectivo dado que a suma de residuos reciclados ou compostados era do 36,1%. En 2018, Portugal alcanzaba unha porcentaxe de reutilización e reciclado do 40%. Galicia, pola súa banda, apenas conseguía unha porcentaxe, en 2017, do 19% , moi lonxe da meta acordada pola Unión Europea. Na dinámica circular, os recursos deben conservarse dentro da economía cando un determinado produto alcanza o final da súa vida útil, para que, así, se poidan volver utilizar repetidamente e, en consecuencia, poidan seguir creando valor. Para lograr este obxectivo, cómpre impulsar a innovación relacionada coa economía circular, comezando co deseño ecolóxico na fase de produción; impulsando a tripla R de reutilización, refabricación e reparación; incrementando as materias primas secundarias coa conversión de residuos en recursos; ou estimulando a bioeconomía, nomeadamente na agoalimentación, na florestal, na pesca e na acuicultura, na enerxía e no tratamento das augas. Tamén sería moi útil poñer en común, nun mapa xeorreferenciado todos os equipamentos da Eurorrexión que estean a traballar no eido da economía circular, para a facilitar a súa extensión como espazo virtual que serva para a planificación, a avaliación de necesidades, e mesmo para ofrecer unha opción facilitadora das iniciativas de economía circular. Compartir iniciativas e mesmo facer uso dos equipamentos baixo os principios da economía circular contribuirá á mellora do emprego, ao aforro en materiais, a menor exposición á volatilidade de prezos e riscos en subministro, á dinamización da investigación e o coñecemento, á diminución das emisións GEI e, en definitiva, ao incremento da calidade de vida das persoas. Tal e como recolle o Pacto Verde da Comisión Europea, é preciso a mobilización da industria, sinaladamente a que maiores recursos consume como a téxtil, a construción, a electrónica e os plásticos, a prol desta economía para xerar novos postos de traballo estimulando, ao mesmo tempo o mercado de produtos climaticamente neutros e circulares. Será importante seguir con atención a emerxencia de axendas rexionais para a

valorización da economía circular en Portugal e en Galicia. O feito de tratarse de “economía circular” significa que os procesos de redución da “economía lineal” e de intervención no metabolismo económico das rexións deben asumir formas empresariais e de mercado, polo que a necesidade de xeración de efectos inducidos e de apoio firme a proxectos piloto capaces de asegurar esa indución semellan vitais para lograr conseguir unha economía máis circular.

2.2.1 Apoio ás accións de descartes cero na pesca, de verme-compostaxe no sector primario, de incremento de consumo de proximidade, de Qm cero e de potenciación da cadea de valor da madeira como modelo de circularidade

O sector primario está destinado a ser un dos grandes beneficiarios da economía circular. No que atinxe as actividades relacionadas co dominio marítimo, cómpre establecer medidas que favorezan o emprego produtivo de todos os descartes pesqueiros que teñen que ser obrigatoriamente desembarcados (coláxenos, xelatinas, cartilaxe...) a través da aplicación de tecnoloxías acaídas; fomentar a recollida e xestión integrada do lixo mariño, especialmente o xerado polas propias actividades pesqueiras (ma contorna do 40% do total); e impulsar a valorización dos residuos das actividades mariñas seguindo as indicacións da Directiva 2008/98/CE (alimentación animal, cosmética, farmacia...) ao tempo que se combate a parasitose tan negativa para a comercialización de certas especies (pescada). No sector agroalimentario, convén estimular os procesos de biotransformación local dos residuos agro-gandeiros (fertilizantes, biomasa enerxética); emprego cada vez máis xeneralizado de bioplásticos nos envasados (poliestireno expandido) fabricados a partir de residuos agro-gandeiros; redución intensa da xeración de desperdicios alimentarios no consumo e na cadea de distribución comercial, con amplas campañas de sensibilización, nomeadamente no ámbito escolar, e de colaboración con organizacións como os bancos de alimentos. Unha das leccións máis interesantes que podemos tirar dos efectos directos da pandemia da COVID-19, no caso galego, foi o éxito da iniciativa de mercaproximidade. Esta experiencia cómpre escalala na liña da proposta “Da granxa á mesa” recollida no Pacto Verde. Sería conveniente impulsar un cluster transfronteirizo da madeira que se propuxera como unha das súas primeiras metas potenciar o modelo de circularidade da súa cadea de valor. En calquera caso, é esencial crear o hábito de considerar os produtos eurorrexionais, no contexto do seu ciclo global de transformación ata o mercado de consumo final, como paso crucial para xerar unha nova cultura de sustentabilidade.

2.2.2 Mellora na xestión do ciclo da auga, fomentando a eficiencia dos sistemas, incrementando a utilización de infraestruturas verdes, garantindo o cumprimento dos obxectivos medioambientais e introducindo o concepto de biofactoría para aproveitar o potencial das estacións depuradoras de augas residuais e industriais, incrementando a re-utilización das augas

A auga é un recurso limitado, escaso e fráxil ao mesmo tempo que insustituíble para a supervivencia da especie humana. A cultura do aforro é unha prioridade que cómpre abordar con campañas de educación e sensibilización. A demanda de auga, só para uso doméstico e público, incrementárase a nivel mundial nun 50%, para usos industriais nun 87% e noutro 45% adicional para necesidades da agricultura. Como combinación dos cambios nos patróns de recursos dispoñibles e demandas, prevese que en 2035 o estrés hídrico afecte ao 40% da poboación. Na eurorrexión, o abastecemento de augas ten unha captación que procede de fontes superficiais, fronte as subterráneas. Mesmo no caso de Galicia a porcentaxe chega ao 95,6%. Isto pode supoñer un problema nun escenario de cambio ambiental global. Polo que respecta a calidade das masas de auga, os progresos teñen sido importantes nos últimos anos. Na Região Norte teñen unha boa ou superior calidade o 100% das masas de augas subterráneas e dous terzos das superficiais, se ben a cunca hidrográfica do Cávado, Ave e Leça ofrece uns datos máis baixos. Combater a contaminación dos acuíferos ten que ser pois un obxectivo central desta prioridade de investimento, cómpre seguir avanzado, pois, nos procesos de depuración das augas e diminuír o volume de vertidos de augas sen depurar. Outro, sen dúbida, ten que pasar pola mellora das infraestruturas de abastecemento.

Galicia é a cuarta Comunidade Autónoma con máis perdas de auga por fugas na rede e iso non debe continuar. O ciclo de vida da auga resulta un modelo acaído para a economía circular e potenciar esa perspectiva ten que ser un obxectivo claro desta prioridade. A porcentaxe de auga reutilizada en Galicia, en 2016, era apenas do 8,8% por baixo da media española situada nun parco 10,4%. Dese caudal, o 80% destinouse a regos de xardíns e uso en zonas de ocio e o 20% restante a baldeado e limpeza de rúas, nada se derivou cara usos agrarios (61% a nivel español) ou industriais. Cómpre incrementar as porcentaxes de reutilización no conxunto eurorrexional e ampliar os seus usos. Noutras palabras, é fundamental que o uso racional e eficiente da auga se transforme en criterio transversal de todos os proxectos de investimento que manteñan con ese recurso unha relación de dependencia. O plan de acción en economía circular da Comisión Europea, no que se refire á depuración, formula non centrar os esforzos soamente no tratamento das augas, senón tamén na recuperación de produtos de valor engadido a partir das augas residuais. A súa depuración xera biosólidos que poden ser transformados en novos produtos con valor engadido.

2.2.3 Potenciación do servicizing e das actividades de reparación, actualización e persoalización e da adquisición de destrezas e formación especializada para facelas sostibles

A nova estratexia de servizalización pretende contribuír a sustentabilidade ambiental e social, a través da achega de valor ao consumidor e ao provedor unindo produtos e servizos, reducindo a importancia daqueles e, por ende, mellorando a eficiencia no uso dos recursos. Esta estratexia require a implicación de diversos axentes e cambios nos patróns de produción e de consumo. A pesares da súa novidade, a servizalización xa ten sido testada en ámbitos tan diversos como a xestión de auga nos fogares (reciclaxe de augas residuais domésticas aproveitamento das pluviais), a mobilidade (uso compartido de coches e bicicletas) e a agricultura (cooperativas agrarias orientadas á prestación de servizos e tecnoloxías de xestión de protección de cultivos, como a xestión biolóxica de pragas). A servizalización pon a énfase na eco-eficiencia incentivando a durabilidade do produto, a súa reutilización e unha recomendación de reciclaxe ao final da súa vida útil tanto por parte do consumidor como do provedor que ten que responder do seu mantemento-reparación e da súa reciclabilidade posterior. Os nichos de mercado laboral que se poden derivar desta estratexia poden ser tamén importantes, amén do seu carácter de innovación social. Para explotar as posibilidades da servizalización é necesario implementar un plan formativo de adquisición das destrezas precisas.

2.2.4 Promoción de produtos e servizos ecodeseñados para os consumidores

Os dereitos dos consumidores son unha das grandes conquistas do dereito comunitario. As estritas normas de etiquetado que garante a calidade e a seguridade dos produtos certificados pola Unión Europea están a contribuír a que un número crecente –máis dun terzo– da cidadanía europea se mostre disposta a escoller marcas, produtos e servizos que perciban como beneficiosos para o ambiente. O Regulamento (CE) 66/2010 sobre a etiqueta ecolóxica, eco-etiqueta, é unha ferramenta moi útil neste contexto, porque xera confianza no consumidor e compromiso no produtor ao tempo que achega información útil sobre datas de caducidade demoradas e reciclaxes posibles. Unha campaña eurorrexional de sensibilización e promoción do eco-etiquetado sería unha medida necesaria de desenvolvemento desta prioridade de investimento. Na mesma liña, debería estudiarse un eco-etiquetado específico “Galicia-Norte de Portugal, Eurorrexión Circular” sería acaído para alcanzar dous obxectivos aparentemente diverxentes: promocionar de materias primas locais sostibles e adaptadas aos requisitos da economía circular e proxectar unha imaxe positiva das nosas mercadorías e servizos no exterior.

2.2.5. Fomento do uso de tecnoloxías TIC,s na loita contra incendios e na preservación dos recursos naturais, apostando pola innovación como o deseño e emprego de drons específicos e redes de videovixancia de espazos ambientalmente vulnerables

É necesario apostar polo uso de recursos de base tecnolóxica e innovadora en materia de extinción de incendios e conservación dos recursos naturais da Eurorrexión como paso previo ao seu emprego como factor de desenvolvemento local sostible e reforzo da cohesión social e territorial a ambos lados da fronteira.

Nese marco deberá incrementarse a capacidade operativa mediante a dotación de recursos específicos segundo as necesidades detectadas, con especial atención ás posibilidades que brindan as NTIC na prevención e extinción de incendios forestais (cabe destacar a utilidade dos drons para a detección precoz, a avaliación do progreso do lume, a remisión de imaxes sobre situación dos equipos) e na preservación dos recursos naturais máis ameazados. O deseño de redes de vixancia da masa forestal transfronteiriza permitirá observar, en tempo real, os incendios da fronteira e levar a cabo unha función de control a través de drons e cámaras que poidan actuar como método disuasorio contra incendiarios. Todo elo contribuirá ao coidado e a explotación sostible do medio e a difusión e uso das novas tecnoloxías, potenciando a súa produción e aplicación.

E.3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E ÁS AMAEZAS Á SAÚDE PÚBLICA

O cambio demográfico que afecta á Eurorrexión, á península ibérica e ao conxunto da Unión Europea, en maior ou menor medida, está caracterizado por un minguante crecemento vexetativo cunhas baixas taxas de fecundidade, crecentes taxas de envellecemento e dependencia senil e saldos migratorios que non sempre compensan e permiten o crecemento real da poboación. Ademais, prodúcense uns movementos internos da poboación que provocan contornas rurais interiores con moi baixas densidades de poboación, mentres medra a poboación urbana, especialmente no litoral no caso da Eurorrexión. Por outra parte, as consecuencias da gran recesión e agora da COVID-19 impediron alcanzar o obxectivo de reducir a pobreza, incluído na Estratexia Europa 2020, e mesmo están a ocasionar un incremento da desigualdade social co adelgazamento das cohortes das clases medias e o regreso de diversas formas de pobreza como a pobreza infantil. Conseguir unha Eurorrexión máis social, integradora, resiliente e segura debe asentar en tres piares axiais: introducir a perspectiva demográfica no conxunto das políticas públicas para poder converter máis facilmente en oportunidades as ameazas do cambio demográfico neste territorio; construír un sólido pilar

eurorrexional de dereitos sociais que diminúa os perigos da vulnerabilidade social ao tempo que fortaleza o tecido produtivo; e forxar resiliencia para afrontar novos desafíos á saúde pública, en forma de pandemias ou doutras ameazas.

3.1. E3. PE1. INCLUSIÓN DA PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tanto Galicia como a Região Norte tiveron crecementos naturais negativos da súa poboación en 2018 (-5,9 e -2,2 respectivamente), pero mentres o Norte partía dun crecemento positivo en 2000 (3,6), Galicia xa viña arrastrando un crecemento negativo desde esa data (-3,4). No que respecta ao crecemento real a situación repítese. En 2018 ambas teñen un crecemento de -1, mentres que a situación en 2000 era de crecementos de -1,6 e 7,5 respectivamente. Dito noutras palabras, a Região Norte está a percorrer a pasos acelerados o camiño feito por Galicia en lustros anteriores. Así, as taxas de natalidade en 2000 eran de 12,1 e 7,2, respectivamente, cunha gran diferenza, e pasan a ser en 2018 de 7,7 e 6,1. Esta caída dos nacementos non se ve compensada polo saldo migratorio positivo, con taxas de 4,9 en Galicia e do 1,1 no Norte (en 2018). Parece evidente que a perspectiva demográfica das políticas públicas debe incidir sobre os estímulos á natalidade e a atracción de poboación emigrante moza. En efecto, a cohorte de 0-24 anos representaba en 2000 o 33,52%, no Norte, e o 26,95% en Galicia. En 2018 as porcentaxes eran do 23,96% e do 19,92%, respectivamente. As boas noticias veñen pola banda da esperanza de vida que se ten incrementado entre 2000 e 2019, pasando en Galicia dos 79,4 aos 83,5 anos, mentres que no Norte pasou de 77,2 a 82 anos e da extraordinaria redución das taxas de mortalidade infantil que, entre 1990 e 2019, pasaron de 8,4 a 2,4 en Galicia e de 13,1 a 2,8 na Região Norte.

3.1.1 Plans eurorrexionais de apoio ás familias e a conciliación familiar que impliquen aos axentes sociais, con especial atención á vivenda, ao emprego, a educación de 0 a 3 anos e a dependencia, con estímulos fiscais á natalidade

Un dos parámetros polos que pasa a sustentabilidade demográfica da Eurorrexión é o incremento da cohorte de menores de 16 anos. Galicia (11,8%) e Região Norte (12,8%) están por baixo das porcentaxes medias da UE (15,1%) e dos seus respectivos países (España, 14,7% e Portugal, 13,6%). As dificultades da mocidade para independizarse dos fogares familiares e ter recursos económicos propios reflíctese na idade das nais ao primeiro parto en Galicia (30,5 anos en 2000 e 32,8 en 2019) e no Norte (28,5 en 2000 e 31,7 en 2019), sendo lixeiramente superiores as dos seus respectivos países. As sociedades europeas souberon socializar con éxito os custes xerados polo envellecemento e as crecentes esperanzas de vida son a mellor proba diso. Agora cómpre acertar na socialización dos custes de nacer. Afastar a idea de que a fecundidade é unha

cuestión feminina é imprescindible para que as necesarias medidas de conciliación familiar sexan efectivas. Imponse un enfoque de xénero. O mesmo acontece coa percepción de que o coidado da dependencia (en Galicia o 72,7% das persoas coidadoras pertencen ao propio fogar) correspóndelle á familia e, mesmo, ás mulleres en exclusiva é outro atranco considerable a superar para garantir a sustentabilidade demográfica. Os futuros plans eurorrexionais de apoio ás familias, sen importar a tipoloxía á que pertenzan, deben ter unha importante carga de discriminación fiscal positiva a prol do incremento do número de fillos por unidade familiar, sobre todo pensando que as enquisas amosan que a infecundidade non é unha opción voluntaria senón que ven determinada polos condicionamentos de emancipación económica e da seguridade e estabilidade laboral. Porén, alen da necesidade de firmeza e de persistencia das políticas públicas nesta materia, a Eurorrexión debe prepararse e organizarse para un ciclo demográfico adverso que se vai prolongar polo menos por dúas décadas se non son máis.

3.1.2 Estímulo do emprendemento mozo e da formación orientada ao mercado laboral

A emancipación económica e a seguridade e estabilidade laboral pasa, necesariamente, por orientar a formación cara o mercado laboral e a empregabilidade. Unha tarefa na que a Eurorrexión, como o conxunto dos seus países, ten moito traballar por facer. Na media da Unión Europea as persoas mozas con estudos ata a secundaria obrigatoria teñen unha porcentaxe de empregabilidade, aos tres anos de rematar a formación, do 38,9%, na Região Norte do 57,9% e en Galicia do 51,7%. Aquelas que teñen estudos secundarios completos teñen emprego nunha porcentaxe do 73,4% na UE, do 75,6% na Região Norte e do 62,6% en Galicia. As que alcanzan estudos superiores están a traballar nunha porcentaxe do 85% na UE, do 83,7% na Região Norte e do 75,8% en Galicia. É verdade que nos últimos anos a formación profesional ten alcanzado un grao de prestixio crecente desde o pozo de marxinação con que era percibida pola sociedade nas súas orixes, pero segue pecando dun exceso de rixidez curricular incompatible coa aceleración de cambios aos que se ten que enfrontar o tecido empresarial cada día. Esa rixidez curricular tamén se pode trasladar ao ensino superior cunha pesada burocracia que encarece e demora en anos o cambio máis nimio. Afortunadamente, o sistema universitario portugués é moito máis áxil e debe ser un espello no que poidan aprender as autoridades académicas galegas e españolas. A flexibilidade curricular e axilidade administrativa non son en absoluto incompatibles co rigor e a calidade académica, todo o contrario. A interacción constante entre os centros de formación e o mercado laboral non só permiten un incremento notable da empregabilidade senón que tamén habilitan mellor aos centros educativos para detectar nichos

de mercado que favorezan o emprendemento como saída ao talento en beneficio do conxunto da sociedade. Porén, a empregabilidade da mocidade, con percorridos profesionais cada vez máis complexos e erráticos, non se pode dissociar da remuneración salarial da máis cualificada xeración que está a chegar ao mercado de traballo da Eurorrexión. A brecha salarial que continúa a existir entre a Eurorrexión (coa Região Norte fortemente penalizada no contexto do confronto intra-Eurorrexional) e outros países da Unión Europea penalizan fortemente a fixación da poboación moza.

3.1.3 Apoio a proxectos emblemáticos de responsabilidade social corporativa centrados na conciliación da vida profesional e familiar e apoio ao incremento da fecundidade de mulleres activas

Afrontar os desafíos do cambio demográfico non pode ser só un labor das administracións públicas. É o conxunto da sociedade quen ten que dar esa batalla. O sector empresarial dun xeito moi proactivo. Talvez un enfoque acaído para incentivalo poida ser o do incremento da produtividade que se pode derivar da implantación de medidas eficientes de conciliación familiar con enfoque de xénero nas súas instalacións. En efecto, a Eurorrexión presenta unhas cifras de produtividade por baixo da media da Unión Europea, no caso da Região Norte apenas alcanza o 47% desa media (2015) e Galicia chega ao 85% (2015). Na mesma liña, mentres que na Unión Europea un 42,8% dos traballadores se mostran satisfeitos co seu actual emprego, esa porcentaxe sitúase entre o 40 e o 50% en Galicia e entre o 30 e o 40% na Região Norte. É evidente que o incremento da produtividade non se vai alcanzar só con medidas de conciliación familiar e incentivos a fecundidade das mulleres activas pero pode ser un paso que xere efecto inducido en toda a cadea, , flexibilizando as condicións de traballo e non penalizando as carreiras profesionais femininas. As taxas de fecundidade mostran unha lixeira recuperación en Galicia (0,96 en 2000 e 1,04 en 2019) o que pode querer indicar unha aterraxe que cómpre impulsar cara arriba. Por contra, no Norte o proceso é inverso (1,52 en 2000 e 1,26 en 2019) en busca desa aterraxe. En todo caso, as dúas rexións teñen taxas máis baixas que os seus países.

3.1.4 Programa de retorno e atracción de nova poboación, incentivando a mitigación da desertificación demográfica do rural e a inclusión social dos emigrados e retornados

Outro parámetro fundamental para asegurar a sustentabilidade demográfica da Eurorrexión é a potenciación dun saldo migratorio positivo que atraía especialmente a xente moza. Os datos desagregados de Galicia móstrannos que no último lustro o saldo migratorio é positivo en 19.046. No mesmo período, o 36,6% dos emigrantes tiñan menos de 30 anos, mentres foron un 39,2% dos inmigrantes os que tiñan esa idade. Hai, pois, nestes datos unha pequena xanela

aberta á esperanza que cómpre agrandala ata convertela nunha gran porta a chegada de xente moza. Con todo, no lado oposto é preocupante a porcentaxe de xente moza que está a emigrar. Mesmo na Região Norte a porcentaxe de feminidade ten subido un punto neste século –ao igual que no conxunto de Portugal– o que remite a patróns migratorios do século pasado. Resulta prioritario retornar todo o talento mozo que perdemos nos últimos anos e iso require, igual que acontece coa natalidade, a creación dunha contorna favorable desde o punto de vista do emprego e da seguridade económica. Porén, os fluxos migratorios deben ser planificados coa perspectiva de prestar unha destacada contribución á mitigar o preocupante desequilibrio na ocupación do territorio, cun interior que se baleira aceleradamente. A inmigración ten que ofrecer seguridade tanto para os que veñen como para os que xa están aquí. A integración convértese nunha prioridade imperiosa e para iso cómpre garantir empregos e condicións de vida digna para os que chegan, que evite a creación de guetos de exclusión e pobreza. Neste sentido, as taxas de emprego dos emigrantes sitúanse cinco puntos por baixo do total na Unión Europea. Na Região Norte faino en 2 puntos e en Galicia nuns preocupantes oito puntos. A distancia agrávase se falamos das taxas de ocupación das mulleres emigrantes en relación co total das mulleres. Dez puntos menos no conxunto da Unión Europea, trece na Região Norte e catorce en Galicia. Tamén é preciso ter previstas facilidades para a incorporación das persoas emigrantes ao tecido social. Un dato a favor, no caso galego por exemplo, é que a metade dos inmigrantes coñece unha das linguas oficiais. A atracción de talento e poboación moza é hoxe unha tarefa con gran concorrencia dada a dimensión do declive demográfico en toda a Unión Europea. O que significa que todos os países aspiran a captar ese segmento poboacional, proceso no que as economías con mercados de traballo máis potentes e bases económicas máis sólidas están mellor posicionados. O apelo à creatividade e à imaxinación das políticas públicas de atracción da poboación moza debe ser un factor de diferenciación a ter en conta, coa dimensión da sustentabilidade ambiental dos territorios nun lugar destacado nesa creatividade. E, last but not the least, destacar a importancia do alumnado de mobilidade internacional que estudia na Eurorrexión e que debe constituír un público-albo desa atracción, pois as súas vivencias aquí e o grao de excelencia universitaria que esa mocidade perciba representan un capital de experiencia irrecusable.

3.1.5 Impulso do envelhecimento activo e saudable, así como das posibilidades da economía do envelhecimento (silver economy), maximizando o aproveitamento das oportunidades que brindan as solucións dixitais

O enfoque co que cómpre abordar o alongamento da esperanza de vida e da crecente porcentaxe das cohortes que superan os 65 anos é considerar todo isto como unha fortaleza. En

efecto, fronte ao 20,2% que supón esta cohorte na UE, na Região Norte representa o 20,4% (partindo dun 13,5% a comezos de século) e en Galicia un 25,1% (partindo dun 20,1% no mesmo período). Se tomamos a cohorte de maiores de 85 anos, daquela a media da UE está no 2,8% da poboación total, Galicia supera amplamente esa cifra cunha porcentaxe do 4,6%, anticipando nunha década o comportamento do resto da Unión, mentres que a Região Norte ten unha porcentaxe do 2,6%, lixeiramente inferior á media comunitaria. A prioridade de investimento debe pasar, en primeiro lugar, por garantir á saúde destas cohortes, as máis afectadas pola CODI-19. En segundo lugar, por potenciar as posibilidades da silver economy, como oportunidade de novos empregos xerados pola satisfacción das necesidades de servizos e produtos dun crecente segmento da poboación con importante capacidade de consumo e poder adquisitivo, no contexto eurorrexional: xerontotecnoloxía (aplicacións tecnolóxicas que faciliten a vida independente dos maiores en todos os ámbitos), teleasistencia cognitiva (apps de atención hospitalaria, axuda ambulatoria e servizos de acompañamento), domótica adaptada no parque inmobiliario, servizos de lecer adaptados ás súas necesidades con novos nichos que combinen o saber tradicional acumulado por estas xeracións coas novas tecnoloxías, satisfacendo a permanente ansia humana polo coñecemento con programas formativos adaptados as expectativas e necesidades da terceira idade. Con todo, as poboacións máis envellecidas que viven en territorios de baixa densidade deben merecer unha atención particular dos servizos públicos, o que non significa esquecer os fenómenos do illamento e da pobreza urbana de persoas maiores que son tamén dramáticos nalgunhas das cidades da Eurorrexión.

3.2. E3. PE2. AFIRMACIÓN DOS DEREITOS SOCIAIS PARA LIMITAR A VULNERABILIDADE E A DESIGUALDADE CON ENFOQUE DE XÉNERO

O poder de compra estándar (PPS) por habitante da Unión Europea era en 2008 de 25.700 euros, en 2011 xa tiña recuperado ese valor (25.800). Galicia tiña, en 2008, un PPS por habitante de 23.000 e tivo que agardar ata 2015 para recuperalo (23.500, o mesmo ano que España). A Região Norte partía dun PPS por habitante de 16.900 que só recuperou en 2013 (17.000, un ano antes que Portugal). Na evolución do PIB por PPS, Galicia tiña un 88% da media comunitaria en 2008 e ten un 82% en 2017. A Região Norte partía dun 65% e nesa mesma porcentaxe se sitúa en 2017. Non só non se ten producido a desexada converxencia senón que, en Galicia, hai unha involución. O salario medio por hora normal de traballo foi na Unión Europea, en 2017, de 18.4 euros, mentres en Galicia só alcanzou os 13.9 e na Região Norte os 8.5 euros. O salarios que garantan un nivel de vida digno forman parte esencial do Pacto de dereitos económicos, sociais

e culturais de Nacións Unidas, así como a necesidade de pechar a fenda de xénero nas retribucións salariais. A Eurorrexión ten que marcarse como un obxectivo evidente converxer coa media da Unión Europea en ambos dereitos. Porén hai datos nos que a Eurorrexión ofrece unhas mellores expectativas. En efecto, mentres que a poboación en risco de pobreza ou exclusión social ten aumentado en España entre 2008 (23,7%) e 2018 (26,1%), en Galicia ten acontecido o contrario (de 25,1 a 23%), cerca da media da UE para o último ano (21,7%). Non temos datos para a Região Norte, pero Portugal ten un comportamento na liña do galego, pasando dunha porcentaxe do 26 ao 21,6%, xusto na media comunitaria. Se falamos das taxas de risco de pobreza a situación é similar. Nas mesma datas, España pasou dunha porcentaxe do 19,8 ao 21,5%, mentres Galicia percorría case que o mesmo camiño á inversa e pasaba dun 20,9 a un 18,8%, se ben afastándose un pouco máis da media europea para 2018 (16,8%). Portugal, pola súa banda, volve repetir comportamento pasando dun 18,5 a un 17,3%.

3.2.1 Reforzo dos programas de formación profesional dual en colaboración cos axentes sociais e tendo en conta as necesidades dos sectores sociais vulnerables e dos territorios de baixa densidade demográfica

Se atendemos as taxas de emprego das persoas, con menos de 60 anos, que teñen niveis de formación máis baixos, sen ter superados os estudos da secundaria obrigatoria, na Região Norte alcanzaban un 61% e en Galicia un 52,7%. En ambos casos por encima da media comunitaria (45,1%). Este é un mal dato porque indica o baixo nivel de cualificación do mercado laboral eurorrexional –o que pode xustificar o menor nivel dos salarios que comentamos–. Dentro dos sectores máis vulnerables, as taxas de ocupación dos maiores de 55 anos, en 2019, presenten cifras inferiores á media comunitaria (59,1%). A Região Norte ten unha mellor situación cun 56,2%, mentres que Galicia está un pouco máis lonxe cun 52,5%. As taxas de ocupación da mocidade, en 2019, alcanzaron unha porcentaxe do 68,4% na media da Unión Europea, do 69% na Região Norte e do 63,8% en Galicia. Neste caso, os números son lixeiramente mellores en Galicia e moito mellores no Norte. A situación menos mala encontrámola nas mulleres, incluídas no segmento de poboación activa. A ocupación media da Unión Europea é do 63%, fronte ao 65,6% da Região Norte e ao 60,5% de Galicia. Porén, se comparamos os niveis de ocupación de homes e mulleres, a fenda segue sendo moi grande tanto na Unión Europea (10 puntos a favor dos homes), como na Região Norte (7 puntos a favor dos homes) e Galicia (tamén 7 puntos a favor dos homes) o que indica que aínda queda moito por facer no dominio do reparto equilibrado de responsabilidades familiares. Os programas de formación profesional dual que se están a implantar, algúns xa cun certo grao de consolidación, están chamados a ser unha peza

importante na mellora destes índices de ocupación e na diminución das fendas de desigualdade que presentan as nosas sociedades. Porén, deben ir máis alá da ensinanza regulada e achegarse ao obxectivo de integrarse na necesaria formación ao longo da vida se queremos mellorar a cualificación e a empregabilidade. A colaboración entre as administracións públicas e o tecido empresarial volve resultar imprescindible para alcanzar esta meta para racionalizar a oferta dos cursos e espertar a atención e confianza na escolla das familias. Agárdese que dous terzos dos novos empregos estea coa formación profesional. A formación profesional dual, na Região Norte, ten ido evolucionando co obxectivo de fornecer ao mercado de traballo de cualificacións intermedias moi solicitadas polos empregadores, ao mesmo tempo que ten desempeñado tamén un papel importante na diminución do fracaso e do abandono escolar. En Galicia, as taxas de inserción laboral deste tipo de formación alcanzan o 90% dos titulados, en 2018, e tense pasado dunha única titulación ofertada no curso 2012-13 ata as 66 actuais nas que colaboran máis de 200 empresas. Ao mesmo tempo, cómpre destacar tamén a existencia de formas de progresión escolar dos cursos de formación profesional dual que sen asegurar a obtención dun grao revelaron un dinamismo relativamente inesperado, como é o caso dos TeSP, cursos profesionais de ámbito superior, na Região Norte. En Galicia acábese de eliminar o límite superior de idade para poder matricularse en títulos e ciclos formativos de formación profesional dual co que se enmarca esta na formación ao longo da vida.

3.2.2 Programa de alfabetización dixital dos maiores e dos sectores socialmente vulnerables, apoiando a capacitación das estruturas de intermediación con eses públicos

A fenda dixital é unha das principais ameazas á igualdade e a inclusión social en todas partes, tamén na Eurorrexión. Unha dificultade a superar estriba na porcentaxe de fogares con acceso a internet que está por baixo da media da Unión Europea (86%). Galicia ten unha porcentaxe do 82%, pero a Região Norte queda nun 74%. Outra é a da porcentaxe de persoas, entre 16 e 74 anos, que nunca empregan internet. Tamén aquí estamos por baixo da media comunitaria (11%), mentres en Galicia representan o 17% e na Região Norte o 27%. En consecuencia, mentres o 19% da cidadanía comunitaria entre os 16 e os 74 anos merca bens e servizos pola rede, esas porcentaxes quedan reducidas ao 8% en Galicia e ao 7% no Norte. Se reparamos no uso da banca electrónica, fronte a unha media comunitaria do 54%, en Galicia fan uso dela un 50% e na Região Norte un moi preocupante 33%. Aquí temos un desafío como sociedade. Se non somos quen de alfabetizar dixitalmente á poboación que carece desas destrezas, pondo o foco nos maiores e nos sectores sociais máis vulnerables, non só imos afondar a fenda da desigualdade senón que imos perder o tren da competitividade porque, neste campo, ambas cousas van inseparablemente unidas. Hai porén, un segmento no emprego da rede no que

superamos a media da Unión Europea: o da participación cívico-política (16% na UE, 17% no Norte e 18% en Galicia).

3.2.3 Dinamización de proxectos de innovación e emprendemento social para os sectores sociais máis vulnerables, con capacitación, tamén, de entidades da economía social máis tradicional

A economía social ou solidaria asenta en principios como a primacía das persoas e do fin social sobre o capital ou a promoción da solidariedade interna e coa sociedade favorecendo o compromiso social co desenvolvemento local. Estes principios fana moi acaída como instrumento de empoderamento dos sectores sociais máis vulnerables e dos territorios menos dinámicos. As cooperativas na contorna rural, as confrarías de pescadores, as sociedades laborais con participación maioritaria dos seus traballadores no capital social, os centros específicos de emprego nos que máis de dous terzos dos seus traballadores pertencen a colectivos con algún tipo de discapacidade, as empresas de inserción que posibilitan o acceso ao emprego de colectivos vulnerables e que invisten case todos os seus beneficios nas propias empresas. Todas estas estruturas deben ser impulsadas e apoiadas desde os poderes públicos. Os bancos de tempo ou de horas tamén poden ser un instrumento axeitado de innovación social para a afirmación dos dereitos dos máis vulnerables e da sociedade no seu conxunto, fomentando as relacións sociais e reforzando os valores solidarios. Campos nos que se teñen probado como a atención e coidado de persoas, coidados persoais, reparacións domésticas e de instrumental laboral, formación ou asesoramento técnico acreditan as súas potencialidades, especialmente nos territorios de baixa densidade. Mesmo a variante corporativa dos bancos de tempo poden ser unha ferramenta interesante para facilitar as medidas de conciliación laboral e familiar. Porén, é importante asegurar que a emerxencia de proxectos e actividades de innovación social na Eurorrexión non se traduza nunha rotura coa chamada “vella economía social”, antes ben, habería que considerala como unha oportunidade única de modernizar organizativamente as súas estruturas e de capitalas na xestión dándolle ferramentas para avaliar o seu impacto nas nosas sociedades. O financiamento das institucións de solidariedade social continúa a ser un problema. Por regra xeral, o sistema bancario non segmenta esas institucións e analiza os seus pedidos de financiamento à luz de criterios comúns a outros pedidos de crédito.

3.3. E3. PE3. INCREMENTO DA RESILIENCIA FRONTE ÁS AMEAZAS Á SAÚDE PÚBLICA

O estoupido da pandemia da COVID-19 ten servido para visibilizar a enorme importancia que ten a prevención na saúde pública. Agochada sempre por outras urxencias máis mediáticas e só

valorada cando a prevención non é suficiente e as ameazas se converten en vítimas mortais ou gravemente afectadas. As infeccións víricas con intensa capacidade de contaxio ocupan grandes titulares e mobilizan os recursos públicos e privados con celeridade pero cómpre non esquecer que a prevención na saúde pública ten outros referentes máis calados pero non menos importantes no balance final de resultados que non debemos ignorar nin facer recuar nas nosas prioridades. En efecto, as enfermidades do sistema circulatorio son as que máis mortes provocan na Eurorrexión (357 por cada 100.00 habitantes en Galicia e 277 na Região Norte), seguidas do cancro (311 e 242, respectivamente) e das que afectan ao sistema respiratorio (147 e 116, respectivamente). Na Unión Europea tamén son esas tres as principais causas de morte con 377, 262 e 76 mortes por cada 100.000 habitantes. Nas causas destas enfermidades hai comportamentos de malas prácticas alimentarias, de hábitos de consumo pouco saudables de alcohol e tabaco, de exceso de contaminación do aire nas cidades, de hábitos de vida sedentaria e outros elementos que poden ser modificados coa interacción entre saúde pública, sistema educativo e campañas de sensibilización social. A prevención da saúde pública pasa tamén por adecuar a ratio de camas hospitalarias dispoñibles e aquí a Eurorrexión volve presentar un déficit con relación á Unión Europea. Fronte as 541 camas de media da UE, en Galicia estaban dispoñibles, en 2017, 333 (34 menos que en 2000) e na Região Norte 312 (1 menos que en 2000). Sen dúbida a Gran Recesión está detrás destas cifras que cómpre revertir.

3.3.1 Establecemento de protocolos de cooperación en situacións de emerxencias sanitarias e biolóxicas, a partires da experiencia do ARIEM 112

A cooperación transfronteiriza en materia de protección civil desenvolvida entre a Região Norte e as Comunidades Autónomas de Galicia e Castilla y León é un punto de arranque suficientemente sólido para poder estender a cooperación para as emerxencias sanitarias e biolóxicas. Xa existe un grupo de traballo para a cooperación en materia de saúde, creado ao abeiro do Acordo entre a Xunta de Galicia e a ARS en xullo de 2014. Sería interesante harmonizar as medidas de control das enfermidades de notificación obrigatoria entre o SERGAS e a ARS da Região Norte e comunicarse mutuamente as mesmas. Tamén sería interesante coordinar os respectivos plans de continxencia de saúde estacional. Así mesmo, sería útil a abordaxe conxunta de campañas de información e sensibilización en materia de saúde pública comezando polas medidas de prevención da COVID-19 e seguindo por aquelas outras con algunha incidencia no territorio como a brucelose humana, as enfermidades de transmisión sexual, o sarampelo, a sarna ou a rabia. Facer un inventario dos recursos humanos e materiais que poderían ser postos a disposición da outra rexión en case de emerxencia sanitaria e habilitar os mecanismos legais para facelo posible. Comezar a traballar na coordinación de programas de saúde pública en

materia de tabaquismo, promoción da alimentación saudable, promoción da actividade física, diabetes, enfermidades cerebro-vasculares e oncolóxicas, hepatite e VIH e saúde mental. Na mesma liña cumpriría actuar no caso de emerxencias biolóxicas derivadas, por exemplo, de vertidos, de derrames, de escapes de produtos perigosos ou de intoxicacións alimentarias.

3.3.2 Programas coordinados para afrontar a soidade e a depresión desde a óptica da saúde pública

Queda aínda terreo por diante para que as enfermidades mentais se vexan liberadas de calquera consideración que as estigmatice no conxunto das enfermidades. As depresións afectan fundamentalmente á poboación activa (representan unhas perdas do 1% do PIB no conxunto da Unión Europea) e deben, xa que logo, ser obxecto de especial atención tanto das administracións públicas como do tecido empresarial. A incorporación da intelixencia emocional á cadea de valor semella unha necesidade cada vez máis imperiosa. Pola súa banda, a soidade, entendida como illamento social percibido, está comezando a ser recoñecida como un serio problema da saúde pública das nosas sociedades. A progresiva virtualización das relacións sociais fai que ás persoas maiores, tradicionais suxeitos da soidade e sector que segue a ser o máis vulnerable, non sexan ás únicas afectadas. Un número crecente de persoas adultas e mesmo adolescentes percebe que non ten os contactos sociais que quereda coa correspondente frustración. Sería oportuno estudar as relacións entre esas sensacións percibidas e a saúde das persoas afectadas a través dos cambios nos seus hábitos de vida como se ten feito noutros países para poder trazar, a partir deles, programas que mitiguen as consecuencias negativas tanto desde o punto de vista sanitario como social e económico. Na mesma liña cómpren campañas que faciliten a resocialización dos sectores máis vulnerables á soidade, unha vez ben identificados. Segundo datos da Organización Mundial da Saúde (OMS), o suicidio figura xa no top ten das causas de mortalidade. No conxunto da Unión Europea ten una presenza de 11,3 casos por cada 100.000 habitantes, entre 2013-2015. Galicia sitúase nesa media, con 11,9 casos en 2017, sendo a segunda Comunidade Autónoma con máis casos, só superada pola veciña Asturias. A Região Norte está bastante por baixo con 7,6 casos, en 2014, pero ten duplicado a porcentaxe desde 2007 (3,7 casos) a pesares de seguir sendo a rexión con menos casos do Portugal continental. Son clara maioría os homes e o grupo de idade máis afectado é o de maiores de 75 anos. Sería interesante a coordinación dos programas existentes de prevención de suicidios e o benchmarking con exemplos próximos como poden ser os programas implementados no Alentejo ou no Algarve que conseguiron reducir as taxas, entre 2007 e 2014, nun 42,2% e nun 30,6%, respectivamente.

3.3.3 Promoción de procesos conjuntos de capacitación técnica, humana e organizativa para a resiliencia da Eurorrexión (telemedicina, asistencia médica móbil), implicando especialmente ás institucións públicas e da sociedade civil con intervención sobre a poboación envellecida máis illada

A pandemia da COVID-19 afecta, en todo o mundo, de maneira especial á poboación máis envellecida. En Galicia, o 19,7% dos falecidos tiña máis de 90 anos, o 63,5% máis de 80 e o 87,2% máis de 70 anos. En Portugal, o 67,3% contaba con máis de 80 anos e o 86,4% máis de 70 anos. Ademais, en Galicia, o 44,2% dos falecidos vivían nunha residencia de maiores. Sen dúbida está pandemia ten que servir para repensar o modelo de coidado dos maiores en toda a Eurorrexión e tamén aquí a coordinación de esforzos pode axudar a conseguir mellores resultados. Parece necesario comezar por deseñar programas de capacitación técnica, humana e organizativa que permita incrementar a resiliencia contra futuras crises sanitarias e aumentar o grao de satisfacción coa atención recibida polas persoas que viven nas residencias para a terceira idade. Compartir as experiencias acumuladas nestes duros meses vai axudar nesa programación de capacitación. A colaboración entre os poderes públicos e a sociedade civil vai volver ser decisiva. Porén, cómpre ir máis alá. Cómpre, como xa foi apuntado, alfabetizar dixitalmente as persoas maiores para que a telemedicina poida alcanzar uns niveis de eficiencia suficiente e permitir, así, que as persoas permanezan nos seus fogares durante períodos máis longos agás casos de dependencia severa. A telemedicina tamén se ten que entender como alternativa a conxestión dos servizos hospitalarios e ambulatorios. Na mesma liña, a asistencia médica móbil pode resultar un factor determinante para que os servizos públicos non perdan calidade e eficacia nos territorios de baixa densidade demográfica.

E.4. UNA EURORREGIÓN MÁIS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA

El pasado primero de febrero tuvo lugar en la ciudad alentejana de Beja una reunión del llamado grupo de países amigos de la cohesión, con el objetivo de aproximar posturas en el debate del próximo marco financiero plurianual de la Unión Europea para que este instrumento siga contribuyendo a la necesaria convergencia en las tres dimensiones de la cohesión: económica, social y territorial. Tanto Portugal como España ejercen una posición de liderazgo en ese lobby. No sería coherente que lo que se reclama para Europa no fuese predicado para la Eurorregión, máxime cuando una de sus destacadas figuras políticas ocupa la cartera de cohesión de la Comisión. Por otra parte, la ciudadanía tiene que ser la destinataria final de las mejoras conseguidas con la cohesión eurorregional y la cooperación transfronteriza. Conseguir una eurorregión más cohesionada que mejore la calidad de vida de sus habitantes tiene que

cimentarse sobre dos pilares axiales: la búsqueda de un mayor equilibrio territorial en la distribución demográfica tanto en la escenario costa/interior como en la dimensión rural/urbana con las implicaciones económicas, sociales y culturales que ello conlleva; el empleo de la cooperación transfronteriza como vía idónea para limar las aristas más extremas heredadas de los estereotipos nacionales, que cumple controlar con esmero justo en este período post-pandémico, al tiempo que abone la forja de una identidad europea compartida, perfectamente incardinada en la identidades propias de cada una de las dos regiones.

4.1. E4. PE1. APUESTA POR EL EQUILIBRIO TERRITORIAL EN LA DOBLE DIMENSIÓN LITORAL/INTERIOR Y RURAL/URBANA

Tal vez el indicador más claro del desequilibrio demográfico en la Eurorregión sea el de la densidad de población. En el conjunto del territorio se alcanzan los 123,4 habitantes por km, pero su reparto es muy desigual con extremos tan llamativos como los 842,5 del área metropolitana de Porto y los 19,6 de Terras de Tras-os-Montes. En el lado gallego oscila entre los 209,4 de Pontevedra y los 33,6 de Lugo. En todo caso, son las NUTS III del interior las que siempre arrojan densidades más bajas en favor de las costeras –excepción hecha de Lugo–. No se trata de un fenómeno reciente porque históricamente el litoral siempre ha estado más poblado que el interior lo que ocurre es que el proceso se ha acelerado en el último siglo. Sirva como ejemplo que sólo cinco de los veinte núcleos más poblados de Galicia, en estos momentos, no están bañados por el mar. En la Região Norte (censo de 2011), entre los veinte núcleos más poblados, nueve están bañados por el mar y se eleva a trece la cifra si incluimos municipios contiguos a los costeros. Los datos del censo español de población de 1950, indican que el 80% de los gallegos vivían en el rural y el 70% del sector agrario. Las zonas poco pobladas (ZPP, siguiendo la metodología Eurostat) que se pueden identificar con el mundo rural ocupan hoy el 81,8% del territorio de Galicia, pero sólo acogen al 26,9% de su población. Si utilizamos la subescala de ZPP bajas, entonces el 65,2% del territorio, el más estrictamente rural, sólo acoge al 14,7% de la población. En la Região Norte, la clasificación de áreas predominantemente rurales concentra al 9,4% de la población, en 2018. Entre 1999 y 2019, las ZPP de Galicia han perdido el 19,3% de su población, mientras que las zonas intermedias de población (ZIP) ganaban un 12,5% y las zonas densamente pobladas (ZDP) un 1,7%. La explicación de este comportamiento es multicausal. Sin duda el cambio más importante tiene que ver con la desagrarización económica desde aquellos datos de 1950. Hoy el sector primario ocupa al 5,7% de la población (13,1% en las ZPP) frente al 72,6% que trabaja en el sector servicios (61,2% en

las ZPP). En la Região Norte, con datos de 2018, el sector primario ocupaba al 5,5% de su población, mientras que el sector servicios lo hacía con el 60,3%. Las oportunidades de empleo son menores en las zonas rurales y en el interior de la Euroregión. Sirva como ejemplo que las tasas de empleo (2018) en las áreas predominantemente rurales, en el Norte, son del 46,8% frente al 56,2% de las predominantemente urbanas. En cuanto a la renta disponible bruta por habitante, tomando los datos ahora de Galicia (2018) era de 11.571 euros en las ZPP frente a los 16.321 de las ZDP. Si tomamos como referencia los gastos medios por unidad familiar, en la Região Norte, se elevarían a 17.304 euros en las áreas predominantemente rurales frente a los 20.822 en las predominantemente urbanas, en el período 2015-2016.

4.1.1 Planificación territorial integrada del sistema de asentamientos, previo diseño de áreas funcionales euroregionales

La Euroregión reúne a dos territorios con importantes diferencias en su estructura político-administrativa. Ello se traduce también en las escalas de ordenación del territorio. En Galicia existen los planes generales de ordenación urbana municipal (PGOUM) y las directrices de ordenación territorial (DOT) de ámbito autonómico. En la Região Norte sólo hay los planos directores municipais (PDM), dado que la CCDR-N tiene apenas competencias consultivas en su elaboración y un poco más en las reservas ecológicas nacionales (REN) que contienen. Tanto en un caso como en otro se carece de una escala territorial intermedia entre los municipios, con escala territorial excesivamente reducida, y otras administraciones demasiado extensas. Las áreas funcionales están llamadas a ocupar ese vacío sin generar nueva burocracia. Pueden llegar a ser piezas clave en el equilibrio territorial que se persigue al permitir una planificación más racional de los servicios orientada hacia la accesibilidad de la ciudadanía a los mismos. Las áreas funcionales deben servir, además, para incrementar la resiliencia demostrada de las cabeceras comarcales como núcleos en torno a los que articular la revitalización de las zonas de baja densidad demográfica (Carballiño, Sarria, Monforte, O Barco, Lamego, Mirandela, Macedo dos Cavaleiros, Valença), creando redes de capilaridad en torno de ellas. Un buen diseño de áreas funcionales podría permitir no sólo la optimización de los recursos de servicios y equipamientos sino también de los espacios pensando en la descongestión de ciertos núcleos costeros y en la dinamización económica de las zonas periurbanas y rurales. La dimensión transfronteriza de las áreas funcionales es, si cabe, de mayor importancia. Aquí la coordinación de los poderes públicos, en favor de la mejora de la calidad de vida de su ciudadanía, resulta fundamental para aprovechar eficientemente los recursos y mitigar al máximo el efecto frontera.

4.1.2 Coordinación y desarrollo de estrategias conjuntas que racionalicen la oferta y la demanda de servicios en las áreas periurbanas y rurales, en beneficio de la calidad de vida de la ciudadanía y de la humanización del territorio

El desequilibrio que presenta la ocupación del territorio ya hemos indicado que es multicausal. Sin duda, uno de los factores que más contribuyen a incrementarlo es el progresivo diferencial que se observa en la prestación de servicios, tanto públicos como privados. A medida que se acelera el éxodo rural cada vez zonas más amplias de la Euroregión pierden servicios lo que incrementa las salidas de población hacia las áreas que concentran esos servicios. Es el pez que se muerde la cola. No se trata tanto de los números totales como de su distribución y fácil acceso. De hecho, las tres NUTS III más interiores del Norte, que representan el 10,8% de la población cuentan con el 9,8% de los hospitales y el 11,8% de los centros de enseñanza no universitaria; en el caso gallego, las dos NUTS III más interiores, que representan el 23,7% de la población, cuentan con el 27% de los hospitales y el 24,3% de los centros educativos. La racionalización, no asociada a la reducción de su número sino al acceso de la ciudadanía, en el conjunto y la coordinación de estrategias conjuntas de los poderes públicos en la franja transfronteriza resultan imprescindibles, como se ha señalado en la prioridad anterior. Pero los servicios prestados por los agentes privados también tienen que contribuir en este proceso para mitigar el desequilibrio creciente en la ocupación del territorio eurorregional. Así, en el caso gallego, hay 54,9 empresas por cada 1.000 habitantes en las ZPP frente a 72,1 en las ZDP; contamos con 69,9 establecimientos por cada 1.000 habitantes en las ZPP frente a 105,6 en las ZDP; y centrándonos en el sector servicios, hay 48,4 establecimientos en las ZPP frente a 90,5 en las ZDP. Sin duda, el empleo de las tecnologías digitales es un instrumento precioso para conseguir un conocimiento del territorio y de sus gentes más exhaustivo y, sobre la base de las evidencias, mejorar la toma de decisiones y anticipar necesidades.

4.1.3 Impulso de sistemas multifuncionales que promuevan la diversidad de usos (productivos, residenciales, turísticos, paisajísticos) del interior y del rural

El mundo rural de la Euroregión está dejando de ser agrario sin haber decidido claramente que ser. Es preciso promover sistemas desarrollo sostenibles y multifuncionales que permitan extraer todas las potencialidades del interior de la Euroregión que ofrece en las ZPP de Galicia (2018) unas tasas de pobreza y exclusión social inferiores en más de un punto a las de las ZDP, 18,34 frente a 19,71. La pirámide demográfica presenta algunas amenazas a conjurar. El índice de envejecimiento es de 277 en las ZPP, frente al 158 del conjunto de Galicia o al 135 de sus ZDP. En la Região Norte se eleva al 347, en las áreas predominantemente rurales, frente al 142

de las urbanas. Una primera prioridad debe ser, pues, articular políticas públicas que favorezcan el relevo generacional al frente de las explotaciones. Desde el punto de vista de la producción cumple dinamizar la cadena de valor completa del sector primario – con especial atención a la transformación a través del impulso a la agroindustria y la industria derivada de la actividad pesquera–, incrementar el tamaño y la rentabilidad de sus empresas, renovar y modernizar las explotaciones agropecuarias, pesqueras y acuícolas para aumentar su competitividad, hecho que pasa por reducir considerablemente la atomización del sector, tanto desde el punto de vista de la producción como de la comercialización. La puesta en marcha de instrumentos de planificación y ordenación de tierras agroforestales basados en su aprovechamiento actual y en la capacidad y aptitud de la tierra son el punto de partida para poder llevar a cabo instrumentos de movilización de tierras que cumplan una función clave en el desarrollo socioeconómico y ambientalmente sostenible del sector primario agrario.

El aprovechamiento de la producción de energías renovables es otra faceta a incorporar en el sector productivo del mundo rural de la Euroregión. Desde la perspectiva residencial, amén del atractivo de vivir en contacto con la naturaleza y en mejores condiciones medioambientales– las zonas rurales tienen hoy una ventaja competitiva a explotar en el acceso a la vivienda. En efecto, en la Região Norte (2018) el gasto mediano de los hogares en vivienda fue del 13,1% de sus ingresos en las áreas predominantemente urbanas frente al 10,7% de las rurales; en la misma línea, la tasa de sobrecarga del gasto en vivienda –cuando ese gasto supone más del 40% de los ingresos familiares, algo especialmente sensible entre la juventud– se situaba en el 6,2% en las áreas predominantemente urbanas frente al 3,7% en las rurales. Desde el punto de vista paisajístico es necesario estudiar transferencias fiscales que ayuden a sufragar el esfuerzo que el rural está haciendo como sumidero de gases de efecto invernadero, esfuerzo que el mercado no recompensa directamente y del que se beneficia el conjunto de la sociedad.

4.1.4 Dinamización de los procesos de certificación de calidad y biodiversidad de los productos agrarios, forestales, marinos y artesanales para incrementar las rentas de los productores y la seguridad de los consumidores, garantizando su trazabilidad

El futuro del sector primario va a depender, en no pequeña medida, de decisiones que se van a tomar en el marco de las instituciones de la Unión Europea: evolución de la Política Agraria Común (PAC) en los próximos períodos de programación y grado de desarrollo del Pacto Verde en su actual configuración. No obstante, hay trabajo que hacer desde la Euroregión. La seguridad alimentaria es una señal de identidad europea que es necesario mimar tanto desde los poderes públicos, con medidas de control, como desde los agentes productivos, apostando por ella como un valor añadido básico. La calidad de los productos va ligada a su vinculación con

un territorio, una forma de hacer o ambas cosas a la vez. Todos deben contribuir a la certificación de productos con denominación de origen e indicación geográfica protegidas y, en el caso de la Euroregión, explotar las posibilidades ofrecidas por los artículos 5.1 y 16.d del Reglamento (CE) 510/2006 en los que se recoge el registro de denominaciones e indicaciones transfronterizas. Tampoco se puede prescindir de las certificaciones nacionales, como la Especialidades Tradicionales Garantizadas en el caso español. Lo mismo cabe hacer con el impulso a la producción ecológica tanto en el sector agro-ganadero como en el marítimo-pesquero que tiene un nicho de mercado creciente. La extensa red tradicional de ferias y mercados debe ser la palanca que permita el fomento del consumo de proximidad (kilómetro cero) y tiene que ser completada con las ayudas a la digitalización de la comercialización que facilite la relación directa entre el productor y el consumidor y aminore las consecuencias de la actual escasa capacidad del primero en la fijación de los precios que satisface el segundo.

4.2. E4. PE2. IMPULSO DE LA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA COMO INSTRUMENTO EFICAZ PARA MEJORAR LA CALIDAD DE VIDA DE LA CIUDADANÍA

La cooperación en la Euroregión no sólo tiene acreditada su antigüedad y carácter pionero sino también su reconocimiento como ejemplo de buenas prácticas y éxito en su desarrollo y gestión. La Eurociudad Chaves-Verín recibió el premio RegioStars 2015, en la categoría CityStars, al mejor proyecto europeo, concedido por la Dirección General de Política Regional y Urbana de la Comisión Europea (DG REGIO), entre 143 candidaturas presentadas. El Eixo Atlántico y la AECT-GNP han sido galardonadas, así mismo, con el premio Sail of Papenburg donado por la EMS Dollart Region y presentado por la Asociación Europea de Regiones Fronterizas de Europa (AEFR), en sus ediciones de 2008 y 2012, respectivamente. La pandemia de la COVID-19, con su secuela de cierre de fronteras nacionales, ha permitido visibilizar en negativo los logros alcanzados en la aproximación física de los territorios y se ha asistido a una importante movilización de las autoridades locales en favor de la reapertura de los pasos fronterizos para los trabajadores transfronterizos. El número de estos trabajadores con residencia en su país de origen y trabajo en el otro, si nos atenemos a los datos de afiliaciones a la seguridad social, no es muy alto. En el primer trimestre de 2019 había 1.134 españoles trabajando en la Región Norte (eran 430 en el mismo período de 2011) y 1.155 portugueses trabajando en Galicia (eran 1.360 en el mismo período de 2011). No obstante, la cifra se incrementa si utilizamos como fuente el Eures Transfronterizo. Así, en 2015, habría 1.747 gallegos en el Norte (con datos de afiliación

sólo se registran 681 españoles en el Norte) y 4.900 portugueses en Galicia (con datos de afiliación sólo se registran 960 portugueses en Galicia). Si nos detenemos, para el mismo año de 2015, en los commuters diarios gallegos que se desplazaban a trabajar al Norte eran 865, de los que 626 lo hacían al distrito de Viana do Castelo. Los commuters diarios portugueses a Galicia fueron 695, de los que 533 se dirigieron a la provincia de Pontevedra. Estas cifras explican la relevancia social de los puentes sobre el Miño. La cooperación se ve facilitada por la falta de dificultades de comunicación lingüística entre las gentes de las dos orillas del Miño. Una reciente investigación¹ demuestra que el 69,8% de los portugueses utilizan su idioma para hablar con los gallegos en los municipios ribereños del Norte y el 46,6% lo mantiene para hacerse entender cuando se desplaza a los municipios ribereños de Galicia. Por su parte, el 54% de los gallegos emplea su idioma propio para comunicarse con los portugueses en los municipios ribereños de Galicia y el 53,4% lo mantiene cuando visita los municipios ribereños del Norte.

4.2.1 Disminución o eliminación de los costes de contexto transfronterizos

En el marco de la segunda convocatoria del POCTEP 2007-2013 se financiaron una serie de estudios sobre los costes de contexto transfronterizo que fueron realizados por las Comunidades de Trabajo Galicia-Norte de Portugal, Norte-Castilla y León, EUROACE y Alentejo-Algarve-Andalucía y Castilla y León-Centro. Con ese punto de partida, es hora de poner en práctica proyectos y experiencias que disminuyan o eliminen esos costes y mitiguen el efecto frontera que afecta a la ciudadanía que vive cerca de ella. Los campos seleccionados entonces siguen siendo válidos y útiles hoy: transporte y comunicaciones, sanidad, emergencias y protección civil, servicios sociales, mercado laboral, I+D empresarial y administración pública. En todos esos campos se pueden desarrollar programas piloto que faciliten la vida de la gente: prestaciones de la tecnología 5G en el corredor Porto-Vigo, transporte adaptado y a demanda en las parroquias y feligresías de un grupo de municipios fronterizos a determinar, homogeneización de los medios de control en las enfermedades de declaración obligatoria, tarjeta de eurociudadanía con derecho a compartir residencias de ancianos en las eurociudades del Miño, red transfronteriza de unidades de información en derechos sociales, formación profesional compartida con homologación a través del desarrollo de la directiva 2005/36/CE de reconocimiento de cualificaciones profesionales, revisión de las normas convencionales de cada sector de actividad para eliminar las limitaciones a la movilidad laboral transfronteriza, ventanilla única que facilite y dinamice la actividad empresarial de un mismo grupo a ambos

¹ Antonio M. Carballo Lomba (2020), *A construción dunha rexión transfronteiriza: a raia húmida do Miño*, Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela.

lados de la frontera. El hecho de que los servicios de prevención y extinción de incendios pertenezcan a distintos países, y por tanto estén sometidos a regímenes diferenciados en sus esquemas de organización, funcionamiento y disponibilidad de recursos, implica la existencia de dificultades a la hora de coordinar los esfuerzos en esta lucha, lo que entra en contradicción con el derecho que todos los ciudadanos de la UE tienen a una protección y asistencia de buena calidad que maximice las sinergias en la cooperación transfronteriza. Es necesario favorecer y fomentar acciones que promuevan la gestión conjunta de los recursos humanos y materiales en situaciones de desastres naturales, e iniciativas y actuaciones que permitan la formulación e implementación de planes conjuntos y acciones para prevenir los riesgos de origen natural.

4.2.2 Programa de consolidación de las estructuras de cooperación más activas y estímulo para la creación de otras nuevas en el ámbito de las prioridades estratégicas del PIC

Durante el transcurso del PIC en vigor se ha consolidado la cooperación de proximidad gracias a la consolidación de las eurociudades ya existentes: Chaves-Verín (2007 y convertida en AECT en 2013) y Tui-Valença (2012) y a la aparición de otras nuevas como las de Salvaterra-Monção (2017) o la de Cerveira-Tomiño (2018). La constitución de la AECT Rio Minho, en febrero de 2018, constituye un momento crucial en este proceso de cooperación de proximidad, llamado a ser uno de los vectores más importantes de la cooperación transfronteriza en la Euroregión. Al mismo tiempo, se han ido extendiendo los clusters transfronterizos, desde los pioneros del textil y la automoción a los más recientes del metal, las TIC o la biotecnología. Están sentadas las bases para seguir avanzando en ese proceso en sectores estratégicos como la salud, el turismo, la madera o las tecnologías de producción. Todo ello sin olvidar el papel central de coordinación y dinamización de toda la cooperación que debe liderar la AECT-GNP a través del desarrollo y seguimiento del PIC y de la revisión de la RIS3 Transfronteriza. Tampoco se puede olvidar el papel fundamental que ha jugado y debe seguir jugando el Eixo Atlántico como vertebrador del sistema urbano organizado de la Euroregión quien, recientemente, ha aprobado la primera agenda urbana transfronteriza de Europa y ha lanzado su correspondiente plan de acción. La cooperación universitaria debe pasar por la revitalización de la Fundación Centro de Estudios Euroregionales (FCEER). Por último, resultaría necesario recuperar una estructura de cooperación básica como fue Cecotran en el decisivo ámbito de las relaciones empresariales y el fomento de sus iniciativas comunes. El programa debe tener dos puntos de referencia claros. Las estructuras que se apoyen han de tener personalidad jurídica para ser eficaces. Nunca pueden ser un fin en sí mismas, acudiendo a las convocatorias públicas para autofinanciarse, sino que deben estar al servicio de la mejora de la calidad de vida de la ciudadanía euroregional.

4.2.3 Programa eurorregional de infraestructuras y equipamientos transfronterizos compartidos, incluyendo aquellos que promuevan la movilidad suave

En la misma investigación antes mencionada, se puede observar que los vecinos que emplean servicios del otro lado de los municipios miñotos lo hacen fundamentalmente en el sector de la restauración (40% de las respuestas), los equipamientos deportivos (las piscinas con un 26% de las respuestas), los talleres mecánicos (27,5%) y los servicios médicos (los dentistas con un 2,5%). Esta muestra de municipios regados por el Miño puede ser significativa de aquellos equipamientos con los que dar los primeros pasos para compartirlos. El éxito de la ecopista sobre la ribera sur del Miño tiene que procurar extenderse a la ribera norte creando un gran circuito desde Arbo-Melgaço hasta el océano, adaptando los puentes existentes para habilitar carriles de movilidad suave que dinamicen el conjunto con circuitos más reducidos y operativos. Sin duda, la experiencia de la tarjeta de eurociudadanía, puesta en marcha en Chaves-Verín desde el principio, se debe extrapolar a las otras eurociudades que han ido emergiendo en la raya húmeda. Los equipamientos deportivos y culturales son los que menos obstáculos burocráticos presentan. Se puede continuar después con centros educativos de carácter singular, como las escuelas musicales en los que resulta más fácil superar las rigideces curriculares y extender el proceso luego a determinados cursos de formación con especial demanda a los dos lados de la frontera. Los equipamientos de servicios sociales, con especial atención a los centros destinados al cuidado de las personas de la tercera edad, pueden seguir en el listado. Compartir transportes públicos, como se hace en otras fronteras europeas debe estar también en el horizonte de esta prioridad. Los equipamientos sanitarios ofrecen una importante complejidad técnica y administrativa, como la experiencia de la eurociudad Chaves-Verín ha demostrado, aquí la implicación de las legislaciones nacionales y europeas tiene un papel que jugar.

4.2.4 Aprovechamiento conjunto de las potencialidades que tienen elementos compartidos como los Caminos de Santiago, el enoturismo, el turismo termal y el paisaje

El turismo aparece como un vector común de especialización inteligente en las RIS3 de la Región Norte y de Galicia y, por ende, en la RIS3 transfronteriza. El producto turístico por el que se apuesta se basa en la valorización del patrimonio endógeno natural, histórico, artístico, cultural y etnográfico y pretende escapar de los problemas derivados de la gentrificación generada por la llegada masiva y concentrada de visitantes que altera la vida cotidiana y tiene efectos negativos sobre el acceso a la vivienda y el disfrute de los servicios públicos. Por otra parte, el turismo es uno de los factores más potentes a la hora de crear una imagen y una marca

territorial. La competitividad de los productos turísticos reside en su capacidad de ofrecer singularidad en las experiencias y en las vivencias proporcionadas al visitante. Los caminos son una buena metáfora de la imagen de marca e identidad de la Eurorregión. Los caminos espirituales que permiten el encuentro y la reflexión, con el faro de Compostela en el horizonte, pero no sólo. Los caminos de los placeres sensoriales que proporciona el enoturismo a través de las rutas de caldos y viñedos tan esplendidos como los del Douro, los de la Ribeira Sacra o de las Rías Baixas, por citar algunos ejemplos. Los caminos saludables y relajantes que llevan hasta los manantiales de aguas termales desde la noche de los tiempos y de las calzadas romanas. Los caminos del patrimonio natural y cultural, labrados en la piedra, en el agua, en la madera y en el aire. Como colofón, cuando el turista se recoja de los caminos tiene que saber que le espera la mejor sazón: una gastronomía única que sabe sacar espléndido partido de manjares que se identifican y surgen de las entrañas de esta tierra. Se hace necesario impulsar soluciones digitales innovadoras para mejorar la experiencia del visitante y la promoción cruzada entre territorios.

5. ALIÑAMENTO DOS EIXOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PIC COS OBJECTIVOS POLÍTICOS DA UE 2021/2027 E COS ODS

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA	OBJECTIVOS POLÍTICOS	ODS
1. UMA EURORREGIÃO MAIS COMPETITIVA E CONECTADA E QUE APOSTA NA INOVAÇÃO, NA DIGITALIZAÇÃO E NA INTERNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE EMPREGO DE MELHOR QUALIDADE	1.1. Reforço de estruturas de investigação e transferência de conhecimento, com foco nos resultados e no desenvolvimento e adoção de maiores capacidades em torno de novas tendências tecnológicas nas PME.	<p>OP1. Uma Europa mais inteligente.</p> <p>OE1. Reforçando as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas.</p> <p>OE3. Reforçando o crescimento e a competitividade das PME</p>	<p>ODS 5: Igualdade de género.</p> <p>ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico.</p> <p>ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas.</p>
	1.2. Melhoria e reforço da conectividade das pessoas, das mercadorias e dos serviços avançados.	<p>OP1. Uma Europa mais inteligente.</p> <p>OE2. Aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações.</p> <p>OP3. Uma Europa mais conectada.</p> <p>OE1. Reforçando a conectividade digital.</p> <p>OE3 Desenvolvendo uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiras.</p> <p>OE4. Promovendo a mobilidade urbana multimodal sustentável</p>	<p>ODS 5: Igualdade de género.</p> <p>ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico.</p> <p>ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas.</p> <p>ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	OBXECTIVOS POLÍTICOS	ODS
	1.3. Estratégia eurorregional de internacionalización para melhorar a competitividade das empresas	<p>OP1. Uma Europa mais inteligente.</p> <p>OE4. Desenvolvendo competencias para a especialización inteligente, a transición industrial e o emprendedorismo.</p>	<p>ODS 4. Educación de Calidad.</p> <p>ODS 8: Trabajo Digno e Crecimiento Económico.</p> <p>ODS 9: Industria, Innovación e Infraestructuras.</p> <p>ODS 17: Parcerias para a Implementación dos Objetivos</p>
2. UNHA EURORREXIÓN MÁIS ECOLÓXICA E DESCARBONIZADA PARA AFRONTAR O CAMBIO AMBIENTAL GLOBAL E A TRANSICIÓN ENERXÉTICA XUSTA	2.1. Fomento da resiliencia fronte ao cambio ambiental global.	<p>OP2. Unha Europa máis verde e baixa en carbono</p> <p>OE1. Promovendo medidas dirixidas á eficiencia enerxética.</p> <p>OE2. Promovendo as enerxías renovables.</p> <p>OE3. Desenvolvendo sistemas de enerxía, redes e almacenamento intelixentes a escala local.</p> <p>OE4. Promovendo a adaptación ao cambio climático, a prevención de riscos e a resiliencia ante as catástrofes.</p> <p>OE7. Promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes na contorna urbana e reducindo a contaminación.</p>	<p>ODS 1: Erradicar a pobreza.</p> <p>ODS 6: Auga potable e Saneamento.</p> <p>ODS 7: Enerxías Renovables e Accesibles.</p> <p>ODS 13: Acción Climática.</p> <p>ODS 15: Protexer a Vida Terrestre.</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	OBXECTIVOS POLÍTICOS	ODS
	2.2. Promoción da economía circular e do uso sostible dos recursos naturais.	<p>OP2. Unha Europa máis verde e baixa en carbono</p> <p>OE5. Promovendo unha xestión hidrolóxica eficiente.</p> <p>OE6. Promovendo a transición a unha economía circular.</p>	<p>ODS 6: Auga potable e Saneamento.</p> <p>ODS 7: Enerxías Renovables e Accesibles.</p> <p>ODS 8: Traballo Digno e Crecemento Económico.</p> <p>ODS 9: Industria, Innovación e Infraestruturas.</p> <p>ODS 12: Produción e Consumo Responsables</p> <p>ODS 14: Protexer a Vida Submarina.</p> <p>ODS 13: Acción Climática.</p>
3. UNHA EURORREXIÓN MÁIS SOCIAL, INTEGRADORA, RESILIENTE E SEGURA PARA ENCARAR O DESAFÍO DEMOGRÁFICO E AS AMEAZAS À SAÚDE PÚBLICA	3.1. Inclusión da perspectiva demográfica nas políticas públicas.	<p>OP4. Unha Europa máis social e integradora.</p> <p>OE1. Mellorando a efectividade dos mercados laborais e mellorando o acceso a empregos de calidade a través das fronteiras.</p> <p>OE2. Mellorando o acceso e a calidade da educación, a formación e a aprendizaxe permanente a través das fronteiras para aumentar o nivel educativo e os niveis de cualificación para que reciban recoñecemento transfronteirizo.</p>	<p>ODS 4. Educación de Calidade.</p> <p>ODS 5: Igualdade de xénero.</p> <p>ODS 10: Redución das Desigualdades.</p>
	3.2. Afirmación dos dereitos sociais para limitar a vulnerabilidade e a desigualdade con enfoque de xénero.	<p>OP4. Unha Europa máis social e integradora.</p> <p>OE5. Promover a inclusión social e loitar contra a pobreza, mesmo mellorando a igualdade de oportunidades e loitar contra a discriminación a través das fronteiras.</p>	<p>ODS 1: Erradicar a pobreza</p> <p>ODS 2: Fame Cero</p> <p>ODS 4. Educación de Calidade.</p> <p>ODS 5: Igualdade de xénero.</p> <p>ODS 10: Redución das Desigualdades.</p>

EIXO	PRIORIDADE ESTRATÉXICA	OBXECTIVOS POLÍTICOS	ODS
	3.3. Incremento da resiliencia fronte ás ameazas á saúde pública.	<p>OP4. Unha Europa máis social e integradora.</p> <p>OE 3. Mellorando o acceso oportuno e en condicións de igualdade aos servizos de asistencia sanitaria asequibles, sosteibles e de calidade a través das fronteiras.</p> <p>OE 4. Mellorando a accesibilidade, eficacia e resiliencia dos sistemas de asistencia sanitaria e os servizos de cuidados de longa duración a través das fronteiras.</p>	<p>ODS 3: Saúde e benestar</p> <p>ODS 12: Produción e Consumo Responsables</p>
4. UNA EURORREGIÓN MÁIS COHESIONADA EN BENEFICIO DE LA CIUDADANÍA	4.1. Apuesta por el equilibrio territorial en la doble dimensión litoral/interior y rural/urbana.	<p>OP5. Una Europa más próxima a sus ciudadanos</p> <p>OE1 y OE 2. Fomentando el desarrollo integrado en materia social, económica y medioambiental, el patrimonio cultural y la seguridad en las zonas urbanas y en particular en las zonas rurales y costeras a través de un desarrollo local participativo.</p>	<p>ODS 4. Educación de Calidad.</p> <p>ODS 8: Trabajo Digno y Crecimiento Económico.</p> <p>ODS 11: Ciudades y Comunidades Sostenibles</p> <p>ODS 12: Producción y Consumo Responsables</p>
	4.2. Impulso de la cooperación transfronteriza como instrumento eficaz para mejorar la calidad de vida de la ciudadanía	<p>OP5. Una Europa más próxima a sus ciudadanos</p> <p>OE1 y OE 2. Fomentando el desarrollo integrado en materia social, económica y medioambiental, el patrimonio cultural y la seguridad en las zonas urbanas y en particular en las zonas rurales y costeras a través de un desarrollo local participativo.</p>	<p>ODS 16. Paz, Justicia e Instituciones sólidas.</p> <p>ODS 17. Alianzas para lograr los objetivos</p>